



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, e suas alterações contidas na DN TCU nº 139/2014, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 522/2015.

Elaboração:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, com a colaboração das demais Unidades Administrativas e Acadêmicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reitor (a)

Raimunda Nonato Monteiro

Vice-Reitor

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos (até 9/4/2014)

Anselmo Alencar Colares (a partir de 10/4/2014)

Chefe de Gabinete

Diogo Gomes Barroso (até 10/6/2014)

João Ricardo Vasconcellos Gama (a partir de 11/6/2014)

Pró-Reitor (a) de Administração

João Ricardo Vasconcellos Gama (até 9/6/2014)

Sylmara de Mello Luz (de 9/6/2014 até 4/8/2014)

Geany Cleide Carvalho Martins (a partir de 4/8/2014)

Pró-Reitor (a) da Comunidade, Cultura e Extensão

Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro (até 1º/4/2014)

Thiago Almeida Vieira (a partir de 14/4/2014)

Pró-Reitor (a) de Ensino de Graduação

Carlos José Freire Machado (até 14/4/2014)

Maria de Fátima de Sousa Lima (a partir de 14/4/2014)

Pró-Reitor (a) de Gestão de Pessoas

Izaura Cristina Nunes Pereira

Pró-Reitor (a) de Gestão Estudantil

Raimundo Valdomiro de Sousa

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Sérgio de Melo

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Milton Renato da Silva Melo (até 14/4/2014)

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos (de 14/4/2014 a 1º/6/2014)

João Ricardo Vasconcelos Gama (de 1º/6/2014 a 9/6/2014)

Edson Akira Asano (a partir de 9/6/2014)

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Carlos José Freire Machado (até 14/4/2014)

Maria de Fátima de Sousa Lima (a partir de 14/4/2014)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Diretor (a) do Centro de Formação Interdisciplinar

Andrei Santos de Moraes (até 15/12/2014)

Delaine Sampaio da Silva (a partir de 16/12/2014)

Diretor (a) do Instituto de Biodiversidade e Florestas

Elaine Cristina Pacheco de Oliveira

Diretor (a) do Instituto de Ciências da Educação

Frederico dos Santos Gradella (até 10/6/2014)

Cleise Fonseca de Abreu (de 11/6/2014 a 16/12/2014)

Edilan de Sant Ana Quaresma (a partir de 16/12/2014)

Diretor (a) do Instituto de Ciências da Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães (até 31/5/2014) e (a partir de 16/12/2014)

Maria Marlene Escher Furtado (de 1º/6/2014 a 15/12/2014)

Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Sheyla Regina Marques Couceiro (até 3/6/2014)

Keid Nolan Silva Sousa (a partir de 3/6/2014)

Diretor (a) do Instituto de Engenharia e Geociências

Paula Renatha Nunes da Silva (até 24/3/2014)

Rodolfo Maduro Almeida (de 24/3/2014 a 29/7/2014)

Guilherme Augusto B. Conde (de 29/7/2014 a 16/12/2014)

Manoel Roberval P. Santos (a partir de 16/12/2014)

Diretor (a) do Instituto de Saúde Coletiva

Waldiney Pires Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Edson Akira Asano

DIRETORIAS:

Lílian Aquino Oliveira

Diretora de Avaliação e Informação Institucional

Ocicley Maciel Vidal

Diretor de Planejamento

Organização e Elaboração

Alice Fernandes de França

Equipe Técnica

Ediclei dos Santos Oliveira

José Leandro da Silva Correa

Andreia Imbiriba

Colaboração

Cláudio Bentes dos Santos

Cleideane Lima de Moraes

Danielle Caroline Batista da Costa

Felipe Soares Silva

Fernanda Perez Carvalho Barbosa

Flávia Adriana Santos Rebello

Florêncio Almeida Vaz Filho

Joelden Roberto da Rocha

Karoline Dolzanes Machado Lira

Marisa Santos Aguiar

Ocicley Maciel Vidal

Raimundo Solano Lira Pereira

Sofia Campos e Silva Rabelo

Sumário

INTRODUÇÃO	15
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	17
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	18
1.3. Organograma Funcional	20
1.4. Macroprocessos Finalísticos	33
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA	42
2.1. Estrutura de Governança	42
2.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	42
2.3. Sistema de Correição	46
2.4. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	46
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	49
3.1. Canais de acesso do cidadão	49
3.2. Carta de Serviços ao Cidadão	49
3.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	49
3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada	50
3.5. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	50
3.6. Medidas relativas à acessibilidade	51
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	53
4.1. Informações do ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	53
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	56
5.1. Planejamento da Unidade	56
5.1.1. Objetivos Estratégicos	56
5.1.2. Estratégias de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos	58
5.1.3. Indicadores	59
5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	61
5.2.1. Programa temático	61
5.2.2. Objetivo	61
5.2.3. Ações	62
5.3. Informações sobre outros resultados da gestão	73
5.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional	73
5.5. Informações sobre custos de produtos e serviços	73
5.6. Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)	73
5.6.1. Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores	73
5.6.2. Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES	74
5.6.3. Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES	74
5.6.4. Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	76
6. GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE	78
7. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	79
7.1. Programação e execução das despesas	79
7.1.1. Programação das despesas	79
7.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa	80
7.1.3. Realização da Despesa	82
7.2. Despesas com ações de publicidade e propaganda	86
7.3. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	86
7.4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	86
7.4.1. Análise Crítica	87
7.5. Transferências de Recursos	88
7.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	88
7.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	93
7.5.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	94
7.5.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	94

7.6.	Suprimento de Fundos	94
7.7.	Renúncias sob a Gestão da UJ	94
8.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	95
8.1.	Estrutura de pessoal da unidade.....	95
8.1.1.	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	95
8.1.2.	Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	96
8.1.3.	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	98
8.1.4.	Irregularidades na área de pessoal	99
8.1.4.1.	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	99
8.1.4.2.	Terceirização Irregular de Cargos	99
8.1.5.	Riscos identificados na gestão de pessoas	99
8.1.6.	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	99
8.2.	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	100
8.2.1.	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	100
8.2.2.	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	101
8.2.3.	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2	102
8.2.4.	Contratação de Estagiários	103
9.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	104
9.1.	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	104
9.2.	Gestão do Patrimônio Imobiliário	105
9.2.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	105
9.2.2.	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	106
9.2.3.	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	107
9.2.4.	Análise Crítica	107
9.3.	Bens Imóveis Locados de Terceiros	107
10.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	108
10.1.	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	108
11.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	110
11.1.	Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	110
12.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	111
12.1.	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	111
12.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	111
12.2.1.	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	111
12.2.2.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	112
12.3.	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	115
12.3.1.	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	115
12.3.2.	Situação do Cumprimento das Obrigações	115
12.4.	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	116
12.5.	Alimentação SIASG e SICONV	116
13.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	117
13.1.	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	117
13.2.	Apuração dos Custos dos programas e das unidades administrativas.....	117
13.3.	Conformidade Contábil	117
13.4.	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	117
13.8.	Relatório de Auditoria Independente	118
14.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	119
14.1.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	119
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	120
	ANEXOS E APÊNDICES.....	121

Lista de Quadros

quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	17
Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	46
Quadro 3 - Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.....	62
Quadro 4 - Ação 11G0 - Implantação da Ufopa.....	63
Quadro 5 - Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.	64
Quadro 6 - Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores Para a Educação Básica.	67
Quadro 7 - Ação 00M1 - Auxílio Natalidade.	69
Quadro 8 - Ação 0181 - Inativos/Pensionistas.	70
Quadro 9 - Ação 09HB - Encargos Sociais.	70
Quadro 10 - Ação 2004 - Assistência Médica.....	70
Quadro 11 - Ação 2010 - Auxílio Creche.....	71
Quadro 12 - Ação 2011 - Auxílio Transporte.	71
Quadro 13 - Ação 2012 - Auxílio Alimentação.....	72
Quadro 14 - Ação 20TP - Despesa com Pessoal.	72
Quadro 15 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão Tcu Nº 408/2002.	73
Quadro 16 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU Nº 408/2002.	74
Quadro 17 - Relação de Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações De Apoio.	76
Quadro 18 - Programação de Despesas.....	79
Quadro 19 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	80
Quadro 20 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	82
Quadro 21 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originário - Total.....	83
Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	84
Quadro 23 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	85
Quadro 24 - Despesas com Publicidade.....	86
Quadro 25 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	86
Quadro 26 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência, Posição em 31.12.2014.	88
Quadro 27 - Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos três Últimos Exercícios.....	93
Quadro 28 - Força de Trabalho da UJ.	95
Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	95
Quadro 30 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.	95
Quadro 31 - Custos do Pessoal.....	98
Quadro 32 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.	100
Quadro 33 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.	101
Quadro 34 - Composição do Quadro de Estagiários.	103
Quadro 35 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial e Propriedade Da União. ...	105
Quadro 36 - Imóveis De Propriedade Da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	106
Quadro 37 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.	106
Quadro 38 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros.....	107
Quadro 39 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.	109
Quadro 40 - Aspectos da Gestão Ambiental.....	110
Quadro 41 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno.	111
Quadro 42 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	112

Quadro 43 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.	115
Quadro 44 - Declaração do Contador com Ressalvas Sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.	118

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma geral da Ufopa.	20
Figura 2 - Organograma da Reitoria da Ufopa.	22
Figura 3 - Organograma da Superintendência de Infraestrutura (Sinfra).....	23
Figura 4 - Organograma da Proad.	24
Figura 5 - Organograma da Procce.....	25
Figura 6 - Organograma da Proen.	26
Figura 7 - Organograma da Progep.	26
Figura 8 - Organograma da Proges.....	27
Figura 9 - Organograma da Proplan.	28
Figura 10 - Organograma da Proppit.....	29
Figura 11 - Estrutura Básica dos Institutos.	29
Figura 12 - Organograma do CFI.	30
Figura 13 - Mapa Estratégico da Ufopa.	59

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Total de inscritos/homologados/matriculados no processo seletivo.....	35
Tabela 2 - Instituições/empresas conveniadas como concedentes de estágio.	35
Tabela 3 - Agentes de integração conveniados com a Ufopa.	36
Tabela 4 - Número de programas e projetos de extensão por unidade e público beneficiado.	40
Tabela 5 - Percentual de participação dos sujeitos universitários nos processos de avaliação.	50
Tabela 6 - Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.....	56
Tabela 7 - Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.	57
Tabela 8 - Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectivas “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.....	57
Tabela 9 - Objetivos e indicadores estratégicos – Perspectiva “Sociedade”.....	59
Tabela 10 - Objetivos e indicadores estratégicos – Perspectiva “Processos”.....	60
Tabela 11 - Objetivos e indicadores estratégicos – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.....	61
Tabela 12 - Distribuição orçamentária por programa/projeto (proext) e natureza de despesas em 2014.....	66

Lista de Abreviações e Siglas

AG – Alunos Regularmente Matriculados na Graduação
AGE – Alunos Equivalentes de Graduação
AGTI – Alunos da Graduação em Tempo Integral
AIT – Agência de Inovação Tecnológica
APG – Alunos da Pós-Graduação *stricto sensu*
APGTI – Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral
AR – Alunos de Residência Médica
ARNI – Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais
ARTI – Alunos em Tempo Integral de Residência Médica
AUDIN – Auditoria Interna
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFI – Centro de Formação Interdisciplinar
CGU – Controladoria-Geral da União
CONSAD – Conselho Superior de Administração
CONSECOM – Conselho Superior Comunitário
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN – Conselho Universitário
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPE – Coordenação de Projetos Educacionais
CTIC – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCS – Diretoria de Compras e Serviços
DINFRA – Diretoria de Infraestrutura
DFC – Diretoria de Finanças e Contabilidade
DGDP – Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DIAVI – Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DIPLAN – Diretoria de Planejamento
DMA – Diretoria de Meio Ambiente
DOP – Diretoria de Obras
DRA – Diretoria de Registro Acadêmico
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FAPESPA – Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
FINEP – Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas
FIT – Faculdades Integradas do Tapajós
GEPES – Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da Ufopa
IBEF – Instituto de Biodiversidade e Florestas
ICED – Instituto de Ciências da Educação
ICS – Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA – Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IDA – Índice de Desempenho Acadêmico
IDAg – Índice de Desempenho Acadêmico Geral
IEG – Instituto de Engenharia e Geociências

IES – Instituição de Ensino Superior
 IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
 IFPA – Instituto Federal do Pará
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural Nacional
 IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
 IQCTA – Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo
 ISCO – Instituto de Saúde Coletiva
 LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
 LOA – Lei Orçamentária Anual
 MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 MEC – Ministério da Educação
 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 PAD – Processo Administrativo Disciplinar
 PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores para o Ensino Básico
 PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
 PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
 PEC-G – Programa Estudantes-Convênio de Graduação
 PET – Programa de Educação Tutorial
 PIB – Produto Interno Bruto
 PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão
 PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
 PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
 PNE – Plano Nacional de Extensão Universitária
 PPA – Plano Plurianual
 PPI – Projeto Pedagógico Institucional
 PROAD – Pró-Reitoria de Administração
 PROCCE – Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão
 PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
 PROEXT – Programa de Extensão Universitária
 PROGES – Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
 PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
 PROFLETRAS – Mestrado Profissional em Letras
 PROFMAT – Mestrado Profissional em Matemática
 PROPPIT – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
 PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
 PSE – Processo Seletivo Especial
 PSR – Processo seletivo Regular
 SEDUC – Secretaria de Educação
 SEMED – Secretaria Municipal de Educação
 SESU – Secretaria de Educação Superior
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIC – Serviços ao Cidadão
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
 SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
 SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINFRA – Superintendência de Infraestrutura
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISFOR – Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
TCU – Tribunal de Contas da União
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UA – Unidade Acadêmica
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Oeste Pará (Ufopa) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2014, para cumprir o compromisso com a transparência dos atos políticos e administrativos. Além de ser peça obrigatória de prestação de contas aos órgãos de controle, o presente Relatório pretende divulgar à sociedade as atividades desenvolvidas pela Ufopa.

A gestão institucional no exercício de 2014 foi norteadas pelas leis reguladoras do Ensino Superior do Serviço Público Federal, pelas deliberações do Conselho Universitário *Pro Tempore* (Consun) da Ufopa, criado pela Portaria nº 1.245, de 1º de agosto de 2011, da Reitoria; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013.

O Relatório de Gestão faz um resumo das ações desenvolvidas pelas Unidades Acadêmicas, Administrativas e Órgãos Suplementares da Instituição e, além de cumprir as exigências legais, serve como instrumento interno de reflexão sobre o desempenho da Instituição durante o exercício.

O presente relatório atende ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, e suas alterações contidas na DN TCU nº 139/2014, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 522/2015.

Com relação às informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ, esta Universidade esclarece que os programas executados por ela são direcionados pelo Ministério da Educação (MEC), tendo em vista o Plano Plurianual (PPA). Quanto às ações 0487, 14XO, 20RK, 20ZG, 8282 e 8573 são ações de movimentação orçamentaria externa e que estão descritas no quadro 11. Com relação ao item “6.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos”, não é pertinente à Unidade Jurisdicionada. Sobre os itens “6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Reativas aos Convênios e Contratos de Repasse” e “6.5.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse”, não ocorreu movimentação no exercício 2014, visto que a Ufopa não tem firmado contratos e convênios de repasse, somente Termos de Cooperação, e estes se encontram em plena vigência. Para os itens “6.6 Suprimento de Fundos” e “6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ”, a Ufopa informa que não ocorreu movimento no exercício de 2014. No subitem “7.1.4 Irregularidades na área de pessoal”, não houve ocorrências relevantes para o exercício de referência. No item “11.4 Medidas adotadas em caso de Dano ao Erário”, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência. Para o item “11.5 Alimentação SIASG e SICONV”, não houve gestor responsável durante o exercício. Quanto ao item “12.8 Relatório da Auditoria Independente”, não se aplica à Ufopa.

Durante o exercício de 2014, a Ufopa priorizou ações voltadas tanto ao nível estratégico quanto ao operacional. Continuou efetivando o provimento de candidatos aprovados em concurso realizado em exercício anterior. Para um melhor atendimento às demandas de pessoal e de gestão estudantil da Instituição, a Ufopa criou duas Pró-Reitorias durante o ano de 2014 – a de Gestão de Pessoas e a de Gestão Estudantil. Diante dessa perspectiva, continuou executando suas ações, objetivando a valorização do servidor, ações que vão desde o seu ingresso na Instituição, como momentos de ambientação, e perpassam pelas voltadas à saúde e à qualidade de vida do servidor, bem como à promoção de capacitação, tendo sempre como parâmetro para escolha dos cursos e seleção dos servidores as necessidades institucionais.

Em 2014, foi ampliado o quantitativo de bolsas e diversificados os programas de assistência ao estudante, tendo como critérios o desempenho acadêmico e o grau de vulnerabilidade social. Houve grande empenho para ações de assistência psicossociopedagógica para atender aos acadêmicos com dificuldades na aprendizagem. Também, ocorreu a promoção de eventos de cultura, esporte e lazer, envolvendo toda a comunidade universitária.

Quanto à sua infraestrutura, durante o exercício, a Ufopa continuou o investimento em projetos de construção, reforma, ampliação e adequação de espaços físicos e na melhoria dos serviços de conservação e limpeza, segurança, transporte e manutenção da infraestrutura,

proporcionando condições de funcionamento da Universidade. Essas ações realizadas pela Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) demonstram a preocupação da Administração Superior em atender às categorias discente, docente e técnico-administrativa, além da comunidade externa, as perspectivas de ordem acadêmica, administrativas e social.

Quanto à consolidação das políticas de ensino, foram ofertadas 862 vagas para a graduação no processo de seleção via Enem, sendo 431 para o sistema de cotas; 65 vagas pelo Processo Seletivo Especial (Indígenas) e mais 65 vagas pela Mobilidade Externa, além da implantação de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Relatório de Gestão Individual

O Relatório de Gestão da Ufopa é apresentado de forma individual. No quadro a seguir são apresentados os elementos identificadores completos da Ufopa.

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Universidade Federal do Oeste do Pará			
Denominação abreviada: UFOPA			
Código SIORG: 104667	Código LOA: 26441	Código SIAFI: 158515	
Natureza jurídica: Autarquia do Poder Executivo			CNPJ: 11.118.393/0001-59
Principal atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação			Código CNAE: 8032-2/00
Telefones/fax de contato:	(093) 2101-6533	(093) 2101-6759	
Endereço eletrônico: www.ufopa.edu.br			
Endereço postal: Rua Vera Paz, s/n - Salé, CEP: 68.035-110			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, na Seção 1, de 6/9/2009 – Dispõe sobre a criação da Ufopa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158515	Universidade Federal do Oeste do Pará		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26441	Universidade Federal do Oeste do Pará		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158515		26441	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26441	Universidade Federal do Oeste do Pará		

Fonte: Diplan/Ufopa.

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Ufopa é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e o seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas.

De acordo com sua lei de criação, a Ufopa tem como objetivo “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária”; como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”; e visão de futuro de “Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”.

Ela assegura em seu estatuto ter como finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis.

Para a consecução de seus fins, a Ufopa realiza:

I – ensino superior, visando à excelência acadêmica, científica, profissional e humana, nas diferentes áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural e a inovação;

II – pesquisa e atividades inovadoras nas ciências, nas tecnologias, nas letras, nas artes e na filosofia, respeitando e valorizando os saberes tradicionais;

III – extensão universitária aberta à participação e interação com a comunidade, promovendo sinergias entre o conhecimento gerado no âmbito acadêmico e a sociedade, visando ao desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico;

IV – qualificação e capacitação permanente de seus servidores;

V – cooperação para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, para o compartilhamento de conhecimento e para o empreendimento de uma cultura de solidariedade e paz.

A Ufopa é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicâmpus. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de câmpus nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém existem: a Unidade Amazônia, a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós, além de utilizar outros espaços locados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da instituição, até a construção de novos prédios.

A proposta acadêmica da Ufopa está estruturada em um sistema moderno e criativo, norteado pela inovação, flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, mobilidade e formação em ciclos, constituindo um sistema integrado de educação continuada. A formação é iniciada no Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), comum a todos os que ingressam na Instituição, e continuada nos institutos temáticos, cujas áreas de atuação estão vinculadas ao contexto amazônico e às questões sociais e educacionais. São Institutos da Ufopa: Instituto de Biodiversidade e Floresta (Ibef); Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA); Instituto de Engenharia e Geociências (IEG); Instituto de Ciências da Educação (Iced); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) e; Instituto de Saúde Coletiva (Isco), este criado pela Resolução nº 46, de 20 de novembro de 2013, mas a nomeação do primeiro diretor, que assumiria um mandato *pro tempore*, deu-se em 20 de agosto de 2014.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa (2012-2016), são descritos os objetivos estratégicos da Universidade, considerando as perspectivas da sociedade, dos processos internos, de pessoas e de infraestrutura e orçamento, que serão expostos no item 5 – Planejamento

da Unidade e resultados alcançados do respectivo relatório. Nesse momento, é estabelecido um conjunto de medidas e uma relação de causa e efeito entre esses objetivos.

O Mapa Estratégico é composto de 4 perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Pessoas/Infraestrutura e Orçamento); 7 temas estratégicos (Excelência na Gestão, Excelência Acadêmica, Promoção de Modelos Curriculares Inovadores, Produção de Conhecimento e Articulação com a Sociedade, Gestão de Pessoas e Infraestrutura); e os objetivos estratégicos.

Dessa forma, as ações da Ufopa estão sendo orientadas de modo a gerar e difundir o conhecimento de forma inovadora, como um instrumento estratégico para a minimização dos *deficit* encontrados nas mesorregiões do Baixo Amazonas.

1.3. Organograma Funcional

A atual Estrutura Organizacional da Ufopa foi divulgada pela Portaria nº 2.059, de 28 de agosto de 2014. Demonstrada a seguir:

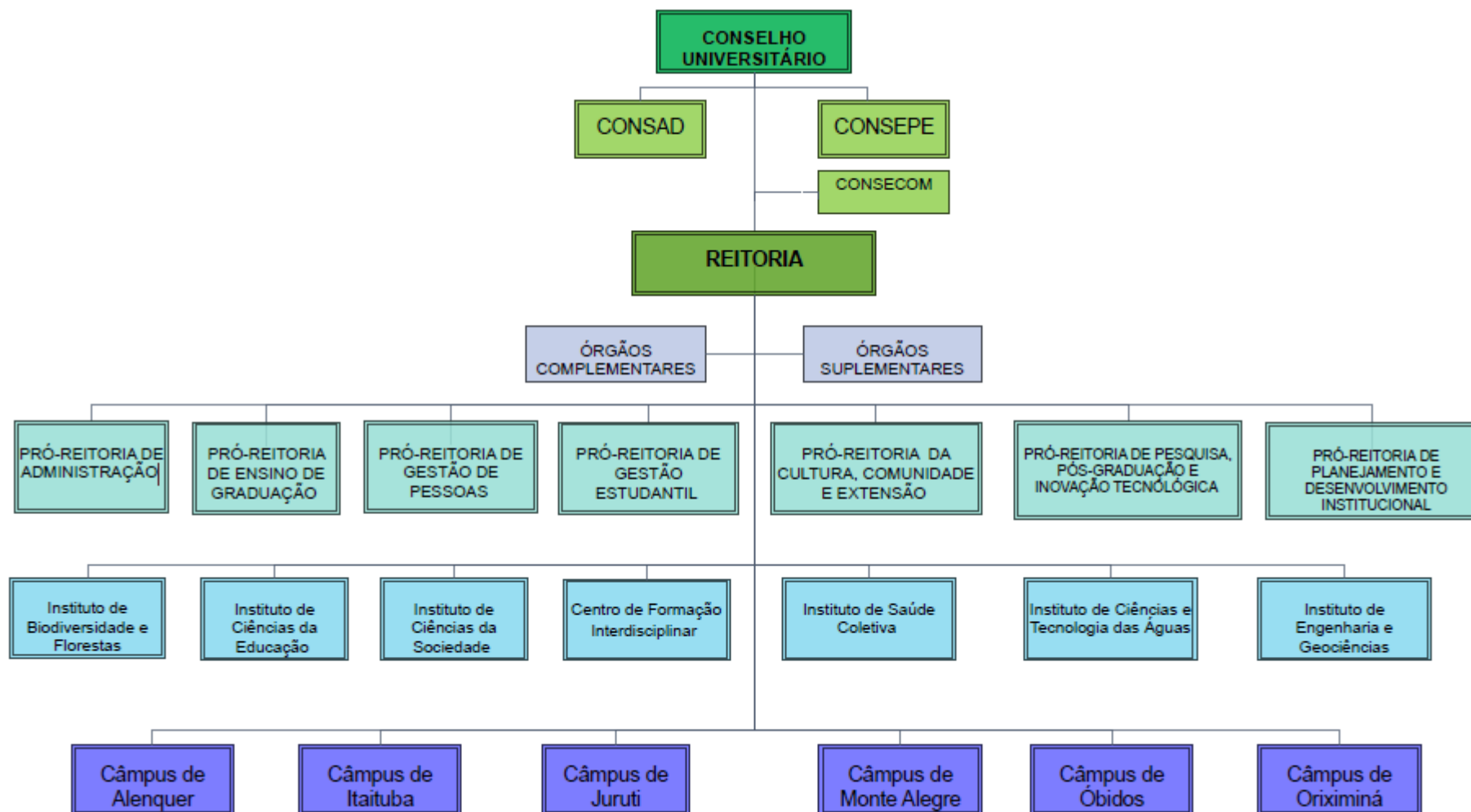


Figura 1 - Organograma Geral da Ufopa.

A estrutura organizacional da Ufopa encontra-se em constante aperfeiçoamento, adotando como objetivos: integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica; sistematizar, integrar e proteger a informação; institucionalizar a política de comunicação na busca de excelência na gestão para produzir resultados para a sociedade; e cumprir a sua missão na busca de ser uma referência na formação interdisciplinar, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

A atual estrutura organizacional é composta por: Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Câmpus e Órgãos Suplementares e Complementares. Consideradas as necessidades da Universidade, por deliberação do Consun, poderão ser criados órgãos não previstos no Estatuto da Ufopa, para efeito de execução ou expansão de suas atividades. Em todos os conselhos da Ufopa será garantida a participação de representantes de estudantes, técnicos e professores, em conformidade com a legislação vigente.

A **Administração superior** é composta por:

- **Conselhos Superiores**

a) Conselho Universitário (Consun): é o órgão máximo de consulta, deliberação e recurso na Universidade, sendo constituído por: Reitor, como Presidente; Vice-Reitor; membros do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); membros do Conselho Superior de Administração (Consad) e representante do Conselho Comunitário (Consecom), conselho consultivo. O Consun delibera sobre a composição da estrutura organizacional e sobre a forma de funcionamento da Instituição, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme definido na Lei nº 12.085/2009; e sobre assuntos acadêmicos, administrativos e de gestão financeira, orçamentária, patrimonial e disciplinar, inclusive com a função de contribuir para a organização da área acadêmica e curricular da nova universidade.

b) Conselho Comunitário (Consecom): é o órgão de interação da Ufopa com a comunidade externa, de caráter opinativo e consultivo, autônomo, independente e democrático, representado por instituições que aportem contribuições afins com os objetivos da Universidade. Sua composição, atribuições e normas de funcionamento serão estabelecidas pelo Consun. São competências do Consecom: opinar sobre diretrizes e políticas globais da Universidade e outros assuntos similares; sugerir medidas relativas à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão da Universidade com órgãos, instituições públicas e demais segmentos da sociedade; e conhecer o planejamento, os programas e orçamentos anuais da Instituição.

c) Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe): é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria acadêmica. Tem como membros: o Reitor (como presidente), o Vice-Reitor, os Pró-Reitores de áreas afins, os Diretores das Unidades Acadêmicas, os Diretores dos Câmpus, os representantes docentes, os representantes técnico-administrativos e os representantes discentes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*. Compete ao Consepe: aprovar as diretrizes, planos, programas e projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos e de assistência estudantil e seus respectivos desdobramentos técnicos e administrativos; deliberar sobre criação e extinção de cursos de graduação e pós-graduação propostas pelas Unidades Acadêmicas, referendadas pelos seus respectivos conselhos; deliberar sobre a participação da Universidade em programas de iniciativa própria ou alheia que importem cooperação didática, cultural, científica e tecnológica com entidades locais, nacionais e internacionais; deliberar originariamente ou em grau de recurso sobre qualquer matéria de sua competência e exercer outras atribuições que sejam definidas em lei.

d) Conselho Superior de Administração (Consad): é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira. São membros do Consad: o Reitor (presidente), o Vice-Reitor, os Pró-Reitores de áreas afins, os Diretores das Unidades Acadêmicas, o Superintendente de Infraestrutura, os Diretores dos Câmpus, os representantes docentes, os representantes técnico-administrativos e os representantes discentes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*. Tem como competências: propor e supervisionar o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoal e à administração do patrimônio, do

material e do orçamento anual da Universidade; homologar acordos, contratos ou convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, firmados pelo Reitor; apreciar a proposta orçamentária anual; emitir parecer sobre os balanços, a prestação de contas anual da Universidade e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos dirigentes de qualquer órgão direta ou indiretamente ligado à estrutura universitária; apreciar a proposta orçamentária anual; decidir, após sindicância, sobre intervenção administrativa em qualquer unidade; e exercer outras atribuições que sejam definidas em lei.

- **Reitoria:**

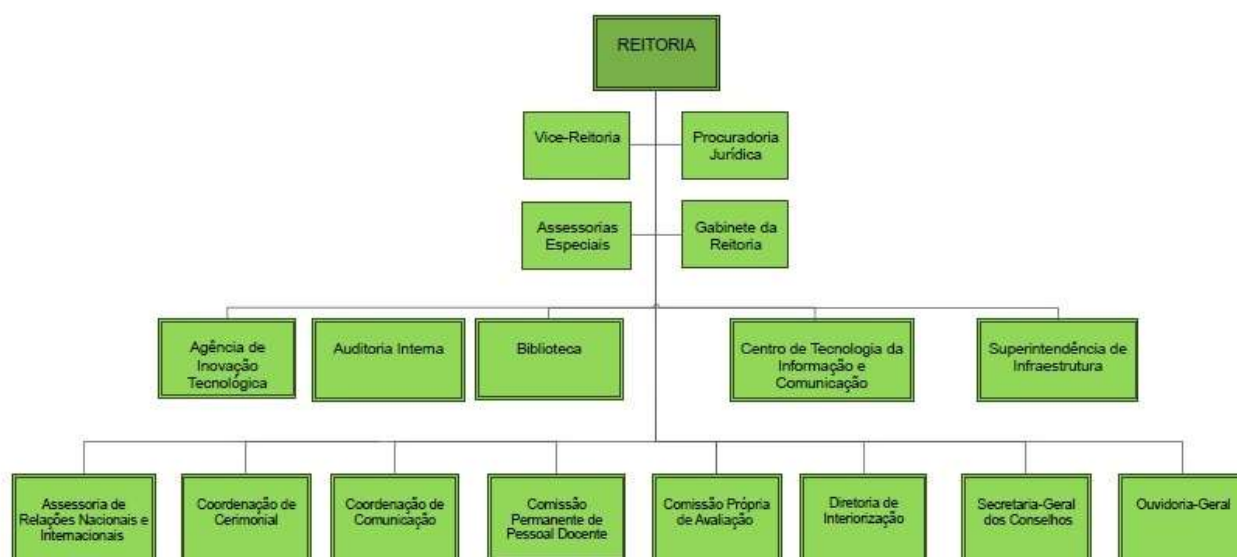


Figura 2 - Organograma da Reitoria da Ufopa.

A Reitoria é exercida pelo Reitor. Atualmente, a Reitora é a Profa. Dra. Raimunda Nonata Monteiro, que foi nomeada em 28/3/2014. No entanto, a professora já estava exercendo o cargo de Reitora *pro tempore* desde dezembro de 2013. Nas suas faltas e impedimentos legais, pelo Vice-Reitor, o Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, nomeado em 10/4/2014. Nas faltas ou impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida pelo Pró-Reitor designado pelo Reitor. A Reitoria é integrada pelo Reitor, Vice-Reitor, pela Secretaria-Geral, pelas Assessorias Especiais, pelos Órgãos Suplementares e pela Procuradoria Jurídica.

A Reitoria poderá instituir, com aprovação do Consun, Órgãos Suplementares, requeridos pela administração. Como órgão executivo superior, cabe à Reitoria: a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes.

- **Órgãos Suplementares**

Os Órgãos Suplementares são unidades de natureza técnica, voltada ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria, podendo colaborar em programas de ensino, pesquisa, de extensão e de qualificação profissional das Unidades Acadêmicas e Administrativas e contribuir para o desenvolvimento das atividades-meio e fim da Instituição.

São Órgãos Suplementares da Ufopa:

- a) Agência de Comunicação;
- b) Agência de Inovação Tecnológica (AIT);
- c) Auditoria Interna;
- d) Biblioteca Central;
- e) Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ctic);
- f) Superintendência de Infraestrutura (Sinfra).

- **Superintendência de Infraestrutura**



Figura 3 - Organograma da Superintendência de Infraestrutura (Sinfra).

A Sinfra é responsável pelas ações relacionadas à gestão de infraestrutura física e de apoio, desenvolvendo projetos de construção, reforma, ampliação e adequação de espaços físicos, assim como os serviços de conservação e limpeza e manutenção da infraestrutura, proporcionando as condições necessárias para o funcionamento da Universidade.

De acordo com a atual estrutura administrativa da Ufopa, a Sinfra está diretamente subordinada à Reitoria, sendo constituída por um superintendente, um secretário executivo, uma coordenação administrativa, uma equipe de segurança do trabalho e três diretorias: Diretoria de Obras e Projetos (DOP), Diretoria de Infraestrutura (Dinfra) e Diretoria de Meio Ambiente (DMA). Em 2014, o engenheiro civil Alessandro Santos de Araújo esteve à frente da Superintendência até 3 de junho de 2014, posteriormente sendo substituído pela arquiteta Luciana Lavareda Rodrigues, a partir de 11 de junho de 2014.

- **Pró-Reitorias**

São órgãos executivos da Ufopa. Atualmente são 7 (sete) Pró-Reitorias: de Administração (Proad); de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan); de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit); de Ensino de Graduação (Proen); da Comunidade, Cultura e Extensão (Procce); de Gestão de Pessoas (Progep); e de Gestão Estudantil (Proges). As Pró-Reitorias organizam-se em Diretorias e Coordenadorias pertinentes à respectiva área de atuação.

Segundo o Estatuto da Ufopa e a Resolução nº 55, que trata do Regimento Geral da Universidade, são atribuições das Pró-Reitorias:

I - assessorar a Reitoria no estabelecimento da política de atuação nas atividades correspondentes à sua área específica;

II - formular diagnósticos dos problemas da Instituição nas suas áreas específicas de atuação;

III - elaborar as políticas de atuação nas áreas específicas de cada Pró-Reitoria;

IV - assessorar os Órgãos Colegiados nos processos de deliberação sobre as matérias relacionadas aos seus campos de atuação;

V - coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução das decisões inerentes às suas áreas de atuação.

a) Pró-Reitoria de Administração (Proad):

A Proad é o órgão responsável pelos assuntos relativos à administração, no que diz respeito à coordenação e à execução dos processos relativos ao orçamento, atos financeiros, contábeis e patrimoniais, serviços de compras e estabelecimento de contratos e convênios, objetivando viabilizar a adequada consecução das atividades finalísticas da Instituição. Possui 3 (três) diretorias e respectivas coordenações, que se empenham para desenvolver suas ações e atingir as metas com eficácia e eficiência, tendo como objetivo assessorar a Reitoria em assuntos referentes à área técnica, garantindo o melhor desempenho da gestão administrativa. Fazem parte da Proad a Diretoria de Finanças e Contabilidade, a Diretoria de Compras e Serviços e a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio. Durante o exercício de 2014, foram Pró-Reitores responsáveis pela unidade o professor João Ricardo Vasconcellos Gama (até 9/6/2014), Sylmara de Mello Luz (de 9/6/2014 até 4/8/2014) e atualmente o dirigente responsável pela Proad é a Pró-Reitora Geany Cleide Carvalho Martins, nomeada em 4 de agosto de 2014.

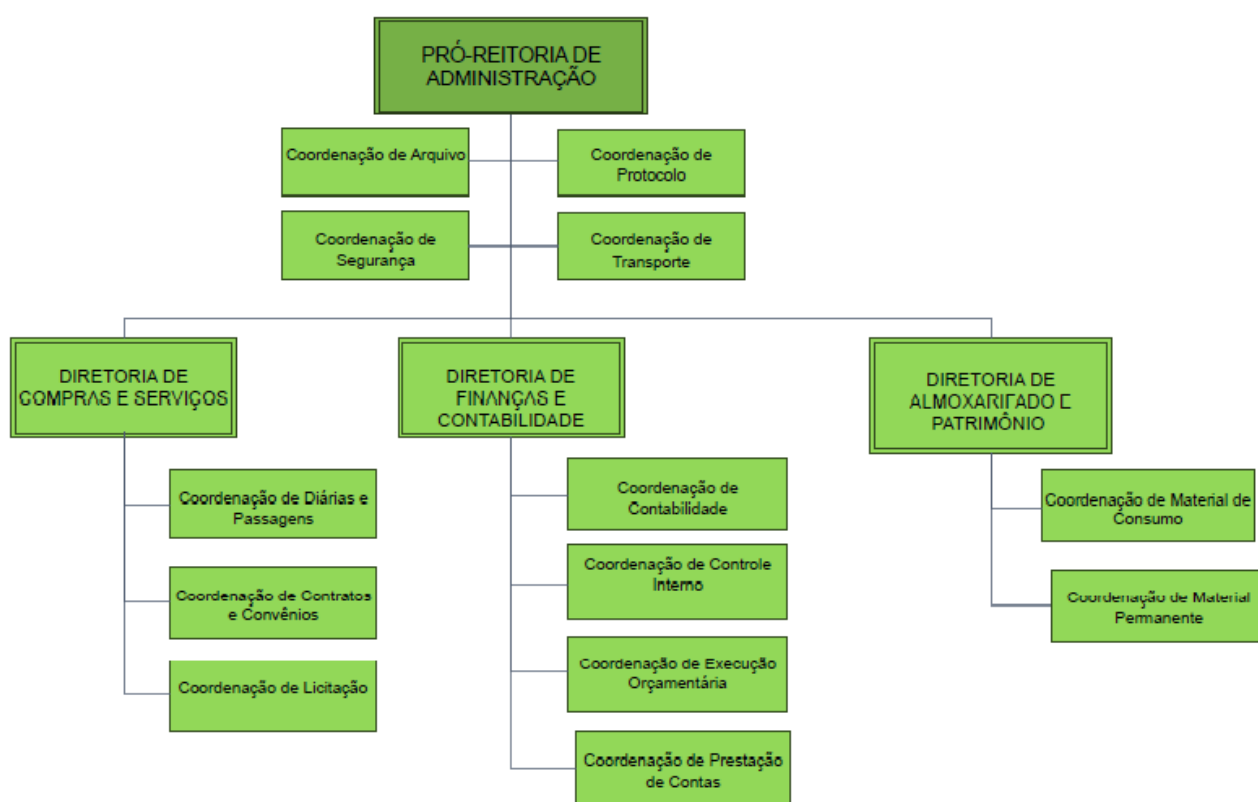


Figura 4 - Organograma da Proad.

b) Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (Procce):

Em 2014, a gestão da Procce iniciou o ano sob a responsabilidade da professora mestra Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro. Em abril de 2014, a Pró-Reitoria passou a ser gerida pelo professor doutor Thiago Almeida Vieira, até então responsável pela Diretoria de Cultura desta Unidade Administrativa.

A Procce é responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a comunidade acadêmica, cultura, esporte, no âmbito das políticas de assistência estudantil e extensão na sede e nos câmpus da Instituição. Tem como objetivos planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão.

Considerando que a Ufopa apoia-se nos princípios da universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais, a Procce visa, por meio de suas ações, aproximar esta Ifes aos diferentes segmentos da sociedade. E, para isto, deve receber, homologar e registrar propostas de ações extensionistas de diferentes áreas do conhecimento, geradas pelas unidades acadêmicas ou administrativas da Ufopa, devidamente aprovadas por seus conselhos deliberativos.

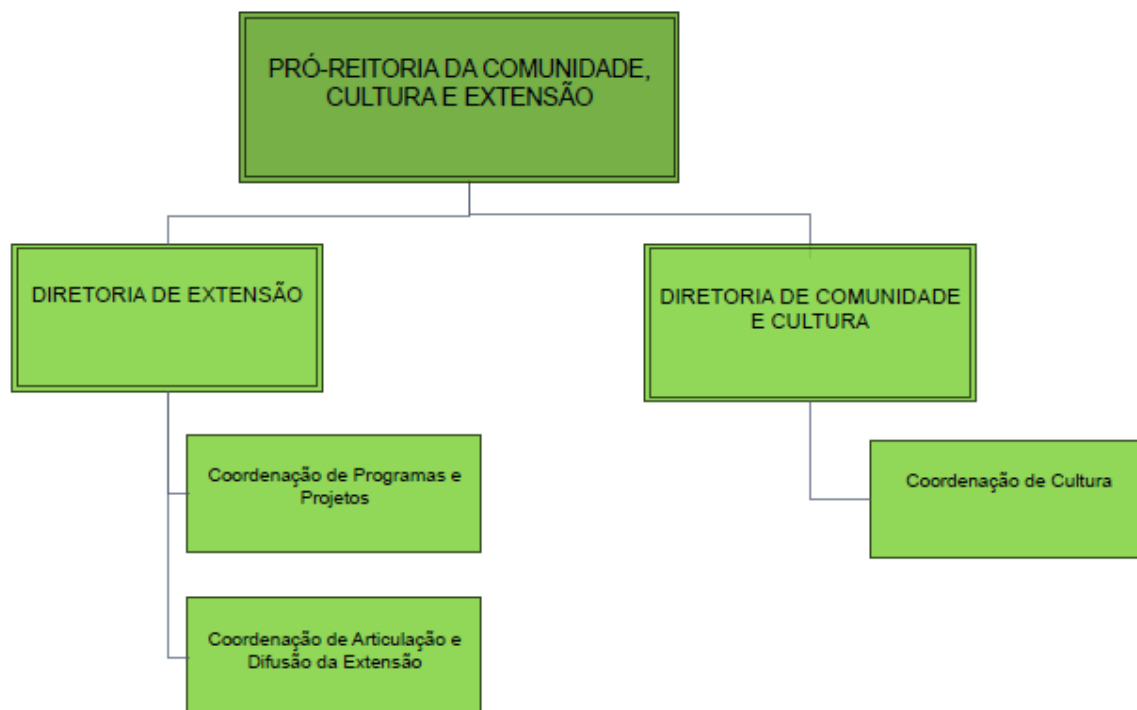


Figura 5 - Organograma da Procce.

c) Pró-Reitoria de Ensino (Proen):

A Proen iniciou o ano de 2014, sob a gestão do professor Carlos José Freire Machado, que assumiu a administração da Proen no dia 6/12/2013. No dia 14/4/2014, o professor foi exonerado das funções da Pró-Reitoria, data esta em que foi nomeada a nova gestora da Proen, a professora Maria de Fátima Sousa Lima.

A Proen é responsável pela coordenação das atividades didático-pedagógicas e administração acadêmica da Instituição e dos câmpus que formam a estrutura física da Ufopa. Ainda responde pelas alterações necessárias a quaisquer mudanças na política educacional da Ufopa, bem como todas as questões relativas às modalidades de ensino de graduação (presencial e a distância). Integram a Proen as seguintes diretorias: a Diretoria de Ensino e a Diretoria de Registro Acadêmico.

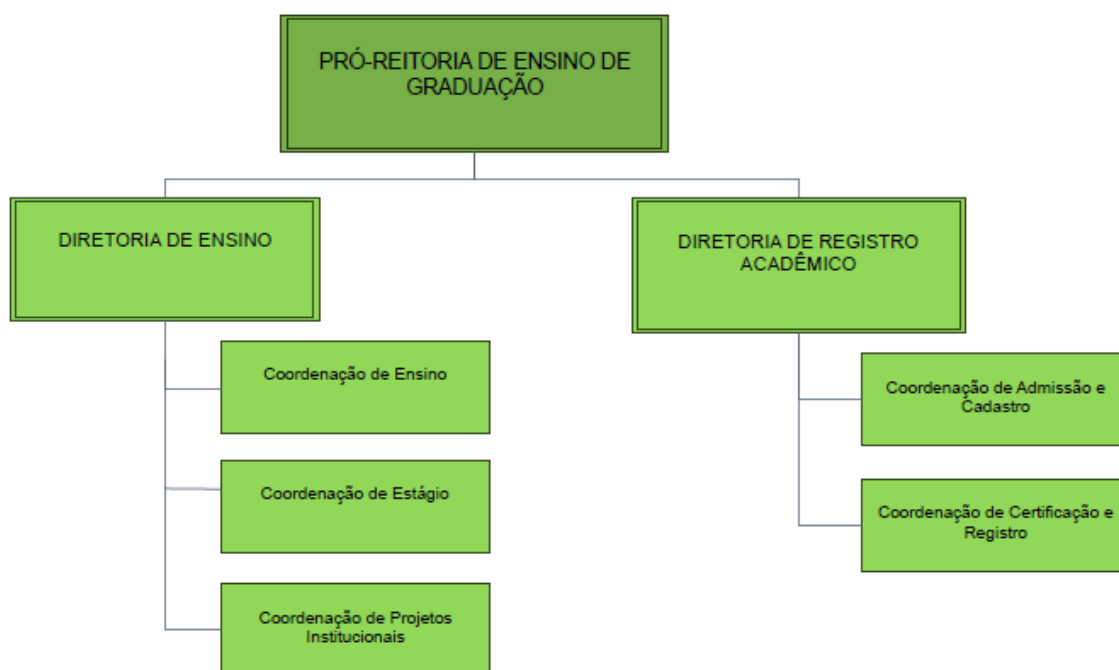


Figura 6 - Organograma da Proen.

d) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep):

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) foi criada em 16 de maio de 2014 com a nomeação da professora Izaura Cristina Nunes Pereira para o cargo de Pró-Reitora. A Progep é órgão executivo que atua no planejamento e execução de ações voltadas à área de gestão de pessoas, tais como recrutamento e seleção, capacitação e desenvolvimento do servidor, movimentação de pessoal, promoção da saúde e qualidade de vida do servidor e assistência psicossocial. É composta por duas diretorias e seis coordenações.

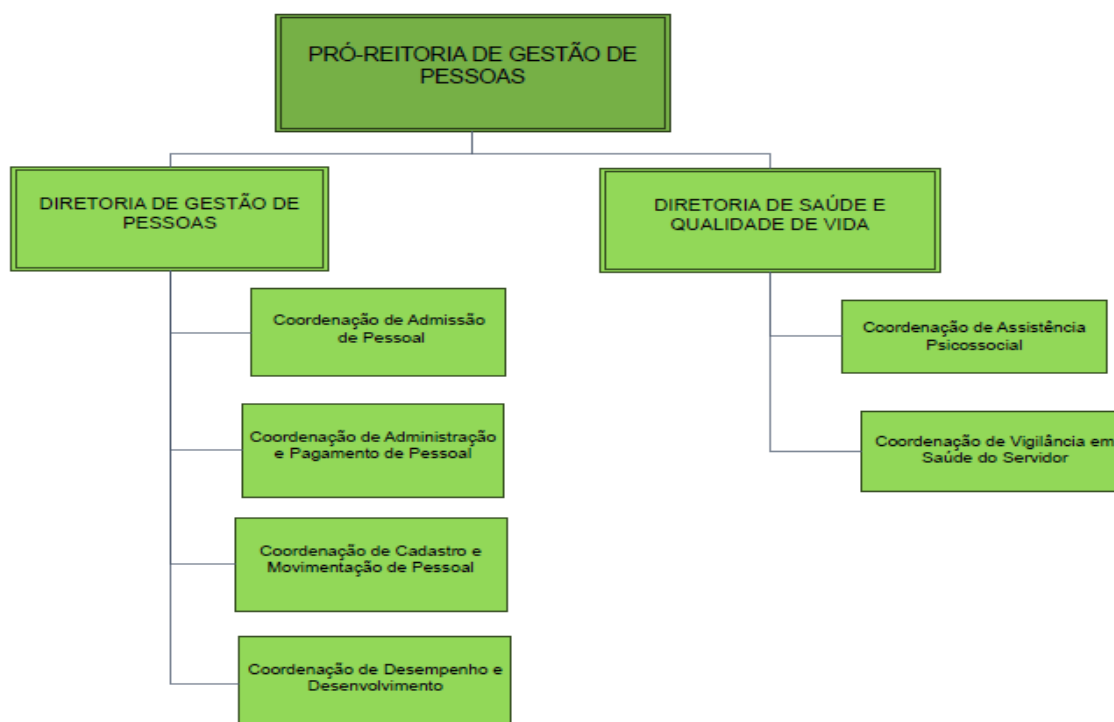


Figura 7 - Organograma da Progep.

e) Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges)

Criada em 14 de abril de 2014, a Proges tem como missão incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Secretarias Administrativas e Órgãos Suplementares, o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de sua trajetória Estudantil, por meio de ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, em vista do bom desempenho acadêmico.

Atualmente tem como dirigente o Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa, nomeado para o cargo de Pró-Reitor de Gestão Estudantil a partir de 14 de abril de 2014.

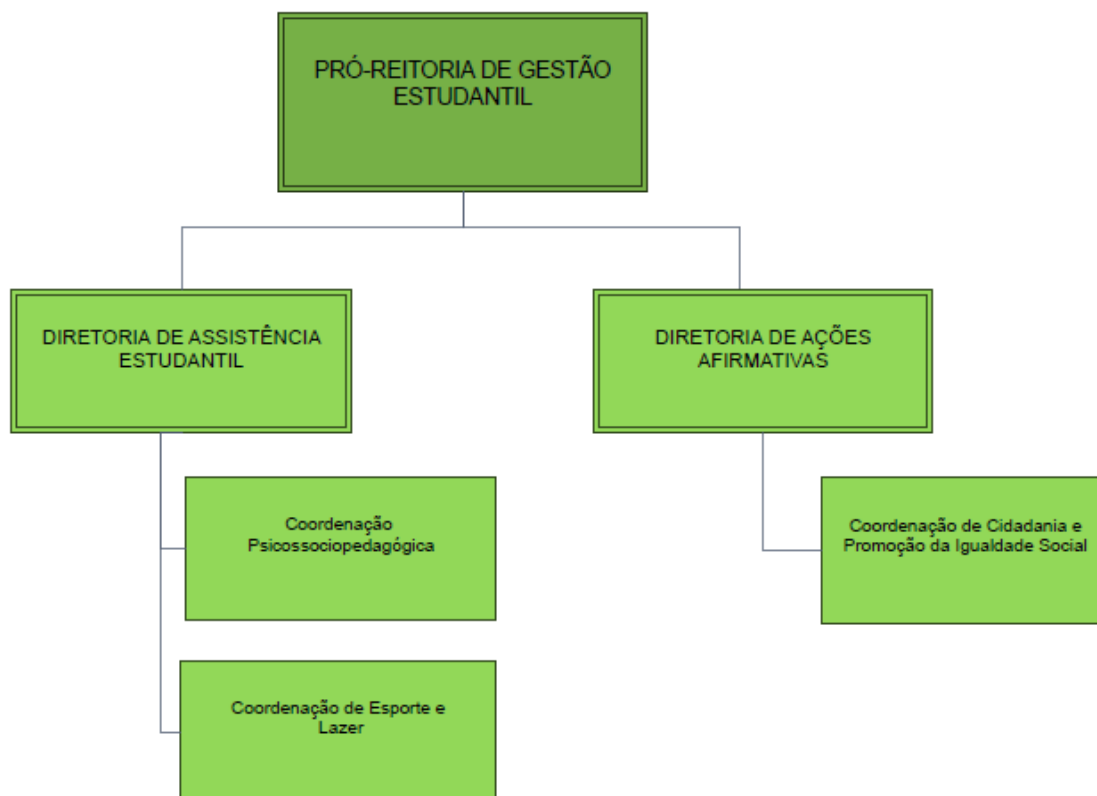


Figura 8 - Organograma da Proges.

f) Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan):

Durante o exercício de 2014, passaram quatro gestores responsáveis pela Proplan. Foram eles: Milton Renato da Silva Melo, no período de 20/12/2013 a 14/04/2014; Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos, no período de 14/4/2014 a 1º/6/2014; João Ricardo Vasconcelos Gama, no período de 1º/6/2014 a 9/6/2014; e Edson Akira Asano, a partir de 9/6/2014 até os dias atuais.

A Proplan é responsável pela coordenação geral do processo de transformação dos objetivos estratégicos da Instituição em resultados para a sociedade, visando ao cumprimento da missão e visão de futuro da Ufopa. Composta pela Diretoria de Planejamento, Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais e suas coordenações, gerencia a execução das atividades de competência de cada subunidade com base nas diretrizes norteadoras definidas pela Administração Superior, em consonância com os objetivos estratégicos da Instituição, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

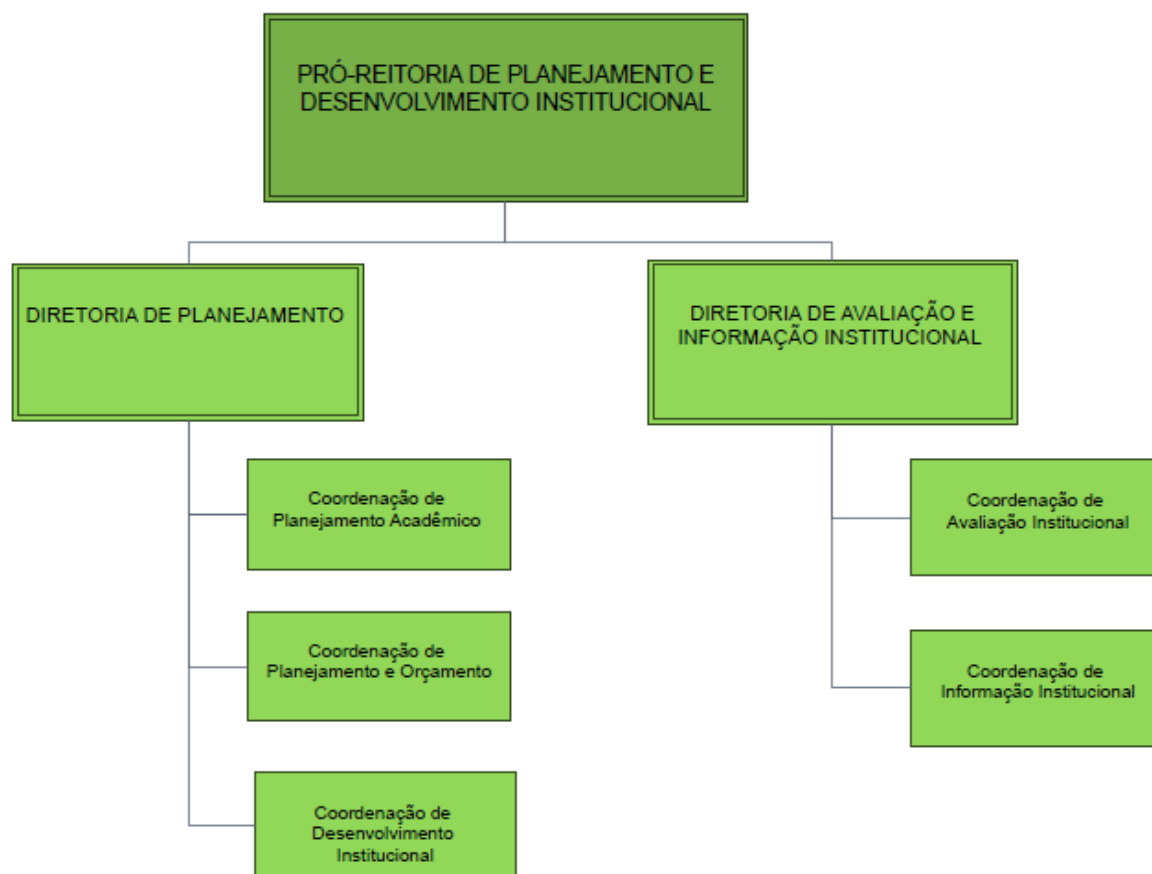


Figura 9 - Organograma da Proplan.

g) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) é um órgão executivo central, integrante da Administração Superior da Ufopa, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas executivas na área da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.

A Proppit busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da Ufopa nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica, por meio de políticas institucionais, do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas, com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade. É responsável pela execução, na Instituição, de programas financiados por agências federais e estaduais de fomentos à pesquisa e à pós-graduação, além de promover o intercâmbio entre a Ufopa e demais instituições governamentais ou não, sejam nacionais, sejam internacionais; responsável, ainda, pela definição de políticas e elaboração de metas para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica. Sua estrutura é composta pela Diretoria de Pesquisa e pela Diretoria de Pós-Graduação.

A gestão da Proppit é responsabilidade do Pró-Reitor, Prof. Dr. Sérgio de Melo, nomeado em 9/12/2013.

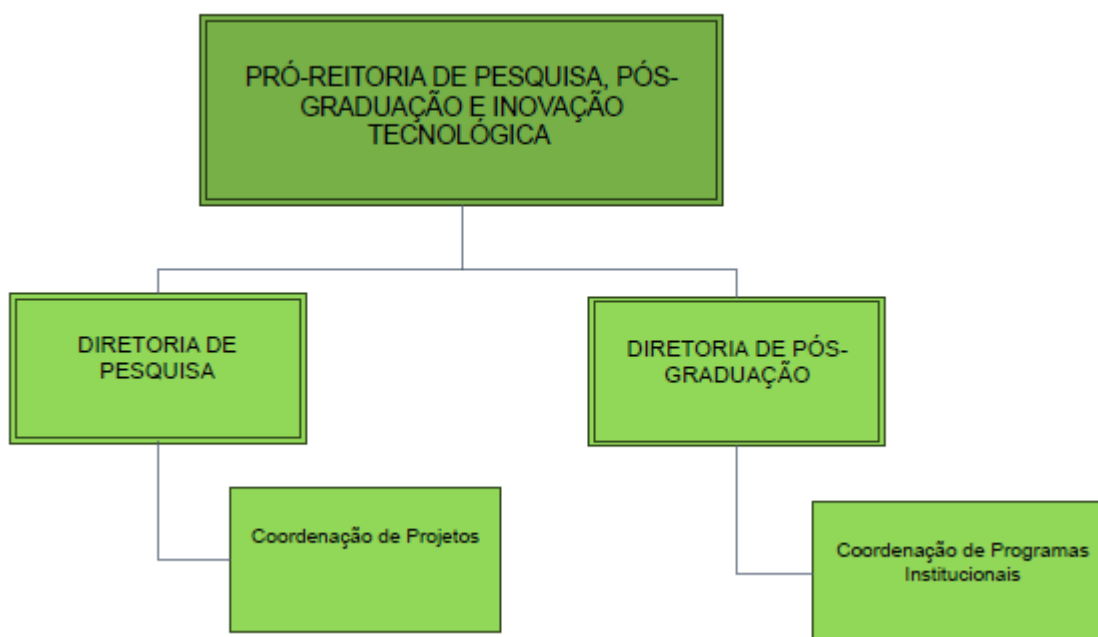


Figura 10 - Organograma da Proppit.

- **Unidades Acadêmicas**

A Unidade Acadêmica é órgão interdisciplinar que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia administrativa e acadêmica, oferecendo cursos regulares de graduação e/ou de pós-graduação que resultem na concessão de diplomas ou certificados acadêmicos. Desenvolve também, de forma indissociável, as atividades de ensino, pesquisa e inovação, incluída a extensão universitária. São Unidades Acadêmicas os Institutos (Ibef, Iced, IEG, ICS, ICTA e Isco) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Abaixo é descrito a estrutura básica dos Institutos.

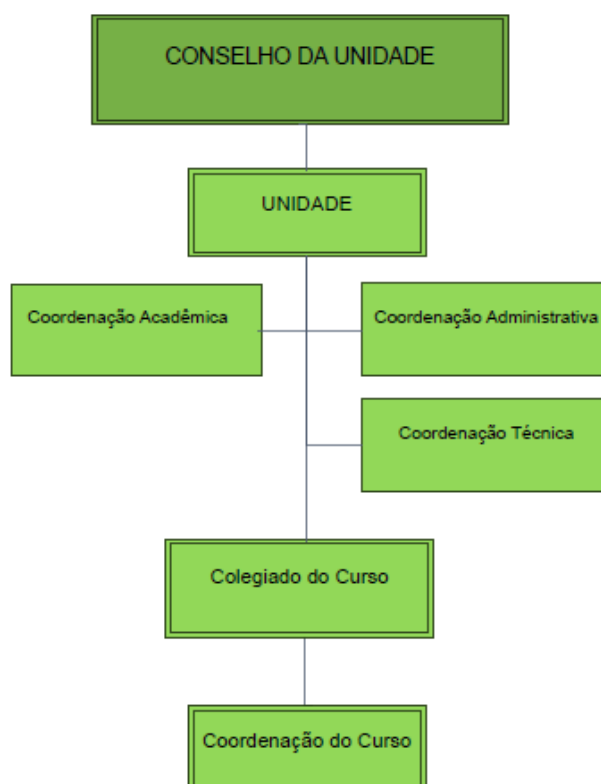


Figura 11 - Estrutura Básica dos Institutos.

a) Centro de Formação Interdisciplinar (CFI)

O CFI configura-se como uma das Unidades Acadêmicas da Ufopa, tendo sido criado na implantação da Universidade, objetivando a propagação do princípio maior desta Instituição, que é o ensino, pesquisa e extensão nos moldes interdisciplinares.

A Formação Interdisciplinar I funcionou com a oferta dos módulos: Sociedade Natureza e Desenvolvimento, Estudos Integrativos da Amazônia, Origem e Evolução do Conhecimento e Lógica Linguagem e Comunicação.

A Formação Interdisciplinar I tem como objetivo proporcionar ao estudante que inicia a sua graduação na Instituição a introdução ao conhecimento dos principais problemas globais, tomando por base o conhecimento dos problemas locais, que lhes são próximos, fundamentado nas ciências básicas então relacionadas – exatas, naturais, sociais e humanas –, bem como outras expressões do conhecimento que caracterizam a região e o bioma amazônico (projeção do local para o global).

A responsabilidade pela gestão do CFI foi do Diretor pro tempore, Prof. Dr. Andrei Santos de Moraes, com o mandato de 6/12/2013 – 15/12/2014. Em seguida, após eleição de diretores de unidade, foi nomeada a Prof. Dra. Delaine Sampaio da Silva para o mandato a partir de 16/12/2014.

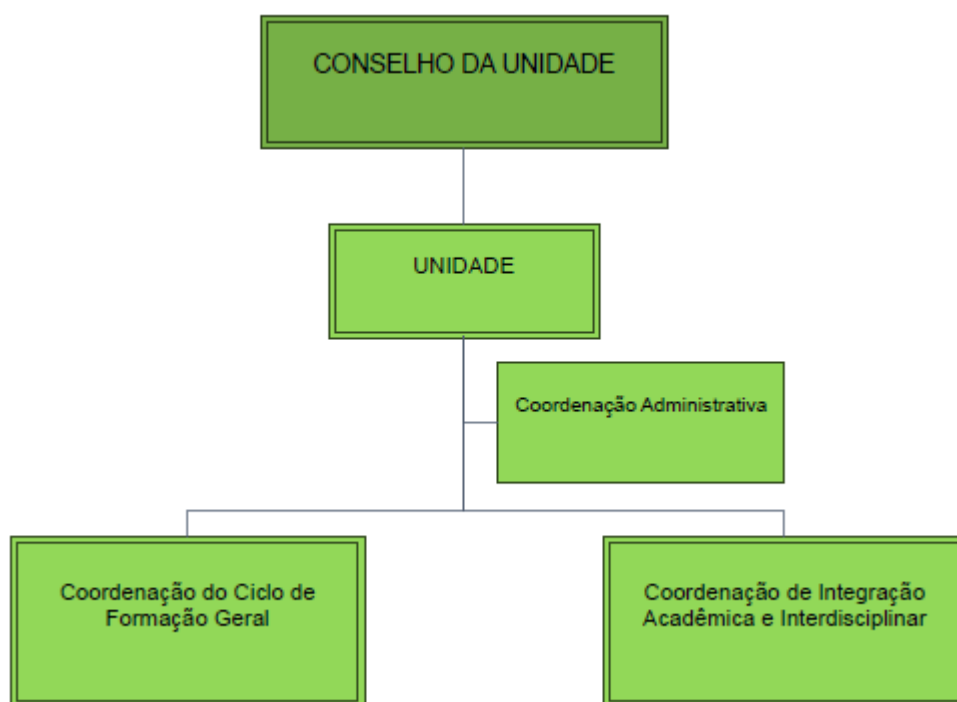


Figura 12 - Organograma do CFI.

b) Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef)

O Ibef tem como meta ensino, extensão e pesquisa, visando à formação de profissionais capazes de atuar na produção de alimentos, produção de bens, manutenção de serviços ambientais e conservação do bioma Amazônia na região oeste do Pará, como também atender aos povos e comunidades tradicionais que demandam por desenvolvimento de sistemas sustentáveis de manejo para fauna e flora, que são as alternativas capazes de contribuir para a conservação da biodiversidade, aliada ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades amazônicas. Nesse sentido, o Instituto busca formar profissionais com capacidade técnica, com habilidades para diagnosticar, solucionar os problemas gerenciais, tecnológicos e organizacionais em suas respectivas áreas de atuação.

Atualmente, o Ibef encontra-se estruturado em cursos e oferta o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, além dos Bacharelados em Engenharia Florestal, Biotecnologia, Agronomia e Zootecnia. Os dois últimos já foram devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), com a obtenção da nota 3, além do curso de Engenharia Florestal, herdado da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), que também recebeu visita do MEC para reconhecimento e recebeu nota 4. Os demais estão em processo de reconhecimento. Possui ainda o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias.

A direção do Instituto fica, até os dias atuais, a cargo da Prof^a. Dra. Elaine Cristina Pacheco de Oliveira, nomeada em 9/12/2013.

c) Instituto de Ciências da Educação (Iced)

O Iced foi dirigido, no ano de 2014, de forma compartilhada pelos seguintes Diretores: Prof. Frederico dos Santos Gradella, no período de 9.12.2013 a 10.6.2014; e pela Professora Cleise Fonseca de Abreu, no período de 20/6/2014 a 16/12/2014; e, a partir de 16/12/2014, pelo Prof. Edilan de Sant Ana Quaresma (Diretor), este último eleito por meio do primeiro processo de eleições diretas para Diretores das Unidades Acadêmicas da Ufopa.

O Iced tem como objetivo formar educadores comprometidos com a transformação social do Brasil e da Amazônia, para atuar na educação básica e educação superior, quer no espaço escolar, quer em outros espaços sociais nos quais a atuação desse profissional se fizer necessária, sempre numa perspectiva de promover o ensino crítico e reflexivo que instrumentaliza o indivíduo a intervir na sociedade, tendo em vista a sua transformação e a construção da cidadania.

O Iced oferece os seguintes cursos de graduação: Licenciatura Integrada em Biologia e Química; Licenciatura Integrada em Matemática e Física; Licenciatura Integrada em Português e Inglês; Licenciatura Integrada em História e Geografia; Licenciatura em Pedagogia; e Licenciatura em Informática Educacional.

d) Instituto de Engenharia e Geociências (IEG)

O IEG esteve sob a direção da professora Paula Ranatha Repolho, no período de 11/2013 a 3/2014; em seguida, do professor Rodolfo Maduro Almeida, no período de 3/2014 a 7/2014; depois, do Professor Guilherme Augusto B. Conde de 7/2014 a 12/2014; e, atualmente, do professor Manoel Roberval P. Santos, que é o responsável pela Direção do Instituto.

O IEG tem como objetivo realizar a educação tecnológica com responsabilidade social e ambiental, visando à formação e à qualificação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento tecnológico de forma sustentável, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação. Está dividido em três Programas de Graduação, os quais oferecem atualmente os seguintes cursos: Programa de Computação: Ciência da Computação e Sistema de Informação; Programa de Ciência e Tecnologia: BI em Ciência e Tecnologia e Engenharia Física; Programa de Ciências da Terra: BI em Ciências da Terra, Geologia, Geofísica e Ciências Atmosféricas. O IEG tem oferecido nos últimos editais do Processo Seletivo entre 150 e 200 vagas e atualmente conta cerca de 600 alunos matriculados.

e) Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)

O ICS, assim como os demais institutos, está vinculado à Ufopa, criada por meio da Lei Federal nº 12.085, que, longe de ser um projeto inicial, representa a continuidade, agora com metodologias inovadoras na construção do percurso acadêmico, articuladas com o potencial da região, de todo processo de interiorização do ensino, da pesquisa e da extensão realizados pelos dois câmpus desmembrados que deram origem à estrutura inicial da Ufopa (Câmpus da UFPA em Santarém e Unidade descentralizada da UFRA em Santarém). Dessa forma, o ICS surge em razão de uma organização acadêmica e administrativa que assegure a realização de tal proposta inovadora

que a Ufopa almeja consolidar na região amazônica.

O documento base de criação e implementação da Ufopa trazia a estrutura administrativa organizada em institutos temáticos, deixando explícito que o ICS daria foco a linhas de pesquisas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais, às políticas públicas no contexto da Amazônia e ao desenvolvimento regional. Além disso, o referido instituto teria como linhas de pesquisa a serem criadas: uso sustentável dos recursos naturais; políticas públicas no contexto da Amazônia; desenvolvimento regional; e Direitos Humanos.

O ICS é composto pelas seguintes subunidades: Programa de Ciências Jurídicas (PCJ), curso de Direito e o Núcleo de Prática Jurídica, vinculado ao PCJ; Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR), curso de Ciências Econômicas e curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA), curso de Antropologia e curso de Arqueologia; Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Durante o exercício de 2014 foram diretores do ICS: o Prof. Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães, no período de 16/4/2013 a 31/5/2014; em seguida, a Prof. Ma. Marlene Escher Furtado, no período de 1º/6/2014 até 15/12/2014; e, atualmente, após eleições diretas, a direção do Instituto é de responsabilidade do Prof. Jarsen Luis Castro Guimarães, que assumiu em 16/12/2014.

f) Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA)

As políticas públicas relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais, a aplicação da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável são determinantes para as perspectivas ambientais do futuro da Amazônia. Assim, a existência do ICTA possibilita a formação de recursos humanos habilitados para desempenhar papel estratégico local, regional ou mesmo internacionalmente em pesquisas científicas básicas e aplicadas, na gestão ambiental e nos diversos segmentos da cadeia produtiva, envolvendo organismos aquáticos e seus derivados, proporcionando, por meio do ensino superior, a construção de cenários sustentáveis para as águas amazônicas.

O ICTA tem como missão ser um Instituto de referência na formação de profissionais habilitados em recursos hídricos e aquáticos, com capacidade técnica e científica para pesquisar, diagnosticar e solucionar os problemas gerenciais, tecnológicos e organizacionais em suas respectivas áreas de atuação na região amazônica.

Os cursos que estão atualmente em funcionamento no ICTA são os seguintes: Bacharelado em Biologia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia de Pesca, Gestão Ambiental, Bacharelado em Ciência e Tecnologia das Águas e o Programa de Pós-Graduação em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos.

A Diretoria do Instituto, durante o exercício de 2014, foi de responsabilidade da professora Sheyla Regina Marques Couceiro, no período de 10/12/2013 a 3/6/2014; e do Professor Keid Nolan Silva Sousa, a partir de 3/6/2014 até os dias de hoje.

g) Instituto de Saúde Coletiva (Isco)

O Isco foi criado pela Resolução nº 46, de 20 de novembro de 2013. Entretanto, a nomeação do primeiro diretor, o Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes, que assumiria para um mandato *pro tempore*, deu-se em 20 de agosto de 2014. Em 16 de dezembro de 2014, o professor foi nomeado para assumir a Direção definitiva, após processo eleitoral.

Juntamente com a criação do Instituto, foi instituída a criação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e ocorreu a migração do Curso de Farmácia, já ofertado pela Ufopa, sob a responsabilidade do Ibef, acompanhado do respectivo quadro de servidores, ora composto por 13 (treze) docentes e 2 (dois) técnicos administrativos, sendo 1 (um) farmacêutico e 1 (uma) química, além da incorporação dos laboratórios de Fitoquímica, Farmacologia e Farmacotécnica. Embora o Isco tenha sido criado no ano de 2013, os trabalhos na unidade somente

foram iniciados a partir da nomeação do seu diretor, de forma que o Curso de Farmácia permaneceu sob a gerência do Ibef até aquela data.

Em virtude da carência de servidores técnicos administrativos em educação (TAE) na Ufopa, bem como de espaço físico, os TAEs somente foram designados ao Instituto a partir de 24 de novembro de 2014, coincidindo com a recente disponibilização de uma sala para as atividades do Instituto, localizada no Câmpus Amazônia que inicialmente foi compartilhada com a direção, docentes e técnicos administrativos em educação.

- **Câmpus fora de Sede**

Os **câmpus fora de Sede** (Alenquer, Monte Alegre, Itaituba, Juruti, Óbidos, Oriximiná) são unidades regionais da Universidade, instaladas em determinadas áreas geográficas, com autonomia administrativa e acadêmica. Atualmente, as atividades dos câmpus funcionam em instalações cedidas pelas prefeituras municipais dos municípios para desenvolvimento do Plano Nacional de Formação de Professores para o Ensino Básico (Parfor).

A Ufopa foi criada como Universidade multicâmpus e por esta razão investe agora na oferta de cursos no Câmpus de Oriximiná, o qual está preparado com infraestrutura mínima para esta oferta. O único câmpus com infraestrutura física própria é o de Oriximiná, repassado pela UFPA, conforme previsto na Lei nº 12.085/2009, que trata da criação da Ufopa. No ano de 2014, os esforços do câmpus foram direcionados à implantação de cursos de graduação. O câmpus começou a se organizar, tanto na estrutura física como na de pessoal, para atender às demandas futuras do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas e Conservação, que iniciará em 2015.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

A Ufopa ainda não realizou completamente o mapeamento de seus processos de ação. Suas atividades são baseadas em sua lei de criação, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016, no seu regimento e no Estatuto da Instituição, citados anteriormente.

Dessa forma, consideram-se como macroprocessos finalísticos da Ufopa o ensino, a pesquisa e a extensão.

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e extensão. Independente do nível de ensino, o foco do ensino na Instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica.

Os cursos são estruturados em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

O ensino de graduação da Ufopa é de atribuição da Proen, que é responsável pela proposição, coordenação e avaliação das políticas de ensino de graduação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e em cooperação com as unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa.

Aos Institutos estão vinculados Programas, que são constituídos de Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares com duração de 3 (três) anos e/ou Bacharelados e Licenciaturas Profissionais, com duração entre 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.

Durante o exercício de 2014, a Ufopa ofertou 34 (trinta e quatro) cursos de graduação, sendo 20 (vinte) Bacharelados Específicos, 4 (quatro) Licenciaturas Integradas, 2 (duas) Licenciaturas Plenas e 8 (oito) Bacharelados Interdisciplinares. Além disso, encontram-se em andamento os cursos de Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Sistemas de Informação, Bacharelado em Direito, Licenciatura em Geografia, Física Ambiental, Pedagogia e

Licenciatura em Letras, todos eles oriundos da UFPA; e o curso de Engenharia Florestal, oriundo da UFRA. O acesso aos cursos oferecidos pela Ufopa é realizado via Enem.

Atualmente, existem as modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber:

- Processo Seletivo Regular (PSR)

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos. Serão admitidos os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

- Processo Seletivo Especial (PSE)

O PSE é uma modalidade de seleção diferenciada, por meio do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos indígenas para admissão no semestre inicial intitulado Formação Interdisciplinar I, comum e obrigatório a todos os ingressantes em cursos de nível de graduação da Ufopa, sem prejuízo da previsão, no edital do Processo Seletivo Regular, do integral respeito aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012, com exceção dos indígenas, cuja cota é objeto específico do supracitado PSE, considerando-se as peculiaridades da região onde está implantada esta Instituição Federal de Educação, vinculada ao Ministério da Educação, na forma do artigo 207 da Constituição Federal.

- Mobilidade Acadêmica Interna ou Reopção

Este processo destina-se aos discentes da Ufopa como transferência de um curso de Graduação para outro, neste caso conceituado como reopção, de acordo com as normas a serem estabelecidas no Regulamento de Graduação e em obediência aos seguintes critérios: existência de vagas remanescentes; aprovação em processo seletivo interno elaborado pela Proen, podendo considerar o Índice de Desempenho Acadêmico (IDA) e a análise do currículo e inscrever-se até a metade da duração do curso, uma única vez.

- Mobilidade Acadêmica Externa ou Transferência

Poderão ser aceitas transferências de discentes oriundos de outras instituições de ensino superior, nacional ou estrangeira, para cursos de Graduação correspondentes ou para cursos afins, conforme processo de seleção definido em edital.

- Processos Interinstitucionais

O ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de Graduação da Ufopa destina-se a atender alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições, amparados por legislação específica.

São modalidades de ingresso por processos interinstitucionais:

- Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), o qual está destinado ao ingresso de estudantes estrangeiros selecionados em seu país de origem, de acordo com a legislação federal;
- Transferência *ex officio* e será concedida ao servidor público e a seus dependentes, na forma da lei;
- Convênio interinstitucional, o qual atenderá a estudantes oriundos de instituições conveniadas;
- Matrícula de cortesia concedida a funcionário estrangeiro de país que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil.

Para os cursos citados anteriormente, a Ufopa ofertou em 2014, por meio do Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 – Ufopa, 862 (oitocentos e sessenta e duas) vagas para o ingresso nos cursos (Bacharelados Interdisciplinares e Licenciaturas), distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo 431 (quatrocentos e trinta e uma) vagas para o sistema de cotas, considerando os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.711, de 16 de agosto de 2012, e na Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012. Abaixo uma tabela de demonstração desta informação.

Tabela 1 - Total de inscritos/homologados/matriculados no processo seletivo.

Processo Seletivo	Inscritos/ Homologados	Convocações	Vagas Ofertadas	Vagas Preenchidas/ Matriculados
PSR/2014 Edital nº 1/2014-Ufopa	11694	6	862	859
PSE/2014 Edital nº 5/2013 -Ufopa	432	2	65	65
Mobilidade Externa (Iced) Edital nº 4/2013*		2	65	65

Fonte: DRA/Proen.

Ainda para a graduação, a Universidade formalizou convênios para a realização de estágio curricular, que faz parte do projeto pedagógico dos cursos e busca a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular nas instituições de ensino superior. Para tal, a Ufopa conta com a Coordenação de Estágio (CE), à qual compete coordenar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de estágio não obrigatório e, de forma indireta, de estágio obrigatório dos discentes desta Ifes em empresas e instituições conveniadas. Suas atividades estão embasadas na Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008) e na Instrução Normativa da Ufopa nº 6/2010.

O principal objetivo da CE é viabilizar as oportunidades de estágio aos discentes da Ufopa, enfatizando o caráter pedagógico do estágio, visando, dessa forma, desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático, em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao discente a interação com seu universo de atuação profissional. Em relação aos convênios para concessão de estágio, temos até a presente data, 27 (vinte e sete) instituições e empresas conveniadas como concedentes de estágio, elencadas a seguir:

Tabela 2 - Instituições/empresas conveniadas como concedentes de estágio.

Convênio para Estágios			
Nº	Instituição/Empresa	Vigência do Convênio	
1	Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais (Apae)	18/6/2014	17/6/2019
2	Associação dos Produtores Rurais de Santarém (Aprusan)	14/4/2014	14/4/2019
3	Bioativa Farmácia de Manipulação	6/11/2013	6/11/2016
4	Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac)	26/9/2014	26/9/2019
5	Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental/Projeto Saúde e Alegria (Ceaps)	1º/4/2014	1º/4/2019
6	Centro de Educação Profissional Esperança (Cepes)	18/11/2014	18/11/2019
7	Colégio Dom Amando	26/6/2014	26/6/2019
8	Colégio Santa Clara	12/6/2014	12/6/2019
9	Colônia de Pescadores Z-20	9/7/2014	9/7/2019
10	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona)	24/6/2014	24/6/2019
11	Defensoria Publica do Estado do Pará – Núcleo Regional do Baixo Amazonas	13/9/2013	13/9/2015
12	Distribuidora Big Benn S.A	30/12/2013	30/12/2016
13	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	10/5/2011	10/5/2016
14	Estado do Pará – Secretaria de Administração do Estado do Pará (Sead) e órgãos da administração direta autárquicas e fundacionais	18/12/2013 ou 31/10/2013	17/12/2017
15	Faculdades Integradas do Tapajós (FIT)	26/03/2014	26/03/2019

16	Frigorífico Ribeiro	1º/10/2014	1º/10/2019
17	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	28/2/2014	28/2/2019
18	Justiça Federal – Subseção Judiciária de Santarém	21/10/2010	21/10/2015
19	Laboratório Celso Matos	6/5/2014	6/5/2019
20	Ministério Público do Estado do Pará (MPE)	13/9/2010	14/9/2015
21	Ministério Público da União (MPU)	22/3/2010	22/3/2016
22	Ministério Público do Trabalho – 8ª Região	7/7/2010	7/7/2016
23	Pastoral do Menor	10/9/2014	10/9/2019
24	PROMAM Empreendimentos LTDA (Consultoria e Assessoria Agroambiental)	10/4/2014	10/4/2019
25	Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Regional	29/11/2013	29/11/2016
26	Tapajós Alimentos	21/10/2014	21/10/2019
27	Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	16/12/2013	16/12/2018

Além das instituições supracitadas, a Ufopa possui convênio com 4 (quatro) Agentes de Integração. Os agentes de integração são responsáveis pela intermediação entre a instituição de ensino, a concedente de estágio e o estudante, assessorando a captação de discentes para integrá-los no mercado de trabalho.

Tabela 3 - Agentes de integração conveniados com a Ufopa.

Nº	Agentes de Integração Conveniados	Vigência	
1	Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)	21/10/2010	Indeterminado
2	Fundação Ulbra (Fulbra)	19/3/2014	Indeterminado
3	IEL/Pará – Instituto Euvaldo Lodi	20/10/2010	20/10/2015
4	Super Estágios LTDA.	13/6/2012	13/6/2017

A Ufopa também oferece o Programa de Monitoria, criado pela Lei nº 5.540/68 que propunha a Reforma Universitária no Brasil. A monitoria é uma excelente oportunidade para envolver discentes de graduação no âmbito do ensino, apresentando situações que permitem aos estudantes refletir, elaborar ações, participar em diversas funções da organização e perceber a existência da relação professor-aluno, contribuindo assim para o percurso acadêmico, tanto do monitor, quanto dos alunos monitorados, uma vez que o acadêmico monitor tem a chance de vivenciar a experiência do contato com a docência.

Dentre as ações programadas pela Proen, existe o Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional, que tem por objetivo a concessão de bolsas e a ajuda de custo para mobilidade acadêmica nacional, mediante submissão de projetos de mobilidade acadêmica de nível de graduação por parte dos Institutos que fomentem ações acadêmicas de ensino integrado com pesquisa e extensão em outras Instituições Federais de Ensino Superior durante os semestres de 2014.

Esta modalidade de intercâmbio nacional contempla todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação na Ufopa, a partir do terceiro período, que apresentem Índice de Desempenho Acadêmico Geral (IDAg) ou Coeficiente de Rendimento Geral igual ou superior a 7,0 (sete). O discente só pode fazer uma única inscrição, indicando uma, e somente uma, IES receptora, conforme rol das instituições participantes do Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional do Instituto. Além disso, deverá apresentar carta de aceite e plano de trabalho da IES receptora.

No ano de 2014, por meio do Edital nº 3/2014-Proen, de março de 2014, a Proen, por meio Coordenação de Projetos Educacionais (CPE), concedeu 45 (quarenta e cinco) bolsas, divididas em um quantitativo de 9 (nove) para cada Instituto, entre estes, estão ICTA, o Ibef, o ICS, IEG e o Iced.

A Ufopa também busca a articulação com uma rede de parcerias para a integração entre Universidade e Educação Básica, com o Programa de Educação Tutorial (PET). O Programa de Educação Tutorial constitui-se, portanto, em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação que têm sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientada pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET não visa apenas proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade.

A médio e longo prazo, a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) espera fomentar a formação de profissionais de nível superior, nas diversas áreas do conhecimento, dotados de elevados padrões científicos, técnicos, éticos e com responsabilidade social, nas diversas áreas do conhecimento, que sejam capazes de atuação no sentido da transformação da realidade nacional, em especial como docentes e pesquisadores pós-graduados em áreas profissionais. Na Ufopa existem dois Grupos: O Grupo PET/Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares – Comunidades do Campo (PET CFI) e o Grupo PET/PET – Bacharelado Interdisciplinar em Tecnologia da Informação Ufopa (PET IEG), os quais são acompanhados institucionalmente pela Proen, por meio da Coordenação de Projetos Educacionais.

Ainda promovendo a integração com a educação básica, a Ufopa oferta turmas para o Parfor, que é um programa emergencial instituído para atender ao disposto no artigo 11, inciso III, do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior (IESs). E tem como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. Os cursos que fazem parte do Parfor são: Licenciatura Integrada em Matemática e Física; Licenciatura Integrada em Biologia e Química; Licenciatura Integrada em História e Geografia; Licenciatura Integrada em Português e Inglês; e Pedagogia.

O ano de 2014 foi especial para o Parfor/Ufopa, pois foi o ano em que as primeiras turmas do programa no âmbito da Ufopa concluíram o curso, aguardando, para 2015, apenas a integralização e a colação de grau. A exceção é para o município de Almeirim, cujas primeiras turmas devem colar grau apenas a partir do segundo semestre de 2015, pois a oferta dos cursos nesse município iniciou-se um semestre mais tarde. O passo final para a integralização das turmas de 2010 é o preenchimento da lauda de diploma pelos discentes, a qual está sendo providenciada pela Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) e será preenchida pelos alunos e entregue às coordenações locais de cada município com oferta de cursos do Parfor, que serão responsáveis também pelo recebimento de toda a documentação pessoal necessária para emissão do diploma e arquivamento na DRA.

Os eventos de colação de grau das turmas 2010 dos cursos do Parfor na Ufopa têm datas marcadas em cada município e ocorrerão a partir do fim de fevereiro até o fim do mês de março de 2015. Não há, ainda, informações sobre a quantidade exata de formandos por câmpus, visto que isto será contabilizado somente após a finalização das tutorias e reofertas de disciplinas. O Parfor, no ano de 2014, contribuiu de forma significativa para a região por meio da formação de professores que já atuavam na rede pública estadual e municipal sem formação superior, formando também professores que já possuíam formação superior, mas que atuavam e ainda atuam em outra área.

Contudo, a Proen proporciona também a política institucional de incentivo à melhoria de ensino de graduação; a política institucional de apoio ao desenvolvimento de projetos educacionais e articulação universidade e educação básica; assessoramento pedagógico e realização de eventos acadêmicos que buscam a valorização da produção acadêmico-científica de discentes e professores.

Quanto ao ensino de pós-graduação, a responsabilidade pelo acompanhamento e desenvolvimento é da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit), que é um órgão executivo central, integrante da Administração Superior da Ufopa, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas executivas nas áreas da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.

A Proppit busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da Ufopa nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica, por meio de políticas institucionais, do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas, com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade. É responsável pela execução, na Instituição, de programas financiados por agências federais e estaduais de fomentos à pesquisa e à pós-graduação, além de promover o intercâmbio entre a Ufopa e demais instituições governamentais ou não, sejam nacionais ou internacionais.

Atualmente estão em funcionamento na Ufopa sete cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo quatro mestrados acadêmicos (1 - Recursos Naturais da Amazônia; 2 - Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos; 3 – Biociências; e 4 - Educação); dois profissionais em rede (1 - mestrado profissional de Matemática e Mestrado Profissional em Letras (Profmat e Profletras, respectivamente); e um doutorado (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Adicionalmente, em parceria com a Unicamp, é ofertado um curso de doutorado em Educação (Dinter). Dois cursos de especialização *lato sensu* iniciaram em 2014, a saber: Especialização em Coordenação Pedagógica e Educação Infantil.

Os cursos de mestrados absorveram 94 novos alunos em 2014, enquanto o doutorado absorveu 14 novos alunos. Assim, o ano encerrou com um total de 196 alunos matriculados nos cursos de mestrado e 45 no de doutorado, incluindo o Dinter.

Já os cursos de especialização ofertaram 700 vagas, das quais 614 foram preenchidas, sendo 494 alunos na Especialização em Coordenação Pedagógica e 120 alunos na Especialização em Educação Infantil.

Em 2014 os resultados de destaque da pós-graduação referem-se aos primeiros egressos do curso de Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos, que finalizou a titulação de sua primeira turma (turma -2012). Paralelamente, os egressos do PGRNA e do Profmat, um total de 39 mestres formados. Uma grande conquista para a Ufopa concluir a formação dos seus primeiros mestres. Destacam-se, no âmbito da pós-graduação, a aprovação e o início da primeira turma do Mestrado Profissional em Rede de Letras (Profletras), que objetiva contribuir para a formação de professores da rede pública de ensino.

Quanto à pesquisa, na Ufopa objetiva-se incentivar professores, alunos e técnicos, em busca de um maior conhecimento científico, bem como da introdução de inovações tecnológicas que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica.

As políticas de pesquisa da Ufopa preveem ações dirigidas ao fortalecimento dos grupos de pesquisa já existentes na Instituição e à criação de novos grupos, para apoio de seus projetos, infraestrutura e captação de recursos; ao incentivo na qualificação de seus professores, estimulando os cursos de Doutorado e os estágios de Pós-Doutorado na Ufopa e (ou) em outras instituições; à atração de novos doutores para a região, por meio de editais específicos; ao intercâmbio de pesquisadores com outras instituições científicas e tecnológicas, objetivando a permuta de experiências e o desenvolvimento de projetos comuns, estabelecendo termos de cooperação entre as instituições parceiras. Buscando alcançar a excelência na pesquisa, também é política da Ufopa a integração entre a educação básica e a educação superior por meio de ações de iniciação científica do ensino médio. Destacam-se os avanços na cooperação nacional e internacional com várias instituições que contribuem muito para o processo de consolidação da Universidade.

No ano de 2014, 42 (quarenta e dois) projetos foram cadastrados na Diretoria de Pesquisa da Proppit, sendo 16 (dezesesseis) do Instituto de Ciências da Educação, 8 (oito) do Instituto de biodiversidade e Florestas, 6 (seis) do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, 5 (cinco) do Instituto de Ciências da Sociedade, 4 (quatro) do Instituto de Engenharia e Geociências e 3 (três) do

Centro de Formação Interdisciplinar. Do total, 8 (oito) apresentam financiamento externo, sendo 4 (quatro) apoiados pelo CNPq, 2 (dois) pela Fapespa e 2 (dois) pela Capes. Destaca-se que entre os projetos cadastrados 9 (nove) obtiveram alocação de carga horária de pesquisa. Os demais, no entanto, não solicitaram, indicando que devam participar de outros projetos cadastrados em anos anteriores.

A Ufopa encerrou o exercício de 2014 com um total de 31 (trinta e um) grupos de pesquisas cadastrados no CNPq certificados pela Instituição. Grupo de Pesquisa é a denominação atribuída ao grupo de pesquisadores e estudantes que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica. Há o envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa no qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos.

Os resultados da pesquisa foram publicados em anais de eventos e em periódicos científicos e em livros.

Durante o exercício, o financiamento de projetos pela Ufopa se deu por meio da concessão de bolsas de estudo (iniciação científica, mestrado, doutorado). Adicionalmente, foram concedidos aos estudantes de mestrado e doutorado auxílios para participação em eventos científicos, para desenvolvimento de atividades de campo e para intercâmbio (mobilidade) em instituições nacionais. Foram realizadas: 11 (onze) bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Inovação Tecnológica (Pibiti), sendo 4 (quatro) CNPq e 7 (sete) Ufopa; 93 (noventa e três) Bolsas Pibic/Ufopa, 81 (oitenta e um) Pibic/Fapespa e 24 (vinte e quatro) Pibic/CNPq; manutenção das 150 (cento e cinquenta) bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Ensino Médio (Pibic-EM/Pibic CNPq); e a aprovação e implantação de 13 (treze) bolsas e 13 (treze) auxílios moradia do Programa Prodoutoral da Capes destinados aos professores da Ufopa que realizam doutorado fora da Instituição.

Na Ufopa, as ações acadêmicas são integradas em unidades denominadas Programas. Por isso, não se distinguem as atividades de extensão de outras atividades acadêmicas. A extensão envolve, principalmente, ações de articulação com a sociedade, com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade, como processo de socialização do conhecimento e como formação de novos saberes.

A unidade responsável pelo desenvolvimento da extensão na Ufopa é a Procce, criada em 2013, que tem como objetivos planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão. Considerando que a Ufopa apoia-se nos princípios da universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais, a Procce visa, por meio de suas ações, aproximar esta Ifes aos diferentes segmentos da sociedade. Para isto, ela deve receber, homologar e registrar propostas de ações extensionistas de diferentes áreas do conhecimento, geradas pelas unidades acadêmicas ou administrativas da Ufopa, devidamente aprovadas por seus conselhos deliberativos.

Em razão do recente início de caminhada da Procce, sua política de extensão vem sendo criada contando com a colaboração de toda a comunidade acadêmica.

A Diretoria de Extensão, por meio da Coordenação de Programas e Projetos, gerencia 2 (dois) programas de extensão desenvolvidos por docentes da universidade e que proporcionam oportunidades de participação dos alunos como bolsistas.

O Programa de Extensão Universitária (Proext), promovido pelo Ministério da Educação (MEC), tem âmbito nacional e seu processo seletivo ocorre em meados do segundo semestre de cada ano para vigência de janeiro a dezembro do ano subsequente.

Para 2014, a Ufopa obteve aprovação de 8 (oito) programas/projetos, conforme descrição abaixo (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de Programas e Projetos de Extensão por Unidade e Público Beneficiado.

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes	Técnicos
CFI	2	32	11	47	-
Iced	-	8	7	21	-
Ibef	-	13	11	19	-
ICS	2	15	13	37	-
ICTA	-	8	6	14	-
IEG	2	11	9	37	-
Isco	-	3	3	-	-
Total geral	6	90	38	94	0

Fonte: Direx/Procce.

Outro programa também gerenciado pela Coordenação de Programas e Projetos da Procce é o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), que tem âmbito da universidade e seu processo seletivo ocorre em agosto/setembro de cada ano para vigência de 1º de outubro do mesmo ano até 30 de setembro do ano subsequente.

O PIBEX 2013/2014 ofereceu 40 (quarenta) bolsas para discentes dos diversos cursos de graduação, conforme seleção feita pelos orientadores dos Planos de Trabalho. Já o PIBEX 2014/2015 apresentou um aumento de 30% (trinta) na oferta de bolsas, contemplando então 52 (cinquenta e dois) estudantes.

A Diretoria de Extensão atua também na promoção e no apoio de atividades extensionistas em parceria com as Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa.

Na prática, as ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são aquelas orientadas pelas diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), pelo Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional e Regimento Geral da Ufopa.

Desse modo, a Política de Extensão da Ufopa prevê que as ações de extensão são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

Ademais, as Unidades Acadêmicas promovem diversas ações extensionistas, principalmente por meio de cursos, oficinas, palestras e outros tipos de eventos. Estas ações ocorrem nas áreas de Meio Ambiente; Agricultura; Recursos Florestais; Educação; Geologia; Tecnologia Digital; Informática; Direito; Ciências Sociais; Economia; Trabalho; Produção Pesqueira e Aquicultura; Patrimônio Cultural; Diversidade Cultural; Arte e Cultura; Inclusão Social, Turismo etc.

Os projetos desenvolvidos pela Universidade atendem aos objetivos estratégicos do PDI, os quais visam: intensificar o uso de tecnologias educacionais; valorização da diversidade cultural; valorização de aspectos éticos e democráticos, inclusão social e desenvolvimento sustentável (por meio da sensibilização social e ambiental). Esses objetivos são atendidos hoje pelas metas estabelecidas para a vigência do PDI: número de projetos de extensão voltados à diversidade cultural e ao meio ambiente.

• Principais Parceiros

Para um melhor desempenho da execução dos objetivos propostos, a Ufopa realiza parcerias (termos de cooperação) com algumas instituições públicas e privadas, tendo como principais parceiros: os Ministérios da Educação; de Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento Agrário; e das Comunicações; Prefeitura Municipal de Santarém; Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa); Museu Paraense Emílio Goeldi e órgãos de fomento, como a Capes e o CNPq. Possui ainda o Parfor, que visa proporcionar aos professores em exercício da rede pública de educação básica a formação requerida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). É executado por meio de parceria e do fomento financeiro da Capes/MEC, termos de cooperação com a Secretaria Estadual de Educação do Pará (Seduc) e Secretarias

Municipais de Educação (SEMEDs) dos 8 municípios-polo que atendem às turmas de cinco licenciaturas presenciais ofertadas pela Ufopa: (Pedagogia e as integradas Biologia/Química, Matemática/Física, Letras-Inglês/Português e História/Geografia). Essas turmas são oferecidas nos oitos polos na região Oeste do Pará: Santarém, Alenquer, Almeirim, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

2.1. Estrutura de Governança

A Ufopa possui uma unidade técnica de controle representada pela Auditoria Interna. Foi criada pela Portaria nº 876, de 24 de janeiro de 2011, e tem como objetivos: "Art. 3º A Auditoria Interna tem por finalidade assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, com o objetivo precípua de assegurar:

a) a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da Ufopa, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

b) aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;

c) o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos internos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e administrativos adotados pela Universidade Federal do Oeste do Pará;

d) a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Universidade Federal do Oeste do Pará;

e) a orientação quanto à aplicação de normas, instruções de procedimentos e a qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição".

A Ufopa formalizou, por meio da Portaria nº 783, de 24 de julho de 2012, sua Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), em atenção à Lei nº 10.861, de 14/4/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e à Portaria nº 2.051/04/MEC, de 9/7/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes. A CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios e diretrizes do Sinaes, de modo a contribuir com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), subsidiando as ações de planejamento na Ufopa.

A Ouvidoria da Ufopa foi criada como órgão de assessoramento ligado à Reitoria, por meio da Portaria nº 286, de 6 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Ufopa nº 38, Ano IV, de 4 de abril de 2013. A Ouvidoria é um canal de comunicação entre servidores, alunos, público externo e a Ufopa, que, juntamente com os Conselhos e Unidades Acadêmicas e Administrativas, tem o dever de promover a interação equilibrada entre legalidade e legitimidade. Por meio dela, as pessoas podem expressar opiniões, fazer reclamações, apresentar denúncias e sugerir melhorias referentes a todos os processos da Universidade e, assim, participar de forma efetiva da gestão pública.

2.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna está vinculada ao dirigente máximo da Instituição, com atuação apenas no Câmpus de Santarém, onde está sediada a Reitoria e as Pró-Reitorias. Ainda não atua nos câmpus dos demais municípios, tendo em vista que estes ainda estão em processo de implantação de suas estruturas físicas.

Durante o exercício de 2014, foram realizados trabalhos nas áreas de Gestão Financeira/Diárias e Passagens; Gestão Patrimonial/Bens Móveis e Almoxarifado; Gestão de Recursos Humanos/Admissão, Insalubridade, Cessão e Afastamentos de Servidores para Pós-Graduação; Gestão Financeira/Inscrição em Restos a Pagar; Gestão Financeira/Conformidade – Contratos com Fundação de Apoio; Gestão Financeira/Obras e Gestão de Bens e Suprimentos/Transportes.

A Unidade executou 63,64% das ações previstas em seu Plano Anual de Auditoria Interna (Paint). Entre as razões que contribuíram para o não cumprimento integral do Paint, destacamos a diminuição da força de trabalho com a saída de uma servidora ocupante do cargo de Auditora

Interna, removida para outra unidade, fato ocorrido no mês de fevereiro de 2014, restando, além da Chefia, apenas um Auditor Interno. A administração, ciente da diminuição do efetivo da unidade, propôs-se a ampliá-lo, porém houve problemas no concurso realizado para os cargos da Carreira de Técnico-Administrativos em Educação, o que resultou no atraso das nomeações dos novos servidores. Quando as nomeações passaram a ser publicadas e mediante ajustes internos entre as unidades, esta AUDIN passou a receber novos servidores, sendo uma Secretária Executiva, no mês de março (para repor força de trabalho de servidora removida da unidade para outro câmpus em novembro/2013), um Assistente em Administração (nomeação) no mês de agosto e uma Contadora no mês de outubro. Contudo, destacamos, ainda, a necessidade de capacitação dos servidores para atuar, tendo em vista que a atividade de auditoria é atípica entre os servidores em razão de suas especificidades.

Dentre os trabalhos realizados no exercício de 2014, destacamos: Auditoria em Diárias e Passagens; Bens Móveis e Almoxarifado; Recursos Humanos/Admissão, Adicional de Insalubridade, Afastamentos e Cessão de Servidores; Inscrição em Restos a Pagar (RAP); Contratos - Fundação de Apoio; Reconhecimento de Dívidas; e Obras Públicas. Dentre as principais constatações podemos destacar: Com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendamos à Pró-Reitoria de Administração que envide esforços no sentido de capacitar servidores da Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio e, posteriormente, criar grupo de trabalho, visando à elaboração de manual que defina os procedimentos, atribuições e responsabilidades das áreas da subunidade, delimitando com clareza as atividades/tarefas que podem ser desempenhadas pelos funcionários terceirizados e aquelas específicas dos servidores efetivos; recomenda-se a adoção de providências no sentido de intensificar os controles nos almoxarifados, fiscalizando, durante o exercício, os mecanismos de registros de entrada e saída, os estoques e a organização dos materiais; prover o Almoxarifado das condições adequadas para armazenagem de bens de consumo em estoque, conforme estabelece o item 4.0 da IN/SEDAP nº 205/1988; instituir critérios para aquisições de bens e estimular a cultura do planejamento, no sentido de equacionar as compras de material permanente, de modo a evitar aquisições além das reais necessidades cotidianas; providenciar o desfazimento dos bens inservíveis, a fim de facilitar o controle patrimonial da entidade, a liberação de espaços físicos desnecessariamente ocupados e o saneamento do acervo patrimonial; recomendamos maior agilidade no quesito de segurança, adequando os depósitos às normas e padrões de segurança, colocando os extintores de incêndio, assim como sinalizar e treinar o pessoal no uso dos equipamentos; conforme a IN nº 205/1988, destacamos os principais pontos que tratam do armazenamento de bens. A arrumação do material deve ser projetada, levando em consideração aspectos a seguir elencados, assim como os dispositivos legais concernentes à matéria:

- deve ser evitado o contato direto do material com o piso, utilizando-se, para isso, acessórios de proteção (estrados de madeira);
- material de mesma classe deve ficar em local contíguo, de modo a facilitar sua movimentação, inspeção e rápida realização de inventário;
- material pesado e de grande volume, frequentemente movimentado, deve ser estocado em local de fácil acesso e próximo à saída;
- não deve haver material estocado nos corredores e áreas de circulação, pois estas devem permanecer livres e bem iluminadas, de modo que o tráfego de pessoas e material possa fluir livremente;
- material de grande porte (peso e volume) deve ser estocado na parte inferior da estante, minimizando os riscos de avarias ou de acidentes, além de facilitar sua movimentação;
- o material deve ser empilhado de forma a não comprometer a segurança das pessoas ao redor, assim como a qualidade do próprio material, que pode vir a ser afetada em decorrência de excessiva pressão e da ausência de adequado arejamento;
- a arrumação do material deve ser feita de forma a possibilitar fácil visualização de sua etiqueta de identificação;
- material inflamável deve ser estocado separadamente dos demais; providenciar o levantamento e aquisição de quantitativo necessário de “pallets” para suprir a demanda do Almoxarifado Central e

Depósito; que a Proad promova capacitação para os servidores lotados na Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio, de forma a possibilitar o conhecimento adequado aos referidos servidores para realizarem as atividades previstas e inerentes ao setor; a emissão de diárias e passagens, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), ocorrerá, exclusivamente, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), devendo ser observado o Manual do Usuário do Sistema, desenvolvido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Portaria 403, de 23/4/2009-MEC, artigo 2º). realizar a implantação do referido sistema (SCDP) no âmbito desta Ifes; realizar prestação de contas, contendo relatório de atividades dentro do prazo de 5 (cinco) dias após o retorno do servidor, comprovantes de embarque e desembarque, certificados, programação dos eventos, convocações e/ou atas de reuniões e outros documentos pertinentes que justifiquem e comprovem o afastamento e a concessão de diárias e passagens ao servidor (Portaria nº 403, de 23/4/2009, artigo 13); realizar a publicação das concessões de diárias no Boletim Interno ou de Pessoal, em atendimento ao inciso II do art. 1º da Lei de nº 4.965/1966 e ao art. 6º do Decreto de nº 5.992/2006; atrasos na tramitação dos processos que possuem prazos para cadastro das informações no Sisac. Portanto, faz-se necessária a implementação de rotinas por parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, com objetivo de aprimorar seus controles internos e, conseqüentemente, melhorar a gestão de recursos humanos; recomenda-se, ainda, a digitalização dos autos dos processos de admissão e conseqüente armazenamento em mídia informatizada no âmbito da Coordenação de Gestão de Pessoas, de forma a garantir a disponibilidade dos autos no câmpus, quando de sua tramitação externa ou quando de sua disponibilização à CGU e ao TCU, com vistas ao atendimento de demandas específicas, tais como requisição de vistas aos autos, provenientes desta unidade de controle interno ou mesmo dos próprios servidores; recomenda-se aprimorar os controles internos administrativos, para que os servidores responsáveis pelos lançamentos dos atos de admissão no Sisac atentem para o fiel cumprimento do prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a inserção dos dados e disponibilização dos atos ao controle interno no referido sistema, permitindo, dessa forma, o cumprimento do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007; recomenda-se a juntada aos autos dos processos de admissão de pessoal de cópias das Portarias do Mpog e do MEC autorizando o provimento do cargo ou origem da vaga; providenciar a cobrança junto aos credores visando à entrega dos objetos empenhados e ainda não entregues, priorizando-se os empenhos para os quais não haja mais respaldo legal quanto à sua manutenção em restos a pagar não processados e, por conseguinte, proceder aos trâmites necessários para a regular liquidação da despesa correspondente ou, caso não se realize o cumprimento da obrigação por parte dos responsáveis, anular o empenho correspondente; proceder à aplicação das penalidades cabíveis, estabelecidas no edital do procedimento licitatório correspondente, às empresas responsáveis pelo atraso na entrega do objeto licitado ou por sua inexecução total ou parcial; recomenda-se, ante ao exposto, que a unidade gestora abstenha-se de procedimentos que venham a ferir o princípio da anualidade orçamentária, alinhando, assim, seu planejamento a sua execução, bem como a permanência de saldo em Restos a Pagar não previstos no Decreto nº 93.872/1986; recomenda-se a UG abster-se de inscrever, na conta de Restos a Pagar não Processados, valores correspondentes a despesas que não serão executadas no exercício financeiro seguinte; abster-se de realizar "reconhecimento de dívidas", uma vez que tal prática configura despesa sem prévio empenho, bem assim descumprimento à ordem das etapas de realização da despesa pública, com violação aos arts. 60 a 64 da Lei nº 4.320/64, mantendo-se devidamente formalizadas todas as suas relações contratuais (item 1.2, TC-009.951/2005-0, Acórdão nº 32/2007-TCU-2ª Câmara); realizar os procedimentos contábeis conforme descritos na macrofunção SIAFI 021140 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS para o reconhecimento de obrigações no momento do fator gerador, em atendimento ao princípio da competência, constante da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93; à Lei Complementar nº 101/2000, inciso II do art. 50; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), parte II; à NBC T 16.4 e a outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública; promover a capacitação dos servidores designados para a fiscalização de obras de acordo com a necessidade de atualização de suas funções; observar o planejamento da Diretoria de Obras na fiscalização de

contratos para adquirir os materiais específicos necessários, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para realização das ações planejadas por ela, a fim de cumprir os objetivos institucionais; adotar providências visando à regularização dos imóveis oriundos da UFPA e da Ufra, incorporados ao patrimônio da Ufopa; que a Superintendência de Infraestrutura observe a documentação necessária para a execução das obras, como alvará de construção e suas aprovações pelos órgãos competentes, tais como Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento etc.) e entidades de proteção sanitária e do meio ambiente, conforme o Manual de Obras Públicas do TCU, fl. 20, item 5.2.3 edição 2013; visando atender princípios como da eficiência e economicidade, recomendamos observar o Manual de Obras do TCU, Ed. 2013, em que o Projeto Básico deve abranger toda obra e possuir os requisitos estabelecidos no artigo 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/93:

- *possuir os elementos necessários e suficientes para definir e caracterizar o objeto a ser contratado;*
- *ter nível de precisão adequado;*
- *ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento; e*
- *possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos executivos e do prazo de execução.*

Recomendamos observar o Manual de Obras Públicas do TCU nas próximas licitações, para adequá-las às determinações desta Corte. O § 1º do art. 23 do Estatuto das Licitações alerta que as obras e os serviços contratados pela Administração devem ser parcelados em tantas etapas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala; que a instituição adote maior celeridade quanto ao fornecimento de meios necessários às empresas contratadas para a instalação de canteiros de obras, evitando atrasos por parte da Ifes; que a Superintendência de Infraestrutura adote rotinas para alimentação de informações no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) referente às obras em execução nesta Ifes; providenciar a transferência dos veículos oriundos da Ufra e UFPA para a Ufopa; providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos automotores em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, conforme preceitua o artigo 36 da IN nº 03/2008 Mpog; apresentar comprovação do pagamento de multa referente à infração de trânsito do veículo Fiat/Ducato Minibus placa OFU5706; todos os veículos oficiais devem estar devidamente identificados, de acordo com o especificado no artigo 12 da Instrução Normativa Mpog nº 03, de 8/4/2008; recomenda-se que os veículos pertencentes à frota da Ufopa, que apresentem constantes problemas e consequentemente aumento em seu custo de manutenção, sejam gradativamente substituídos por veículos novos; recomenda-se que o Coordenador do Setor efetue vistorias periódicas nos veículos, a fim de detectar o estado de cada um deles; recomenda-se que as manutenções sejam efetuadas sempre de forma preventiva, para minimizar os gastos; recomenda-se que seja discutida, entre os envolvidos, nova rotina para efetuar o controle de abastecimento dos veículos para que sejam minimizadas as divergências como as apuradas na auditoria; recomenda-se que seja estipulada uma cota mensal de combustível para cada veículo, para que com isso tenhamos um parâmetro de consumo da frota e um melhor planejamento do consumo e utilização dos mesmos; recomenda-se que se avalie a possibilidade de outro mecanismo para atendimento de outras demandas institucionais quanto ao consumo e utilização de combustíveis, evitando contabilizar tal necessidade na ficha do veículo – Trator Valtra 2011; recomendamos a Pró-Reitoria de Administração, por meio da Coordenação de Transportes, que exerça, de forma mais efetiva, o controle da utilização dos veículos oficiais pertencentes à frota, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, principalmente no tocante a necessidade de manter sempre atualizados os Mapas de Controle do Desempenho e Manutenção dos Veículos Oficiais da Instituição, fortalecendo, assim, os controles internos; providenciar o desfazimento dos veículos considerados inservíveis ou

irrecuperáveis, atentando para os dispositivos contidos no Decreto nº 1.305, de 9 de novembro de 1994; e na Resolução Contran nº 11, de 23 de janeiro de 1998; artigo 33 da IN nº 3/2008, Mpog; recomenda-se à Coordenação de Transportes estudar a viabilidade econômica da instalação de rastreadores nos veículos que visem ao controle efetivo das rotas adotadas pelos veículos; recomenda-se à Coordenação de Transportes propor ao Centro de Tecnologia da Informação (Ctic) que desenvolva sistema de controle que supra as necessidades da referida Coordenação.

Atualmente, a unidade permanece com a estrutura organizacional definida em seu Regimento Interno, criado pela Portaria nº 876, de 24/1/2011; informamos que está em elaboração a reedição do Regimento Interno da Audin e que, após finalizado, será encaminhado ao Conselho Superior da Instituição, para análise.

Durante a realização dos trabalhos, pudemos constatar algumas fragilidades nos controles internos administrativos de algumas subunidades e identificar "gargalos na gestão" que foram apontados em nossos respectivos relatórios de auditoria. Portanto, com vistas à implantação e/ou aperfeiçoamento dos controles internos e à melhoria da gestão, foram exaradas recomendações por parte desta unidade. A Instituição ainda possui pontos críticos de ordem interna que contribuem para dificuldades na gestão e que necessitam de atenção especial dos gestores para mudar esse quadro. Por exemplo, a ausência de normatização e padronização de procedimentos e/ou rotinas; e ênfase na execução em detrimento ao planejamento.

2.3. Sistema de Correição

Em relação aos procedimentos adotados no exercício de correição no órgão, informamos que, ao ser observado indícios de irregularidade, é realizada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e constituído comissão para ir apurar os fatos que embasarão as decisões tomadas.

Quanto ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD), a unidade não está em conformidade atualmente, em razão da falta de acesso ao referido sistema, uma vez que já foram solicitadas senhas de acesso tanto para consulta, quanto para cadastro, sem que obtivéssemos retorno.

2.4. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
A Ufopa não possui um sistema de controle interno implementado, tendo apenas a Auditoria Interna que tem a					

finalidade de assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, desse modo, contribui para o aprimoramento dos controles internos administrativos de cada unidade dentro da Universidade.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1. Canais de acesso do cidadão

O cidadão pode fazer reclamações, sugestões e denúncias por meio da Ouvidoria, unidade responsável pelo relacionamento com a sociedade. A Ouvidoria, no exercício 2014 proporcionou diversos meios de acesso para o cidadão formular suas demandas, entre eles, há o sistema SIG-Ufopa, módulo Ouvidoria, que pode ser utilizado pela comunidade interna, por meio de usuário e senha, e pela comunidade externa, preenchendo um formulário eletrônico.

O usuário se comunica com a unidade também via e-mail, telefone fixo e móvel, pelo site da Ouvidoria, hospedado na página oficial da Ufopa. Importante se faz informar a divulgação, por meio de fôlderes, banners, página nas redes sociais, que auxiliaram o cidadão a utilizar os serviços da unidade, tendo esses meios de comunicação proporciona ao cidadão a oportunidade de participar da gestão desta Instituição por meio de suas manifestações, sejam elas reclamação, denúncia, sejam críticas e outras, para que assim a Administração Superior possa, após contato com essas percepções, aprimorar os serviços prestados à sociedade.

Em relação ao quantitativo de manifestações, em 2013, a unidade recebeu 120 manifestações, estando 17 em andamento, quase 15% as manifestações. No exercício de 2014, recebemos 381 manifestações, tendo apenas 15 de manifestações em andamento, aproximadamente 4,5% do total, uma grande diferença comparando-se os dois exercícios, uma vez que o exercício 2014 teve mais que o triplo de manifestações recebidas do que no exercício anterior.

3.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Ouvidoria atenta à necessidade de adequação à legislação, desse modo, solicitou a criação de comissão específica para confeccionar a Carta de Serviços ao Cidadão - SIC, por meio do processo n. 23204.006034/2014-21, em 4 de Junho de 2014. No entanto, o retorno para unidade só ocorreu em 19/12/2014.

A Ouvidoria mostra-se empenhada em dar efetividade a esse instrumento de suma importância para a instituição e para o cidadão, assim, juntamente com o Serviço de Informação ao Cidadão. A comissão de elaboração da carta de serviços está desenvolvendo reuniões semanais com os membros e em breve estará disponibilizando a sociedade o resultado de suas atividades, no entanto, preocupada com o cidadão solicitou das demais unidades, informações relacionadas às respectivas unidades para atualização dos dados contidos no site oficial da instituição, com isso, minimizando a ausência da carta de serviço.

3.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

No exercício 2014, a Ouvidoria elaborou uma pesquisa para medir o grau de satisfação dos usuários de seus serviços, realizada com auxílio do CTIC, por meio de um sistema de criação de questionamentos, o qual gera um link que é enviado ao e-mail dos manifestantes, e ao acessá-lo, pode-se ter acesso a pesquisa e assim respondê-la. A pesquisa foi encaminhada a todos os usuários que utilizaram os serviços no exercício 2014, as perguntas foram relacionadas: ao atendimento recebido, atendimento realizado pela equipe, grau de satisfação, conhecimento prévio das atribuições da unidade e outros pontos; e ficou disponível no mês de Dezembro durante o período de 09/12 a 31/12/2014.

Outra forma de avaliação interna com docentes, técnicos administrativos em educação e discentes é a autoavaliação institucional sendo de responsabilidade a Comissão Própria de avaliação – CPA. A Avaliação Institucional ocorreu no período de 14 a 27 de julho. Para tanto, utilizou-se o módulo Avaliação do Sigaa, e o instrumento de avaliação, divulgado no site e no link da CPA. Os meios de divulgação foram: exposição de banners nos ambiente de grande circulação de pessoas,

site da instituição, Sistema de mensagens da Coordenação de Comunicação, sistema de mensagens do Sigaa, visita à todas as salas de aula. A principal dificuldade para a realização desta avaliação, relaciona-se ao não funcionamento esperado do Módulo Avaliação do Sigaa, que impediu que alunos e professores que não estavam vinculados à disciplinas no 1º semestre de 2014, avaliassem a Universidade. Além disso, o Sistema também não gerou os relatórios de avaliação conforme requisitado pela CPA ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, por entender que as perguntas sobre a Instituição não estavam vinculadas a uma turma de graduação. De acordo com o CTIC, tais erros não podem ser resolvidos enquanto a Universidade não tiver contrato com empresa detentora da tecnologia do Sistema. A Ufopa está descoberta de contrato para esta finalidade desde o ano de 2013.

Apesar destas dificuldades sistêmicas, considera-se um grande avanço a realização de avaliação institucional na Ufopa, englobando as dez dimensões do Sinaes, e envolvendo todas as categorias universitárias. Isto atende a proposta de atuação desta CPA, de realizar avaliação global e inclusiva, embora, seja reconhecida pela Comissão a necessidade de aprimoramento do processo avaliativo. A Avaliação de Disciplinas dos cursos de graduação, ministradas no primeiro semestre acadêmico de 2014, foi promovida no período de 28/07 a 10/08. As disciplinas foram avaliadas por docentes e discentes. Utilizou-se o mesmo instrumento de avaliação utilizado em 2013, disponível na página eletrônica da CPA (<http://www.ufopa.edu.br/cpa/>). Para fins de divulgação da avaliação, utilizaram-se os mesmos instrumentos citados na avaliação institucional.

Quanto à participação dos sujeitos universitários nos processos de avaliação, teve os seguintes resultados:

Tabela 5 - Percentual de participação dos sujeitos universitários nos processos de avaliação.

Avaliação Institucional			%
Discentes	Número de discentes aptos a avaliar	3.547	
	Número de discentes que avaliaram	1.262	35,57
Docentes	Número de docentes aptos a avaliar	220	
	Número de docentes que avaliaram	59	26,81
Técnicos	Número de técnicos aptos a avaliar	387	
	Número de técnicos que avaliaram	183	47,28
Avaliação de Disciplinas do 1º semestre acadêmico de 2014			%
Discentes	Número de discentes aptos a avaliar	7.816	
	Número de discentes que avaliaram	4.366	55,86
Docentes	Número de docentes aptos a avaliar	292	
	Número de docentes que avaliaram	292	100

Fonte: CPA/Ufopa.

3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Com relação ao atendimento ao cidadão, a Ouvidoria, atenta à necessidade de uma transparência ativa, disponibilizou por meio de sua página hospedada no site oficial da Instituição (www.ufopa.edu.br/ouvidoria) informações, como seu ato de criação, informações sobre o que é a Ouvidoria, com funciona, suas atribuições, perguntas frequentes, disponibilização de formulários para preenchimento de manifestações, assim como link do sistema SIG-Ufopa para cadastro da manifestação, além dos seus relatórios, fluxogramas e links de acesso às funcionalidades da Lei de Acesso à Informação. As informações institucionais são acessadas pela sociedade no site oficial na aba “acesso à informação” (<http://www.ufopa.edu.br/acesso-informacao>) no menu “acesso”.

3.5. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Em razão das justificativas já elencadas no item 3.2. Carta de Serviços ao Cidadão, não há

informações adicionais para este item.

3.6. Medidas relativas à acessibilidade.

Referente às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto nas normas estabelecidas, em especial a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT, a Ufopa informa que:

Após a participação de representantes desta Ifes, no ano de 2013, no Seminário Incluir, em Brasília, foi criado o Grupo de Trabalho Pró-Acessibilidade (GT) com a participação de setores estratégicos da Ufopa. Uma das primeiras ações do GT foi a realização do I Seminário de Acessibilidade da Ufopa, com a assessoria da Prof^a Martinha Clarete Dutra dos Santos (SECADI/MEC) e do Prof. Dr. Evandro Guimarães (UFMA) em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da Ufopa (Gepes), que fomentou as discussões sobre acessibilidade na Instituição. O Grupo de Trabalho Pró-Acessibilidade foi instituído pela Portaria nº 1.293, de dia 12 de agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, inclusive unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa.

O GT reúne-se periodicamente. Abaixo estão listadas algumas das ações já implementadas nos anos de 2013 e 2014:

- Oferta de cursos de formação continuada em Ensino de Língua Portuguesa para surdos, tendo como público-alvo alunos da instituição e professores da rede pública de ensino.
- Oferta de cursos de formação continuada em Libras (níveis básico e intermediário) à comunidade em geral.
- Concessão de bolsa de iniciação à docência do Programa de Monitoria Proen/Ufopa.
- Realização de concurso público para intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- Aquisição de acervo em braile de alguns livros de educação infantil e de legislação.

Em junho de 2014, foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa pela Portaria nº 1.376, de 18/6/2014. O Núcleo é composto por setores estratégicos da Universidade (Unidades Administrativas e Acadêmicas) e tem o objetivo de discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da Ufopa. Embora a portaria registre a existência de um núcleo de acessibilidade na Instituição, ainda não foram postas em funcionamento ações vinculadas a esse setor. Isso está diretamente ligado à falta de espaço próprio para o funcionamento, a inexistência de recursos de acessibilidade e humanos para o atendimento aos alunos e problemas burocráticos no direcionamento de verbas a serem administradas pelo núcleo. Como o recurso financeiro destinado ao Núcleo só foi repassado em setembro de 2014, não foi possível fazer compras significativas para promoção de acessibilidade.

Alguns projetos vinculados ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Surdos e o Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos já estão movimentando ações e recursos de acessibilidade que vêm atendendo ao público-alvo da educação especial. Abaixo se descreve algumas destas ações:

- Disponibilidade de aluno guia para acompanhar aluno com deficiência visual;
- Banheiros adaptados, piso tátil, elevadores (Iced/Ufopa);
- Oferta de recursos de acessibilidade pedagógica, como reglete, sorobam, impressora, braille, lupa, teclado adaptado, kit desenho (para aulas de matemática), mouse com câmera de aumento e demais recursos didáticos.
- Bolsa Pibic-AF a aluno com surdez para atuar diretamente no processo de implementação do Núcleo de Acessibilidade por meio do projeto de pesquisa intitulado “Intercâmbios entre UFSM e Ufopa: problematizando conceitos de diferença, identidade e cultura na educação especial e educação inclusiva, sob plano de trabalho: ‘Educação inclusiva e acessibilidade no ensino superior: negociações interinstitucionais’”. Tal projeto já está em funcionamento, contemplado pelo recurso do programa de mobilidade externa nacional, o qual possibilitou a viagem de duas acadêmicas da Ufopa (que atuam no projeto e no grupo mencionados) à

Universidade Federal de Santa Maria, onde irão coletar dados e orientações legais sobre a implementação e o funcionamento desse setor na referida instituição.

- Projeto de extensão “Praticando Libras na Comunidade Acadêmica: curso básico”, sob coordenação da Prof. Daiane Pinheiro, com carga horária de 20h, destinado a discentes e técnicos da universidade.
- Promoção de eventos: “I Mostra de cultura surda na Ufopa: valorizando a diferença cultural, política e linguística” e o “I Sarau de Natal em Libras”, que contou com o apoio de discentes e docentes da Ufopa.

Também, durante o ano de 2014, foi feito trabalho que compunha a disciplina de fundamentos da educação especial, ministrada nos cursos de Pedagogia e Informática Educacional, em que fizemos levantamento da acessibilidade arquitetônica nas três Unidades da Ufopa, Câmpus Santarém. Essa análise textual ainda está sendo produzida e em breve será publicada.

No que tange aos aspectos físicos e estruturais, a Sinfra já realizou:

- a. construção do piso tátil no Câmpus Rondon;
- b. adaptação de banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeirantes;
- c. construção de rampas com corrimãos e colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeirantes;
- d. aquisição da impressora em braile.

Além disso, a Sinfra informa as providências tomadas pela Instituição:

a) Piso tátil – Câmpus Tapajós

No caso do Câmpus Tapajós, o projeto e a instalação de piso tátil serão realizados inicialmente nos prédios, pois nas vias externas só poderá ser realizado durante a fase de construção das calçadas, uma vez que o câmpus se encontra em obras de seu Plano Diretor e, no momento, as ruas ainda estão sem pavimentação.

b) Telefone adaptado

A Superintendência de Infraestrutura da Ufopa encaminhou ofício à empresa concessionária OI de Santarém/PA, solicitando a instalação de telefones públicos adaptados.

c) Dificuldades de locomoção aos cadeirantes

A Superintendência de Infraestrutura da UFOPA informa que o Câmpus Tapajós está em obras do Plano Diretor. Por isso, as ruas estão sem pavimentação. Para estas obras estão previstas: reforma das rampas existentes, construção de novas rampas e instalação de corrimão nas mesmas.

Além disso, estão previstas outras ações de adequação ao atendimento à legislação vigente quanto à acessibilidade.

Quanto ao portal da Ufopa, há um link no rodapé “Acessibilidade” que, ao clicar, o usuário é encaminhado ao endereço: <http://www.ufopa.edu.br/accessibility-info>, do qual constam orientações para melhor acessibilidade, de acordo com as normas federais estabelecidas para os sites oficiais.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1. Informações do ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

A Ufopa é uma universidade multicâmpus e a primeira instituição federal de ensino superior situada num dos pontos mais estratégicos no interior da Amazônia brasileira, com sede no município de Santarém, com câmpus nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A criação da Ufopa fez parte do programa de expansão das universidades federais, e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica.

A IES tem como missão “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” e sua atuação é regional, no oeste do Estado do Pará. Suas ações estão voltadas para a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica; valorização da diversidade cultural, contribuindo de forma inovadora para o avanço científico e tecnológico; adotando valores éticos e democráticos, como a inclusão social e o desenvolvimento sustentável; potencializando a vocação regional; fortalecendo e ampliando a produção e disseminação de conhecimentos.

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e extensão. Independente do nível de ensino, o foco do ensino na Instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os cursos são estruturados em conformidade com os parâmetros curriculares nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia. Aos Institutos estão vinculados programas, que são constituídos de Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares com duração de 3 (três) anos e/ou Bacharelados e Licenciaturas Profissionais, com duração entre 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.

Inicialmente, a região de abrangência da Ufopa era composta por 19 (dezenove) municípios (Lei Estadual nº 6.268/1999). Com a ascensão do Distrito de Mojuí dos Campos à categoria de município, desmembrado do município de Santarém, e com a posse de seu primeiro prefeito em 1º de janeiro de 2013, a área de abrangência da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km. Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense.

De acordo com a Prefeitura de Santarém, a cidade de Santarém está situada no estado do Pará, na microrregião dos rios Amazonas e Tapajós. Está distante de Belém, a capital, 1.369 km (807 em linha reta) e ocupa uma área de 17,8 mil km², com população de 299.419 habitantes (IBGE, 2012). Para Manaus, esta distância cai para 722 km em linha reta. Embora seja uma das cidades mais importantes do interior da Amazônia, ainda possui estrutura razoável. Tem porto de intenso movimento, capaz de abrigar navios de grandes calados, com operações internacionais (importação e exportação), que está ligado à rodovia BR-163, que liga as cidades de Santarém-PA a Cuiabá-MT. Possui linhas domésticas regulares para todo Brasil, principalmente para Belém, Macapá e Manaus, com mais de 10 voos diários.

A ligação da cidade com a rodovia Transamazônica por meio da Rodovia BR-163 (Santarém/Cuiabá) tem contribuído significativamente para o desenvolvimento local e regional com constantes visitas de empresários de todo o Brasil, levando-se em conta principalmente o comércio

exterior.

Do ponto de vista econômico, alguns dados sobre o município são relevantes destacar: o município centraliza a economia dos 26 municípios da região Oeste do Estado do Pará, totalizando uma área de 722,3 km² e uma população de aproximadamente 1,4 milhão de habitantes. Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 3,2 bilhões, com distribuição de 32,96% no setor primário da economia (agricultura, pecuária e extrativismo); 16,67% no setor secundário (indústria de transformação) e; 50,37% no setor terciário (comércio e serviço); renda *per capita* de R\$ 4,9 mil; 92,5 mil domicílios; 4,4 mil obras civis em andamento; investimento anual de R\$ 20,5 milhões em educação superior.

Nos últimos 10 anos, o município tem se destacado como “polo universitário na região oeste do Pará”. Pesquisa realizada pelo Instituto de Gestão e Tecnologia da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (Semde) contabilizou 16 instituições de ensino superior, com 69 cursos regulares de graduação e pós-graduação, incluindo os semipresenciais, com 27 mil alunos matriculados (Inep, 2013), sendo o segundo município do Pará com maior número de universidades, ficando atrás apenas da capital Belém e seguida do município de Marabá, que é a terceira. No ensino básico e fundamental, mais de 63 mil alunos matriculados (Semed/PMS, 2013); 24,3 mil no ensino médio (Seduc, 2013), R\$ 25 milhões de investimentos em escolas técnicas (União e Estado) e mais recentemente o anúncio da Prefeitura de Santarém na criação da Estação do Empreendedor, entidade que tem como objetivo fortalecer o empreendedorismo local e regional.

Dentre as instituições públicas de ensino superior, a Ufopa possui o maior câmpus da cidade, composto pelo Câmpus Tapajós e duas Unidades – Amazônia e Rondon; atende a um total de 3.740 acadêmicos dos cursos regulares de graduação, sem incluir os alunos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), que são 3.137 acadêmicos distribuídos nas cidades de Santarém, Alenquer, Almeirim, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Para instituições privadas de ensino superior, destaca-se a Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), fundada em 1985 e considerada uma das instituições particulares mais antigas da cidade. Atualmente atende aproximadamente a 2.300 acadêmicos em seus mais de 13 cursos ofertados.

As outras instituições que oferecem cursos superiores na região são: Universidade Estadual do Pará (UEPA), Centro Universitário Luterano de Santarém (Ulbra), Instituto Esperança de Ensino Superior (Iespes), Universidade Vale do Acaraú (UVA), Faculdade de Educação Teológica Lógos (Faetel), Estesib, Uninter, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Universidade Norte do Paraná (Unopar), PUC (somente curso de teologia), (Instituto Federal do Pará) IFPA, Universidade Paulista (Unip) e Unisino.

Os investimentos em educação superior movimentam a economia local, uma vez que eles representam 1,6% do total do produto Interno Bruto (PIB) do município e refletem em diversos setores, como imobiliário, alimentício e de serviços.

Visando contribuir com o desenvolvimento da região em que a Ufopa está inserida, encontra-se em fase de elaboração o Projeto Básico e Executivo da Infraestrutura Física de Laboratórios e de Infraestrutura Tecnológica para todos os câmpus fora de sede. Além disso, estão em fase avançada as negociações com a Alcoa e a Prefeitura Municipal de Juruti, objetivando o início da construção do Câmpus de Juruti.

Além de fornecer meios para a ampliação e melhoria da qualidade de ensino na educação básica, a Ufopa tem como desafio implementar cursos de nível superior em cada um dos câmpus fora de sede, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso a esse nível de ensino, contribuindo para a cidadania e para o desenvolvimento regional. Outro desafio de importância para a Instituição é a melhoria da taxa de escolarização líquida no ensino médio, ou seja, é a ampliação da inclusão dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio.

A inserção regional da Ufopa pode ainda ser caracterizada pela sua estrutura organizada em unidades acadêmicas temáticas, focadas na interdisciplinaridade, potencialidades regionais (entre as quais destacamos a biodiversidade florestal e aquática, potencial mineral e diversidade social) e na formação de professores da educação básica. Essa inserção regional acontece também pela oferta dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Áreas de Atuação Acadêmica da Ufopa

A Ufopa desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação, com o objetivo de contribuir para a cidadania e para o desenvolvimento regional da região onde está diretamente inserida e do País. Ela encontra-se organizada em 7 (sete) Unidades Acadêmicas, sendo 1 (um) Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) e 6 (seis) Institutos Temáticos – Ciências da Educação, Ciências da Sociedade, Ciência e Tecnologia das Águas, Biodiversidade e Floresta, Engenharia e Geociências e Saúde Coletiva – onde são ofertados atualmente 34 (trinta e quatro) cursos de graduação, além de 4 (quatro) cursos de mestrado acadêmicos, 1 (um) doutorado ofertado pela Ufopa e 1 (um) Dinter e 2 (dois) cursos de especialização.

A seguir são apresentadas as áreas de atuação de cada uma das unidades acadêmicas na graduação:

- Centro de Formação Interdisciplinar: Origem e Evolução do Conhecimento, Sociedade Natureza e Desenvolvimento, Estudos Integrativos da Amazônia, Lógica, Linguagem e Comunicação.

- Instituto de Ciências da Educação: Ciências Humanas – Educação; Linguagens e Artes: Linguagem, Línguas, Literatura; Ciências Biológicas; Ciências matemáticas e Naturais: Matemática, Física, Biologia, Química.

- Instituto de Ciências da Sociedade: Ciências Socialmente Aplicadas: Direito, Economia; Planejamento Urbano e Regional; Ciências Humanas, Antropologia e Arqueologia, Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional.

- Instituto de Engenharia e Geociências: Ciências da Terra, Engenharias e Computação, Ciências Matemáticas e Naturais, Energia, Automação e Controle, Tecnologia da Informação.

- Instituto de Biodiversidade e Floresta: Ciências Agrônômicas e Veterinárias – Recursos Florestais, Agronomia, Zootecnia, Alimentos e Recursos Florestais.

- Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas: Ciências Biológicas, Saneamento Ambiental, Recursos Hídricos e Recursos Pesqueiros.

- Instituto de Saúde Coletiva: Farmácia, Biotecnologia e Saúde Coletiva.

Na pós-graduação, a atuação acadêmica ocorre nas seguintes áreas: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Recursos Naturais da Amazônia, Matemática, Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos, Biociências, Geologia e Engenharia de Minas.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. Planejamento da Unidade

A Ufopa utiliza, como referência para o desenvolvimento das atividades, o seu projeto de implantação; os objetivos definidos na sua lei de criação; o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012-2016) para melhoria do desempenho institucional; o seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas.

O planejamento estratégico da Universidade é representado em seu PDI, que é parte integrante da avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e identifica a Instituição quanto à filosofia de trabalho, à missão, à visão, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

Destacaram-se como principais instrumentos legais utilizados na elaboração do PDI a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais; e o Plano Nacional da Educação (PNE – 2011-2020), que apresenta 10 (dez) diretrizes objetivas e 20 (vinte) metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. As metas do PNE seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão dos estudantes com dificuldades socioeconômicas para frequentar e permanecer na Universidade, assim como alunos portadores de necessidades educativas especiais, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

O PDI (2012–2016) da Ufopa está estruturado da seguinte forma: perfil institucional, agenda estratégica, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

5.1.1. Objetivos Estratégicos

Em seu processo de estruturação, a Ufopa tem buscado a consolidação do seu modelo de gestão. Em seu PDI (2012-2016), foram definidos seus objetivos estratégicos:

Tabela 6 - Objetivos Estratégicos e suas Descrições – Perspectiva “Sociedade”.

Objetivo estratégico	Descrição do objetivo
Cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica	Cidadãos criativos, empreendedores, inovadores e conscientes da realidade regional.
Profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade	Profissionais com visão sistêmica de biodiversidade, recursos hídricos, ciências, tecnologias e aspectos socioeconômicos.
Valorização da diversidade cultural	Respeito às diferenças, com base nos aspectos étnicos, religiosos, linguísticos e sociais.
Contribuições inovadoras para o avanço científico e tecnológico da região amazônica	Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras que contribuam para agregar valores aos recursos naturais da região.
Valores éticos e democráticos, inclusão social e desenvolvimento sustentável	Ampliação de oportunidades, redução da pobreza e das desigualdades, respeitando o meio ambiente.

Fonte: PDI/Ufopa.

Tabela 7 - Objetivos Estratégicos e suas Descrições – Perspectiva “Processos”.

Objetivo estratégico	Descrição do objetivo
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais	Ampliar o acesso e a oferta aos diferentes níveis de ensino e diversificar as oportunidades educacionais.
Consolidar ensino e pesquisa interdisciplinar	Capacitar, formar, atrair profissionais e estimular o ensino e a pesquisa interdisciplinar.
Potencializar a vocação regional	Fortalecer e criar projetos pedagógicos voltados para as temáticas e demandas regionais.
Fortalecer e ampliar a produção e disseminação de conhecimentos	Estimular e fomentar a criação de novos grupos de pesquisa, fortalecer os existentes e as atividades de ensino e extensão.
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social	Promover o desenvolvimento de pesquisas comprometidas em atender aos desafios sociais regionais.
Promover maior interação com empresas e comunidades	Estabelecer agenda de atividades integradas com base nas necessidades das empresas e da sociedade.
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas	Intensificar a articulação com organizações públicas e privadas, terceiro setor, organismos de pesquisa e de fomento, nacionais e internacionais.
Fortalecer a interação com a educação básica	Formar profissionais da área da Educação e ampliar as oportunidades para educação continuada, tendo como referência os parâmetros curriculares nacionais para a educação básica.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais	Investir na aquisição, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.
Consolidar o modelo pedagógico inovador	Difundir e aperfeiçoar continuamente a filosofia e os princípios que fundamentam o modelo pedagógico interdisciplinar da Universidade.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas	Demonstrar a pertinência e relevância da estratégia da Universidade para toda comunidade acadêmica.
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica	Implantar modelo de gestão, alinhando as ações de cada área aos objetivos institucionais, a fim de criar cultura orientada para resultados.
Sistematizar, integrar e proteger a informação	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação alinhados à política de segurança institucional.
Institucionalizar política de comunicação	Estabelecer procedimentos de comunicação efetivos e canais adequados para difundir e disseminar as informações institucionais.

Fonte: PDI/Ufopa.

Tabela 8 - Objetivos Estratégicos e suas descrições – Perspectivas “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Objetivo estratégico	Descrição do objetivo
Promover a qualificação dos servidores	Ampliar e otimizar as oportunidades de capacitação e treinamento, considerando as competências atuais e as metas da instituição.
Atrair e fixar pessoal qualificado	Ampliar a divulgação de concursos públicos e editais de seleção de professores pesquisadores, oferecendo condições adequadas de trabalho de acordo com objetivos em comum.
Motivar e valorizar servidores com foco em resultados institucionais	Organizar as rotinas de trabalho e proporcionar ambientes adequados e agradáveis que possibilitem bom desempenho e satisfação profissional.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa	Dotar a instituição de espaços, serviços e equipamentos de qualidade e em quantidade suficiente para realização das atividades.

Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica	Otimizar o espaço existente, ampliando a área construída e modernizando a estrutura tecnológica.
Assegurar recursos para a implantação da estratégia	Garantir recursos de acordo com as demandas institucionais, as quais assegurem a implementação e o alcance da estratégia organizacional.

Fonte: PDI/Ufopa.

5.1.2. Estratégias de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos

A construção do Mapa Estratégico concretiza a primeira etapa da metodologia de implantação da gestão estratégica na Instituição. O mapa é uma ferramenta simples e eficaz, que traduz de forma visual os objetivos estratégicos que serão considerados pela alta administração. Ele proporciona, como sua maior virtude, a materialização da visão e da estratégia que a organização adotará para transformar essa visão em realidade, norteadas pela missão e pelos valores.

Para a construção do Mapa Estratégico da Ufopa, foram elencadas as seguintes perspectivas:

- **Sociedade:** essa perspectiva agrupa os desafios ligados diretamente às entregas da organização para a sociedade, no cumprimento de sua missão. São os resultados gerados pela Instituição por seus esforços.

- **Processos:** reúne os objetivos para os quais a organização deve ter excelência para gerar os resultados institucionais. Os elementos dessa perspectiva apontam para desafios de primeira ordem, ou seja, quais atividades finalísticas da Ufopa devem ser realizadas com excelência. Além disso, são elencados desafios de segunda ordem, ou seja, quais as principais atividades- meio devem ser desenvolvidas para contribuir com as atividades finalísticas.

- **Pessoas e Infraestrutura:** envolve os desafios que a organização deverá superar para ter excelência em suas atividades internas, ou seja, como devem ser desenvolvidas as pessoas, suas competências e atendidas suas necessidades; e quais são os desafios de tecnologia para suportar as atividades prioritárias da Universidade.

- **Orçamento:** reúne os desafios alinhados à garantia financeira para que a organização cumpra adequadamente suas atividades.

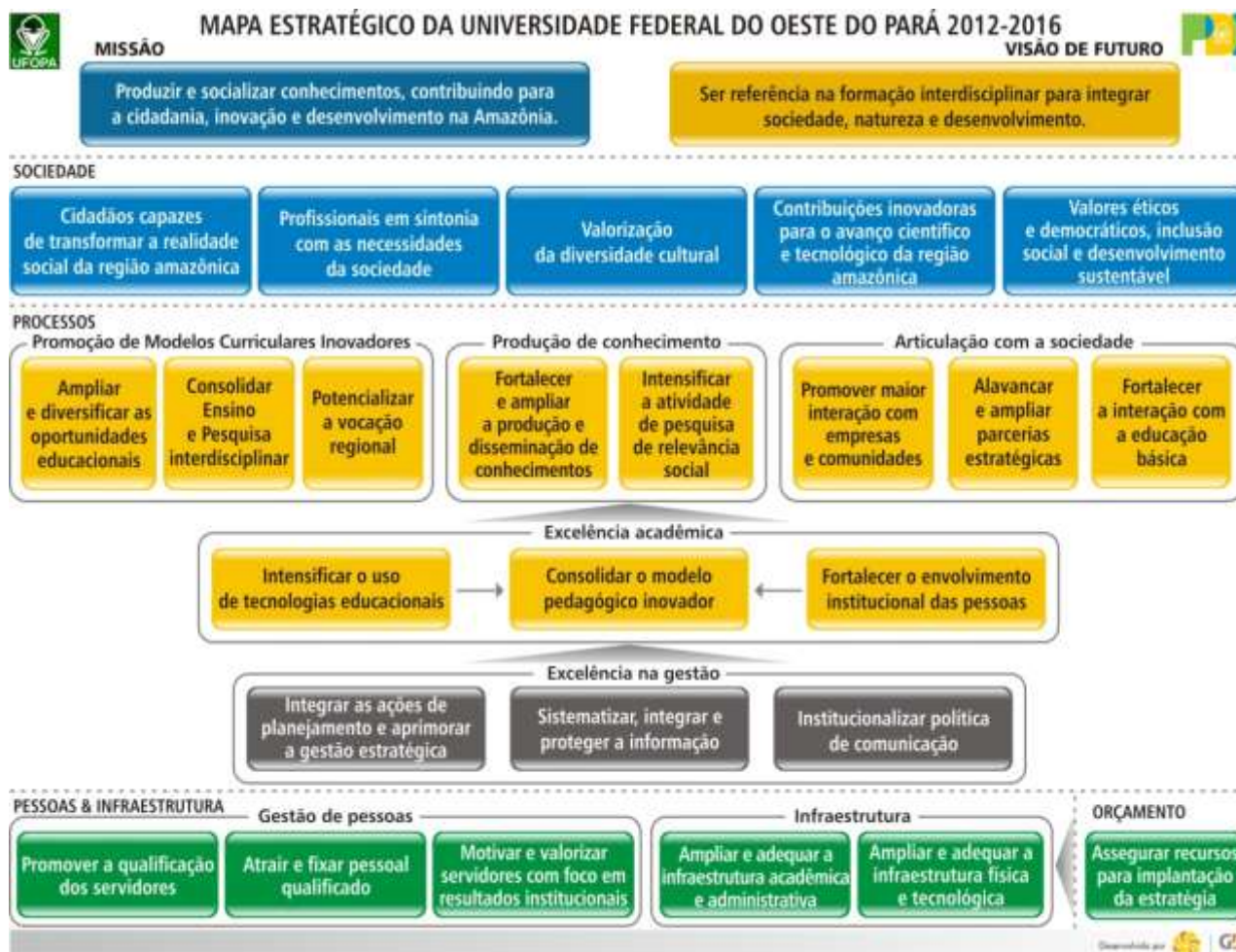


Figura 13 - Mapa Estratégico da Ufopa.

5.1.3. Indicadores

Em relação ao mapa estratégico, os indicadores mantêm a mesma relação de causa e efeito existente entre os objetivos, ou seja, devem preservar a mesma coerência que embasa a hipótese estratégica existente no Mapa Estratégico da Ufopa. Assim, os indicadores possibilitam a tomada de decisões gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados, servindo de base para a revisão de metas estabelecidas.

A seguir são apresentados os indicadores da Ufopa:

Tabela 9 - Objetivos e Indicadores Estratégicos – Perspectiva “Sociedade”

Objetivo estratégico	Indicador estratégico
Cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)
	Índice de Inserção no Mercado de Trabalho
Profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade	Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)
	Índice de Inserção no Mercado de Trabalho (Unidade Acadêmica)

Valorização da diversidade cultural	Índice de Diversidade Cultural em Número de Vagas (Aspectos Étnicos, Religiosos, Linguísticos e Sociais)
	Índice de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão voltados à Diversidade Cultural
	Índice de Eventos Realizados para a Valorização Cultural
Contribuições inovadoras para o avanço científico e tecnológico da região amazônica	Índice de Projetos de Pesquisas Registrados na Área de Inovação e Tecnologia
	Número de Registros de Licenciamentos e Patentes (Inovação Tecnológica)
	Número de Publicações Distribuído pelo Qualis (A e B)
	Índice de Alunos com Bolsas de Iniciação Científica
Valores éticos e democráticos, inclusão social e desenvolvimento sustentável	Número de Bolsas Permanência Oferecidas aos Estudantes (Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Didático-Pedagógico e Bolei)
	Número de Atividades/Projetos (ensino, pesquisa e extensão) para Sensibilização e Mobilização Socioambiental.

Fonte: PDI/Ufopa.

Tabela 10 - Objetivos e Indicadores Estratégicos – Perspectiva “Processos”.

Objetivo estratégico	Indicador estratégico
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais	Número de Vagas por Curso na Graduação
	Número de Vagas por Curso na Pós-Graduação <i>lato sensu</i>
	Número de Vagas por Curso na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
Consolidar Ensino e Pesquisa Interdisciplinar	Número de Publicações Distribuídos pelo Qualis com Foco Interdisciplinar (A + B)
Potencializar a vocação regional	Índice de Projetos de Pesquisa Relacionados com Temas Regionais
	Índice de Eventos Voltados para Discussão de Temas Regionais
Fortalecer e ampliar a produção e disseminação de conhecimentos	Número de Publicações por Grupos de Pesquisa
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social	Índice de demandas sociais atendidas (demandas relativas à atuação da UFOPA como ator único - projetos de pesquisa gerados pelo atendimento de demandas da sociedade)
Promover maior interação com empresas e comunidades	Número de Projetos no Núcleo de Inovação Tecnológica
	Integração com a Sociedade
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas	Quantidade de Recursos Levantados por meio de Projetos Cooperativos
	Número de Termos de Cooperação e Aditivos Estabelecidos com Organismos Nacionais e Internacionais
Fortalecer a interação com a educação básica	Número de professores titulados na UFOPA que atuam na Educação Básica
	Número de Ações que envolvem a Educação Básica
Intensificar o uso de tecnologias educacionais	Diversidade de Recursos Tecnológicos de Apoio às Atividades Acadêmicas
	Numero de cursos que utilizam a tecnologia de Educação a Distância
	Número de Cursos de Atualização Pedagógica e Tecnológica para Docentes
Consolidar o modelo pedagógico inovador	Índice de Evasão

	Índice de Retenção
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas	Índice de Satisfação da Comunidade Acadêmica
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica	Índice do Alcance de Metas Estratégicas
	Índice de Execução dos Projetos Estratégicos
Sistematizar, integrar e proteger a informação	Índice de Disponibilidade do Site e de Disponibilidade de Internet
	Taxa de Disponibilidade da Rede Local
	Índice de Bloqueio ao Parque Tecnológico
Institucionalizar política de comunicação	Índice da Comunicação (internet, <i>blogs</i> , revista eletrônica e outras)
	Atividades de Divulgação e Marketing da Instituição

Fonte: PDI/Ufopa.

Tabela 11 - Objetivos e Indicadores Estratégicos – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Objetivo estratégico	Indicadores estratégicos
Promover a qualificação dos servidores	Índice de Execução do Orçamento com Capacitação
	IQCD
	IQCTA
Atrair e fixar pessoal qualificado	Número de vagas preenchidas por editais
	Índice de fixação
Motivar e valorizar servidores com foco em resultados institucionais	Índice de Reconhecimento Profissional
	Índice de Satisfação dos Servidores
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa	Índice de Execução de Projetos de Infraestrutura
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica	Índice de Disponibilidade de Equipamentos
	Índice de Disponibilidade de Serviços
	Adoção de conceitos do instrumento de avaliação para instalações físicas do Inep
Assegurar recursos para a implantação da estratégia	Índice de Execução de Orçamento para os Projetos Estratégicos

Fonte: PDI/UFOPA

A Ufopa busca realizar seus objetivos por completo. Desse modo, em 2014, continuou investindo em infraestrutura – reformas e aquisições; recursos humanos – nomeação de servidores aprovados em concursos e capacitação dos já existentes; ensino, pesquisa e extensão (graduação e pós-graduação) – oferta de vagas, projetos e apoio ao estudante para permanência estudantil e inovação tecnológica.

A Instituição ainda não estabeleceu formalmente uma metodologia de avaliação de resultados das estratégias do PDI. Tal avaliação ocorre informalmente e de acordo com a percepção de cada Unidade, conforme os projetos desenvolvidos.

5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1. Programa temático

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.2.2. Objetivo

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.2.3. Ações

5.2.3.1. Ações – OFSS

5.2.3.1.1. Ações de responsabilidade da UJ - OFSS

Quadro 3 - Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Código	2032.4002 Tipo: Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outros					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.828.400,00	5.828.400,00	5.828.020,57	5.168.794,88	5.168.794,88		659.225,69
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Benefício concedido			Unidade	2.000	2.000	1.245
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	

Análise Situacional:

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) obteve orçamento inicial de R\$ 5,8 milhões em recursos para serem utilizados na assistência estudantil, os quais foram utilizados com bolsas moradia, alimentação, transporte e apoio a materiais didáticos. O valor realizado/liquidado desse recurso foi R\$ 5,1 milhões. Essa diferença foi utilizada e processada em 2014, porém só será liquidada em 2015, sendo R\$ 563.096,62 utilizado com Bolsas referente a dezembro; R\$ 50.900,00 para pagamento da licitação dos Jogos Internos que está em fase de final; e R\$ 45.229,07 do Programa Incluir, que foi processado e será utilizado em 2015. Os R\$ 498 mil são valores processados de 2013 que viraram para 2014.

Quando a Proges iniciou suas atividades, em abril de 2014, o orçamento da assistência estudantil estava dividido entre: Bolsa Permanência (material didático, alimentação, transporte, moradia); Bolsa Permanência Especial (indígena), Bolsa de Língua Inglesa. Publicamos o primeiro

edital no dia 17 de abril com os recursos da Bolsa Permanência, destinando 904 bolsas (auxílio a material didático, alimentação e transporte) no valor de R\$300,00; e 250 bolsas moradia no valor de R\$300,00 aos estudantes não indígenas. Depois verificamos que não havia sido publicado edital no primeiro semestre de 2014 para Bolsa de Língua Inglesa. Havia recurso que foi remanejado para a abertura de 150 novas bolsas permanência e para os Jogos Internos da Ufopa. Em seguida, foi publicado edital de Bolsa de Língua Inglesa para o segundo semestre de 2014, ofertando 200 vagas, das quais foram preenchidas 188. A Bolsa Permanência Especial foi sendo paga com apoio no edital que estava em vigor por todo o primeiro semestre de 2014. A decisão, desde o início, era de garantir a utilização de todo o crédito disponível.

Na medida em que encerrou o primeiro semestre de 2014, um número significativo de estudantes ficou reprovado em mais de duas disciplinas e foi desligado do Programa de Auxílio Estudantil. Vários desses discentes perderam o auxílio bolsa permanência e outros perderam os auxílios bolsa permanência e bolsa moradia.

O fato de a Proges não contar com profissional da área de Administração até o mês de agosto de 2014, combinado com a necessidade de jornada de trabalho e ritmo de trabalho exagerados, para um número reduzido de funcionários, conjugado ainda com os atrasos na liquidação e pagamento pela Proad, dificultou a visualização da real situação financeira do programa.

Na medida em que a administradora da Proges apresentou um quadro real da situação, em que já havia ocorrido desistências; alunos que não estavam de acordo com os critérios estabelecidos, o Serviço de Assistência Social conseguiu realizar mais visitas e entrevistas e chegamos a incluir mais uma lista de 20 estudantes no Programa. Como havia sido combinado com os estudantes o valor de R\$300,00 por bolsa permanência, e esse valor deveria ser de R\$400,00, chegamos a encaminhar para pagamento uma proposta que distribuíria a totalidade dos créditos restantes entre os estudantes, chegando a um valor para o mês de dezembro. Contudo, foi interpretado pela Proad que essa proposta não teria fundamentação jurídica, uma vez que o edital de abril estabelece o valor de R\$300,00 por bolsa permanência. Um pequeno aditivo ao edital teria dotado a medida de legalidade, uma vez que todo o arcabouço jurídico que ampara o Programa de Assistência estabelece que o valor da bolsa nunca deve ser inferior a R\$ 400,00.

Diante da aceitação dessa interpretação, no mês de dezembro, realizamos um pagamento de R\$300,00, restando o crédito acima citado que foi processado em 2014, e só será liquidado em janeiro de 2015, nas próximas Bolsas.

Quadro 4 - Ação 11G0 - Implantação da Ufopa

Identificação da Ação		
Código	2032.11GO. 26441.0015	Tipo: Projeto
Título	Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	
Iniciativa	03GD – Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.	
Objetivo	0841 – Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código:	
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, ensino, pesquisa e Extensão 2032	Código: Tipo: Projeto
Unidade Orçamentária	26441	
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros	
Lei Orçamentária 2014		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
39.795.206,00	40.221.389,00	35.646.802,53	22.887.642,41	22.887.642,41		12.759.160,12
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
25			Percentual de execução física	39.795.206,00	40.221.389,00	22.887.642,41
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
29.646.438,47	22.887.642,41		25	Percentual de execução física	15	

Análise Situacional:

Podemos concluir que os fatores que contribuíram para a ação 11G0 – Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) são os descritos, a saber: reavaliação do planejamento institucional; reanálise das projeções de despesas; expressiva demanda das unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa. Entre os fatores que dificultaram, citamos os reajustes nos contratos, as dificuldades na execução das obras e a baixa capacitação dos servidores. Quanto aos resultados obtidos evidenciaram-se a oferta de cursos de graduação em conformidade com as necessidades da região, a oferta de cursos de pós-graduação mais próximo da população do interior do Estado, o aumento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão e espaço adequado para atender ao público interno e externo desta Universidade.

Quadro 5 - Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Identificação da Ação						
Código		2032.20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.				
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (Proext).				
Iniciativa		0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.				
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0803				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032				
Unidade Orçamentária		26441 – Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
1.125.004,00	941.983,00	416.693,94	409.337,88	409,337,88		7.356,06
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização			Unid.	8	-	3

de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade medida	de Realizada
1º/1/2014					
R\$524.676,04	R\$382.786,74	-			

Análise Situacional:

Considerando a ação acima descrita, observa-se que o montante da dotação inicial foi de R\$1.125.004,00, divididos em diferentes Naturezas de Despesa para cada um dos programas/projetos vinculados ao Proext/MEC, conforme Tabela 12, onde se observa que desses totais, os valores referentes à aquisição de material permanente não foram executados em razão de problemas administrativos e operacionais na Proad. Sendo assim, R\$183.021,81 foram devolvidos aos cofres da União, conforme prevê o Edital Proext quando da não execução de recursos.

Ainda, nota-se que os valores atribuídos às rubricas “Pessoa Jurídica” e “Pessoa Física” também não foram utilizados em sua totalidade, apresentando problemas semelhantes às questões de processamento de compras e contratação de serviços.

Muitos valores, mediante a certeza de não execução, puderam ser remanejados, de modo a fomentar a ida de estudantes ligados aos programas/projetos para eventos acadêmicos, a fim de apresentar trabalhos desenvolvidos ao longo de 2014.

Tabela 12 - Distribuição orçamentária por Programa/Projeto (Proext) e Natureza de Despesas em 2014.

Programa/Projeto	Diárias	Passagens	Mat. consumo	Aux. Financ. Estudante	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Mat. Permanente	TOTAL
Água e saneamento ambiental nas micro bacias urbanas do Irurá e Urumuari, Santarém – PA.	-	R\$800,00	R\$12.893,00	R\$30.240,00	R\$22.450,00	-	R\$13.814,51	R\$80.197,61
Clubes de Matemática	R\$12.213,00	R\$14.900,00	R\$1.500,00	R\$72.000,00	R\$6.221,00	-	R\$43.166,00	R\$150.000,00
Arqueologia das Aldeias – Kuyjeat Etaibinap.	R\$20.000,00	R\$8.400,00	R\$16.665,00	R\$19.200,00	R\$41.500,00	-	R\$40.400,00	R\$146.165,00
Cultura, Identidade e Memória na Amazônia – CIMA.	R\$39.471,00	R\$20.238,00	R\$3.248,10	R\$33.600,00	R\$40.740,00	R\$1.900,00	R\$9.678,00	R\$149.559,10
Patrimônio Cultural na Amazônia – PEPCA	R\$12.780,00	R\$13.300,00	-	R\$59.408,00	R\$62.000,00	-	R\$2.400,00	R\$149.888,00
Mídias Eletrônicas: Ensino e Inclusão	R\$8.496,00	R\$20.900,00	R\$3.000,00	R\$72.000,00	R\$5.000,00	-	R\$40.604,00	R\$150.000,00
Inclusão Digital com hardware e software livres: automação, robótica e inteligência computacional.	R\$16.461,00	R\$21.018,00	R\$20.599,00	R\$57.600,00	R\$7.600,00	-	R\$26.717,00	R\$149.995,00
Saúde, Ambiente e Qualidade de Vida na Amazônia – SQVA.	R\$939,15	R\$1.000,00	R\$39.278,50	R\$23.040,00	R\$75.028,00	R\$2.700,00	R\$6.241,80	R\$149.199,45

Quadro 6 - Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Identificação da Ação						
Código	20RJ		Tipo:			
Título	Ação 29 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica					
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597					
Programa	2030 – Educação Básica					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação 1.501.128,00				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.501.128,00	1.501.128,00	4.747.908,90	2.833.258,64	2.833.258,64		1.914.650,26
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
4.000		Pessoa beneficiada		4.000	–	–
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade medida	de	Realizada
236.083,29						

Análise Situacional:

O valor disponibilizado na Ação Programática Replicada: 2030 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica, destinado ao Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica/Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, curso de aperfeiçoamento A Escola e a Cidade: políticas públicas educacionais, Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, curso de extensão a distância Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação e Curso de Formação de Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores foi em um valor de R\$ 1.501.128,00, aprovado pelo MEC e tendo como meta física atender a 4000 (quatro mil) profissionais que integram a equipe gestora das escolas, em exercício, nas redes estaduais e municipais de ensino, sendo distribuído entre os cursos da seguinte forma:

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica/Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública: O valor disponibilizado para o Programa Nacional Escola de Gestores/Ufopa foi de R\$ 299.529,94, sendo empenhado R\$ 299.529,94, tendo como meta formar 400 (quatrocentos) profissionais no período de 9/2014 a 5/2016, e o desenvolvimento do curso ocorrerá de 12/2014 a 3/2016.

Curso de aperfeiçoamento A Escola e a Cidade: políticas públicas educacionais: O valor disponibilizado para o curso de aperfeiçoamento A Escola e a Cidade: políticas públicas educacionais foi de R\$ 28.333,33, porém o projeto foi aprovado pelo MEC com o valor correspondente a R\$ 28.261,00, tendo como meta física formar 50 (cinquenta) profissionais da educação envolvidos com as ações do Programa Mais Educação e/ou programas voltados para a educação de tempo integral e/ou políticas de educação integral nas redes estadual e municipal de Santarém e foram matriculados 57 alunos. A vigência do projeto é no período de 9/2014 a 8/2015, sendo o desenvolvimento do curso de 11/2014 a 6/2015, com elaboração do relatório final em agosto de 2015.

Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil: Para este projeto, foi destinado e aprovado um valor de R\$ 250.188,23, e empenhado 225.169,25, para atender a 73 (setenta e três) alunos matriculados, composto por um público-alvo de professores e coordenadores que atuam na educação infantil da rede pública municipal de Santarém. Contudo, há discentes residentes em municípios vizinhos, como Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre, Prainha e Belterra.

Curso de extensão a distância Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação: O valor disponibilizado, aprovado e empenhado foi de R\$ 152.808,29, com metas alteradas, pois inicialmente a meta física era formar 90 (noventa) pessoas atuantes nos Conselhos Municipais de Educação e/ou Técnicos das Secretarias Municipais da Educação, onde não existe esse órgão colegiado. Após disponibilidade do recurso acima citado, a meta física foi ampliada para 120 (cento e vinte) vagas. A vigência do projeto na plataforma Sisfor é no período de 1º/7/2014 a 31/07/2015, porém houve a necessidade de alterações do início do curso, passando do período de 16/10/14 no projeto inicial para o período de desenvolvimento de 1º/11/2014 a 31/05/2015, com elaboração do relatório final previsto para ser encaminhado até 31/7/2015. Com base nos dados, realizou-se a matrícula de 162 participantes no curso de extensão em três polos: Amapá, 50 vagas disponibilizadas e 35 cursistas matriculados; polo Oeste do Pará, 100 vagas disponibilizadas e 80 cursistas matriculados; polo Rondônia, 50 vagas disponibilizadas e 47 cursistas matriculados.

Curso de Formação de Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores: O valor disponibilizado e aprovado para o desenvolvimento das ações do Pnaic/Ufopa foi de R\$ 766.206,80, sendo empenhado R\$ 67.121,44 e não empenhado R\$ 699,085,36, quantia suficiente para o trabalho com os 21 municípios assistidos pelo Pnaic/Ufopa, correspondendo a aproximadamente 3000 professores do ciclo de alfabetização. O planejamento das ações previa a realização de atividades de formação descentralizada em sete polos, com quatro encontros de quatro dias cada e dois encontros centralizados em Santarém, com formação em Matemática e Língua Portuguesa. Para isso, o programa contava com vinte formadores e seis supervisores. Todas as ações foram realizadas com sucesso, implicando um bom nível de mobilização e de avanço da formação em alfabetização na região e atingindo a formação do público esperado.

Quanto aos resultados alcançados até a presente data, podemos citar: matrícula efetiva de 500 alunos no curso de formação continuada Especialização em Coordenação Pedagógica, com aula inaugural realizada em dezembro de 2014; o atendimento a coordenadores pedagógicos de 12 municípios de escolas da educação básica pública do Oeste do Pará: Santarém, Belterra, Óbidos, Juruti, Alenquer, Curuá, Faro, Terra Santa, Monte Alegre, Prainha, Aveiro e Trairão; a matrícula de 73 alunos no Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil; a participação de 162 cursistas no Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação na modalidade de Pós-Graduação a nível *lato sensu*; e a formação continuada de aproximadamente 3.000 mil professores do ciclo de alfabetização pelo Curso de Formação de Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores, com a participação de 20 (vinte) formadores e 6 (seis) supervisores.

Além da formação já prevista, outras atividades foram desenvolvidas, como: realização de palestras e debates; criação da página web do Pró-Conselho/Ufopa; criação do sistema on-line para a inscrição dos candidatos a uma vaga no Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação; realização do Encontro de Formação para Formadores e Tutores, promovido pela Coordenação-Geral e Pedagógica; lançamento do edital do sistema on-line na

página web do Pró-Conselho; realização do 1º Encontro Presencial do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), em três polos e com 103 participantes.

No que refere aos fatores intervenientes, podemos citar o atraso do início dos cursos, decorrente da burocracia no interior da própria Instituição, no que concerne à lentidão na tramitação do processo de repasse à Fundação de Apoio para administração do valor disponibilizado pelo MEC, pois até a presente data a Ufopa ainda não conseguiu formalizar a descentralização do recurso para a Fundação. Apesar disso, mesmo após atraso do cronograma previsto, os cursos iniciaram suas atividades, sem a liberação dos recursos para a sua manutenção. Assim, a exemplo, o Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil não movimentou os valores orçados no Sisfor em razão da não celebração do contrato com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp). Por essa razão, não foram solicitados eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação.

Apesar da lentidão do processo de celebração de contrato entre a Ufopa e a Fundação de Apoio, o que dificultou o andamento dos cursos, os coordenadores buscaram cumprir, na medida do possível, o cronograma aprovado pelo MEC/SEB. Entretanto, a realização de atividades planejadas, como encontros e palestras, foi prejudicada, uma vez que não houve possibilidade de utilização dos recursos para tal fim. O mais grave, se assim podemos dizer, é a necessidade urgente de contratação dos profissionais para atuar como apoio tecnológico e administrativo.

Não obstante a liberação dos recursos financeiros, houve ainda dificuldade de operar com os recursos no que tange à produção de material, serviços gráficos e aquisição de material de consumo, em razão das exigências formais e a ausência de rubrica específica ou de processo licitatório. Ressaltamos ainda, por mais pesaroso que seja, que o atual atraso no pagamento das bolsas no caso do Pnaic tem tido um impacto muito negativo, desmobilizando e desestimulando a base dos professores.

Os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos foram o uso da estrutura e material do Instituto ao qual o curso está vinculado (Iced). Assim, a programação foi realizada com sucesso.

Quadro 7 - Ação 00M1 - Auxílio Natalidade.

Identificação da Ação						
Código		00M1		Tipo:		
Título		Auxílio Natalidade				
Iniciativa						
Objetivo		Gestão e Manutenção do Estado			Código: 2109	
Programa						
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000,00	20.000,00	15.964,05	15.964,05	15.964,05		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
			Pessoa beneficiada			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade medida	de	Realizada

Quadro 8 - Ação 0181 - Inativos/Pensionistas.

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo:			
Título	Inativos/Pensionistas					
Iniciativa						
Objetivo	Gestão e Manutenção do Estado				Código: 2109	
Programa						
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
845.000,00	845.000,00	714.370,03	714.370,03	714.370,03		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante	
					Previsto	Reprogramado
			Pessoa beneficiada			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade medida	de	Realizada

Quadro 9 - Ação 09HB - Encargos Sociais.

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo:			
Título	Encargos Sociais					
Iniciativa						
Objetivo	Gestão e Manutenção do Estado				Código: 2109	
Programa						
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.691.112,00	10.737.300,00	10.588.616,56	10.588.616,56	10.588.616,56		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante	
					Previsto	Reprogramado
			Pessoa beneficiada			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade medida	de	Realizada

Quadro 10 - Ação 2004 - Assistência Médica

Identificação da Ação	
Código	2004
Título	Assistência Médica
Tipo:	

Iniciativa						
Objetivo		Gestão e Manutenção do Estado			Código: 2109	
Programa						
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
801.504,00	711.580,00	679.848,00	679.848,00	679.848,00		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante	
					Previsto	Reprogramado
			Pessoa beneficiada			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta		Unidade medida	de Realizada

Quadro 11 - Ação 2010 - Auxílio Creche

Identificação da Ação							
Código		2010		Tipo:			
Título		Auxílio Creche					
Iniciativa							
Objetivo		Gestão e Manutenção do Estado			Código: 2109		
Programa							
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
96.000,00	118.000,00	113.796,83	113.796,83	113.796,83			
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
			Pessoa beneficiada				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta		Unidade medida	de	Realizada

Quadro 12 - Ação 2011 - Auxílio Transporte.

Identificação da Ação		
Código	2011	Tipo:
Título	Auxílio Transporte	
Iniciativa		
Objetivo	Gestão e Manutenção do Estado	Código: 2109
Programa		
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
34.896,00	44.896,00	33.769,90	33.769,90	33.769,90			
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de			Montante
					Previsto	Reprogramado	Realizado
			Pessoa beneficiada				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta		Unidade medida	de	Realizada

Quadro 13 - Ação 2012 - Auxílio Alimentação.

Identificação da Ação							
Código		2012		Tipo:			
Título		Auxílio Alimentação					
Iniciativa							
Objetivo		Gestão e Manutenção do Estado			Código: 2109		
Programa							
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
2.643.384,00	3.333.384,00	3.319.760,57	3.319.760,57	3.319.760,57			
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
			Pessoa beneficiada				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta		Unidade medida	de	Realizada

Quadro 14 - Ação 20TP - Despesa com Pessoal.

Identificação da Ação			
Código	20TP		Tipo:
Título	Despesa com Pessoal		
Iniciativa			
Objetivo	Gestão e Manutenção do Estado		Código: 2109
Programa			
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará		
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outros		
Lei Orçamentária 2014			
Execução Orçamentária e Financeira			
Dotação		Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.189.082,00	57.042.039,00	56.516.919,52	56.516.919,52	56.516.919,52		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
			Pessoa beneficiada			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2014	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade medida de	Realizada	

Análise Situacional:

As ações 00M1, 0181, 09HB, 2004, 2010, 2011, 2012 e 20TP não são mais acompanhadas por orientação do Ministério da Educação, por meio da SOF. Mas tendo em vista a ampliação do quadro de pessoal da Ufopa no exercício de 2014, admitidos 262 servidores, houve a necessidade de suplementação na dotação orçamentaria de alguns elementos de despesas com pessoal, como a 20TP, 2012, 2011, 2010 e 09HB.

5.3. Informações sobre outros resultados da gestão

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Como informado anteriormente, a Ufopa ainda não estabeleceu formalmente uma metodologia de avaliação de resultados por meio de indicadores de desempenho. Tal avaliação ocorre informalmente e de acordo com a percepção de cada Unidade, conforme os projetos desenvolvidos e resultados gerados, considerando os processos finalísticos da Instituição.

5.5. Informações sobre custos de produtos e serviços

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.6. Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

5.6.1. Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

Quadro 15 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	-	-	-	-	-
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	105.318.103,40	82.780.368,61	68.303.559,12	44.117.544,65	0,00
Número de Professores Equivalentes	401	274,50	262,50	218,00	173,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	-	-	-	-	-
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	492,25	309,25	303,00	232,25	254,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	3400	2.995,00	3.054,50	2.263,00	1.402,50

Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	174	103,00	69,00	29,00	28,00
Alunos de Residência Médica (AR)	-	-	-	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	1843,73	4.080,52	3.305,44	2.994,13	1.969,30
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	1259,67	2.305,14	1.684,40	2.082,95	1.268,28
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	348	206,00	138,00	58,00	56,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	-	-	-	-	-

5.6.2. Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFESI

Quadro 16 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU nº 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente	48.052,39	19.311,81	19.835,85	14.454,67	0,00
Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente	48.052,39	19.311,81	19.835,85	14.454,67	0,00
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	4,01	9,15	6,94	9,82	7,66
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU	3,27	8,12	6,64	9,22	5,22
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU	3,27	8,12	6,64	9,22	5,22
Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente	1,23	1,13	1,15	1,06	1,47
Funcionário Equivalente sem HU/Professor Equivalente	1,23	1,13	1,15	1,06	1,47
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,37	0,77	0,55	0,94	0,91
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,05	0,03	0,02	0,01	0,02
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,2	3,25	3,00	3,00	3,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,72	4,03	3,94	3,73	3,74
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	12,89	19,72	18,84	28,66	73,09

5.6.3. Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

Indicadores de desempenho

Custo corrente/aluno equivalente. Esse indicador é medido com e sem HU. Para Ufopa, que não possui HU, a análise é feita **no Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente**. Esse indicador revela que há uma ampliação do investimento público na Ufopa, em razão do custeamento de melhores condições de infraestrutura, ampliação de oferta de vagas no ensino público, o que permite afirmar que o crescimento do investimento nesta Ifes ocorre numa dinâmica positiva, pois a Ufopa entrega serviços almejados pela sociedade, que são a entrada no ensino superior por meio de seus cursos.

No indicador **Aluno tempo integral/professor equivalente**, que mede o número médio de alunos atendidos por professor, se compararmos 2013 a 2014, houve uma redução no indicador. Isso se deu por conta do ingresso de novos alunos nesta Ifes, mas o indicador ainda continua dentro do aceitável, pois nos revela que há corpo docente para o atendimento aos alunos da Ufopa.

Aluno tempo integral/Funcionário equivalente. Indicador de eficiência que mede a quantidade de alunos atendidos por funcionário. Esse indicador deve ser apurado com e sem as despesas correntes dos hospitais universitários. No caso da Ufopa, esse indicador é calculado sem o HU. Analisando os dois últimos anos, esse indicador sofreu uma redução de 4,85 em razão do ingresso de novos alunos na Ufopa.

Funcionário equivalente/professor equivalente. A apuração deste indicador de eficiência dar-se com e sem HU, relaciona a quantidade de servidores técnico-administrativos vinculados à

Universidade. Para a Ufopa, que não possui HU, este indicador é calculado sem HU. Se comparados os dois últimos anos, esse indicador teve um aumento não expressivo e, analisando a série histórica, parece sugerir que o quadro de servidores técnico-administrativos é proporcional ao número de docentes.

Grau de Participação Estudantil (GPE). Indicador que expressa o grau de utilização da capacidade instalada na Instituição pelo alunado e a velocidade de integralização curricular. É obtido pela razão entre número de alunos em tempo integral e o número total de alunos matriculados na graduação. Esse indicador, ao longo da série histórica, vem diminuindo, mas isso se explica pelo fato de que o número de alunos que ingressam na Ufopa ser maior do que o número de alunos que são diplomados. A Ufopa possui apenas 5 anos de existência e ainda não formou turmas dos seus cursos de graduação, que, em média, possuem duração padrão de 4,5 anos a 5,5 anos.

Grau de Envolvimento Discente com a Pós-graduação (GEPG). Expressa a relação entre o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados. Este item teve aumento de 0,02 em razão da implantação de novos cursos de pós-graduação na Instituição, explicado pelo aumento na expansão dos cursos de graduação em relação ao da pós-graduação.

Conceito Capes/MEC para a pós-graduação. Indica a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela Capes. Este indicador diminuiu 0,05 em relação ao ano anterior, em razão da oferta de mais um curso de Mestrado. Porém, a redução nesse indicador não é expressiva e ainda nos permite afirmar que, em 5 anos de existência, a Ufopa oferta 5 cursos de pós-graduação *stricto sensu* que funcionam com conceitos positivos na avaliação pela Capes.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). Indicador que mensura a qualidade do corpo docente. Esse índice pode chegar ao máximo de 5, quando todos os docentes da Ifes são doutores. Nesse indicador, se comparado ao ano anterior, houve redução 0.31, explicado pelo aumento no quadro de docentes com títulos de mestres.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Este índice é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes. Se comparado na série histórica, esse indicador teve redução. Isso se deve ao fato de a Ufopa ter mais alunos ingressantes do que diplomados, o que é explicado pelo fato de que existe apenas há 5 anos e seus cursos de graduação possuem em média 4,5 a 5 anos. Atualmente, a Ufopa forma apenas alunos dos 7 cursos herdados dos câmpus da UFPA e da Ufra que funcionavam na cidade de Santarém-PA, sede da Ufopa, e que foram incorporados a esta Ifes, de acordo com sua lei de criação (Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009).

5.6.4. Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro 17 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.

Fundação de Apoio													
Nome:	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fapesp)							CNPJ:	05.572.870/0001-59				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	5	1/2014	Apoio a execução do projeto p/implantação do núcleo tecnológico de hortifruticultura tropical	01/02/2014	01/02/2015	2.341.759,62	2.341.759,62	Sem ocorrências no período					
					Total	2.341.759,62	2.341.759,62				Total	0,00	0,00

Fundação de Apoio													
Nome:	Fundação de Apoio A Pesquisa, Extensão e Ensino Em Ciências Agrárias - Funpea							CNPJ:	01.821.471/0001-23				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
N°	Tipo	N°	Objeto	Vigência		Valor		N°	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	1	11/2014	Serviços de apoio ao Parfor		01/02/2015	5.000.000,00	1.128.198,33	Sem ocorrências no período					

			Total	5.000.000,00	1.128.198,33			Total	0,00	0,00
Recursos Pertencentes às Ifes Envolvidos nos Projetos										
Projeto			Recursos das IFET							
Nº	Tipo		Financeiros	Materiais			Humanos			
			Valor	Tipo		Valor	Quantidade	Valor		
	Sem ocorrências no período				Sem ocorrências no período					
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico										

Fonte: Coordenação de Prestação de Contas.

6. GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

7. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.1. Programação e execução das despesas

7.1.1. Programação das despesas

Quadro 18 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			52.725.194,00		30.412.501,00	
CRÉDITOS	Suplementares		15.899.145,00		4.762.000,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados				-129.924,00	
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			52.725.194,00		30.412.501,00	
Dotação final 2013(B)			37.828.120,00		29.218.965,00	
Variação (A/B-1)*100			39,38		4,08	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			21.433.021,00			
CRÉDITOS	Suplementares		243.162,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		-4.000.000,00			
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			17.676.183,00			
Dotação final 2013(B)			25.233.354,00			
Variação (A/B-1)*100			-29,94913399			

Fonte: Diplan/Proplan

Análise Crítica

Com relação às despesas correntes de pessoal, o aumento relativo ao ano anterior se deu por conta dos ingressos de novos servidores na Instituição. Houve a necessidade de solicitação de crédito suplementar, visando, dessa forma, a suprir as despesas com esses novos ingressos.

Nas outras despesas correntes, a suplementação foi necessária para atender a despesas com benefícios. Com relação a despesas de capital, houve inicialmente um aumento relativo ao ano anterior, em razão de o processo de implantação da Universidade estar em andamento, construções de novos prédios, aquisições de equipamentos para atender às demandas institucionais, tudo isso visando à consolidação do processo de implantação. Não houve solicitação de créditos

extraordinários.

7.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

7.1.2.1. Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Não houve movimentação orçamentária dentro da mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas, considerando que a Ufopa não possui Unidades Jurisdicionadas Distintas.

Não houve movimentação orçamentária entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão, considerando que a Ufopa não possui outras Unidades Orçamentárias.

7.1.2.2. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro 19 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158515	153052	12364203211G00015			1.153,80
Concedidos	158515	153061	12364203211G00015			1.153,80
Concedidos	158515	153063	12364203211G00015			2.990,25
Concedidos	158515	153063	12364203211G00015			3.987,00
Concedidos	158515	153063	12364203211G00015			66.904,02
Concedidos	158515	153079	12364203211G00015			1.552,50
Concedidos	158515	153103	12364203211G00015			1.419,60
Concedidos	158515	153163	12364203211G00015			1.153,80
Concedidos	158515	154039	12364203211G00015			5.146,80
Concedidos	158515	154043	12364203211G00015			1.419,60
Concedidos	158515	154045	12364203211G00015			1.153,80
Concedidos	158515	154054	12364203211G00015			3.769,50
Concedidos	158515	154215	12364203211G00015			3.636,60
Concedidos	158515	154359	12364203211G00015			1.914,96
Concedidos	158515	158718	12364203211G00015			3.105,00
Concedidos	158515	153034	12364203211G00015			3.727,20
Recebidos	152734	158515	12364203282820001			2.000.000,00
Recebidos	154003	158515	12368203020RJ0001			3.950.000,00
Recebidos	154003	158515	12364203204870001			96.572,05
Recebidos	154041	158515	12364203220RK0021			2.526,91
Recebidos	158718	158515	12364203214XO0015			659,34
Recebidos	257001	158515	10301201585730001			1.172.000,00
Recebidos	420032	158515	13392202720ZG0001			336.578,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	Não houve movimentação					
Recebidos	Não houve movimentação					

Todos os créditos concedidos (Despesas Correntes), listados nesse quadro, referem-se à Gratificação de Cursos e Concursos para as UGs Receptoras: 153034, 153052, 153061, 153063, 153079, 153103, 153163, 154039, 154043, 154045, 154054, 154215, 154359, 158718;

Já os créditos recebidos (Despesas Correntes), listados no mesmo quadro, referem-se à:

1. Créditos Recebidos para Despesas de Manutenção da UFOPA - Termo de Cooperação nº 2421, no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) recebidos da COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORÇAMENT/SPO/MEC (UG: 152734).

2. Créditos recebidos para o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) – Termo de Cooperação nº 002/2010, no valor de R\$3.950.000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil reais), recebidos da Capes (UG: 154003), dos quais foram devolvidos um total de R\$2.256.396,66 (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos), por meio do Documento nº 2014NC000028, que foram reenviados pelo Documento nº 2014NC000520 para alteração de fonte de recursos.

3. Créditos recebidos para o Programa de Apoio a Pós-Graduação (Proap) – Termo de Cooperação nº 1441/2014, no valor de R\$168.280,00 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta reais), recebidos da Capes (UG: 154003), dos quais foram devolvidos um total de R\$71.707,95 (setenta e um, setecentos e sete reais e noventa e cinco centavos), por meio dos Documentos nº 2014NC000029 e 2014NC000542, restando R\$96.572,05 (noventa e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinco centavos).

4. Créditos Recebidos para Capacitação sobre Expansão e Consolidação da Estratégia da Saúde da Família – PROESF - TED 158/2014, no valor de R\$1.172.000,00 (um milhão, cento e setenta e dois mil reais), recebidos da Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde (UG: 257001).

5. Créditos Recebidos para Apoio ao Projeto "Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural", no valor de R\$336.578,00 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais), recebidos da Secretaria de Articulação Institucional – MINC (UG: 420032).

6. Os demais se referem à gratificação de cursos e concursos das UGs: 154041, 158718.

E ainda os créditos recebidos (Despesas de Capital) abaixo:

1. Créditos Recebidos para Construção do Restaurante Universitário do Câmpus da Tapajós da Ufopa – Termo de Cooperação nº 907/2013, no valor de R\$ 1.601.526,30 (um milhão, seiscentos e um mil, quinhentos e vinte e seis reais), recebidos da COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORÇAMENT/SPO/MEC (UG: 152734) e devolvidos integralmente pelo Documento nº 2014NC000030.

7.1.3. Realização da Despesa

7.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 20 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Universidade Federal do Oeste do Pará			Código UO: 26441		UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 12.679.806,66	R\$ 11.225.257,33	R\$ 12.679.806,66	R\$ 10.416.228,98	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	R\$ 4.013.237,04	R\$ 7.301.982,32	R\$ 4.013.237,04	R\$ 6.707.624,17	
d) Pregão	R\$ 8.666.569,62	R\$ 3.923.275,01	R\$ 8.666.569,62	R\$ 3.708.604,81	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 5.123.012,75	R\$ 7.304.848,05	R\$ 5.123.012,75	R\$ 7.069.380,33	
h) Dispensa	R\$ 4.897.126,64	R\$ 7.128.280,78	R\$ 4.897.126,64	R\$ 6.896.346,44	
i) Inexigibilidade	R\$ 225.886,11	R\$ 176.567,27	R\$ 225.886,11	R\$ 173.033,89	
3. Regime de Execução Especial		R\$ -		R\$ -	
j) Suprimento de Fundos	R\$ -		R\$ -		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 73.803.382,46	R\$ 55.802.441,29	R\$ 73.803.382,46	R\$ 54.372.782,65	
k) Pagamento em Folha	R\$ 72.871.543,87	R\$ 54.992.698,56	R\$ 72.871.543,87	R\$ 53.564.059,07	
l) Diárias	R\$ 931.838,59	R\$ 809.742,73	R\$ 931.838,59	R\$ 808.723,58	
5. Outros	R\$ 9.028.928,41	R\$ 7.981.220,29	R\$ 9.028.928,41	R\$ 7.967.529,60	
6. Total (1+2+3+4+5)	R\$ 100.635.130,28	R\$ 82.313.766,96	R\$ 100.635.130,28	R\$ 79.825.921,56	

7.1.3.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 21 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originário - Total

Unidade Orçamentária: Universidade Federal do Oeste do Pará					Código UO: 26441		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	54.874.307,37	42.409.548,12	54.874.307,37	42.409.548,12			54.874.307,37	42.409.548,12
Obrigações patronais	10.852.780,77	8.483.839,67	10.852.780,77	8.483.839,67			10.852.780,77	8.483.839,67
Contratação p/tempo determinado	1.083.079,05	400.272,32	1.083.079,05	400.272,32			1.083.079,05	400.272,32
Demais elementos do grupo	1.009.738,92	886.930,82	1.009.738,92	886.930,82			1.009.738,92	886.930,82
3. Outras Despesas Correntes								
Auxilio financeiro a estudantes	8.144.085,12	6.889.691,53	7.568.832,43	5.996.322,19	575.252,69	893.369,34	7.568.832,43	5.996.322,19
Outros serviços de terceiros - PJ	7.969.325,00	7.827.640,41	6.630.346,98	4.341.775,85	1.338.978,02	3.485.864,56	6.630.346,98	4.096.338,44
Locação de mão-de-obra	7.165.147,27	6.341.384,99	6.146.871,54	3.945.875,59	1.018.275,73	2.395.509,40	6.146.871,54	3.905.697,27
Demais elementos do grupo	8.675.082,13	6.765.430,87	8.135.361,58	6.036.868,94	538.720,55	728.561,93	8.135.361,58	5.860.140,71
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Obras e instalações	13.445.874,82	17.372.711,64	4.013.237,04	7.654.050,84	9.432.637,78	7.059.692,69	4.013.237,04	9.718.660,80
Equipamentos e material permanente	1.557.239,18	5.900.657,51	320.574,60	488.282,62	1.236.664,58	485.778,82	320.574,60	5.412.374,89
Aquisição de imóveis	-	1.670.000,00	-	1.670.000,00	-	-	-	1.670.000,00
Demais elementos do grupo	19.500,00	-	-	-	19.500,00	-	-	-

Fonte: DFC/Proad

7.1.3.3. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 1.495.303,49	R\$ 466.087,55	R\$ 1.495.303,49	R\$ 455.959,55
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	R\$ 1.495.303,49	R\$ 466.087,55	R\$ 1.495.303,49	R\$ 455.959,55
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 1.578.192,87	R\$ -	R\$ 1.578.192,87	R\$ -
h) Dispensa	R\$ 1.575.802,87		R\$ 1.575.802,87	
i) Inexigibilidade	R\$ 2.390,00		R\$ 2.390,00	
3. Regime de Execução Especial		R\$ -		R\$ -
j) Suprimento de Fundos	R\$ -		R\$ -	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 1.449.169,25	R\$ 1.618.756,15	R\$ 1.449.169,25	R\$ 1.618.756,15
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	R\$ 1.449.169,25	R\$ 1.618.756,15	R\$ 1.449.169,25	R\$ 1.618.756,15
5. Outros	R\$ 149.899,66	R\$ 13.080,00	R\$ 149.899,66	R\$ 13.080,00
6. Total (1+2+3+4+5)	R\$ 4.672.565,27	R\$ 2.097.923,70	R\$ 4.672.565,27	R\$ 2.087.795,70

7.1.3.4. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro 23 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 4.664.053,74	R\$ 2.770.262,12	R\$ 1.972.075,90	R\$ 428.502,50	R\$ 2.691.977,84	R\$ 2.341.759,62	R\$ 1.972.075,90	R\$ 428.502,50
Locação de mão-de-obra	R\$ 1.104.790,92	R\$ -	R\$ 1.035.351,85	R\$ -	R\$ 69.439,07	R\$ -	R\$ 1.035.351,85	R\$ -
Outros serviços de terceiros - pessoa física	R\$ 920.668,50	R\$ 820.554,90	R\$ 920.668,50	R\$ 820.554,90	R\$ -	R\$ -	R\$ 920.668,50	R\$ 820.554,90
Demais elementos do grupo	R\$ 868.823,14	R\$ 1.457.758,13	R\$ 744.459,02	R\$ 848.866,30	R\$ 124.364,12	R\$ 608.891,83	R\$ 744.459,02	R\$ 838.738,70
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Equipamentos e material permanente	R\$ -	R\$ 1.041.694,66	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.041.694,66	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

7.1.3.5. Análise crítica da realização da despesa

As alterações mais significativas que ocorreram no exercício de 2014 quanto a despesas liquidadas e pagas foram nas modalidades de concorrência, pregão e dispensa. A concorrência e a dispensa tiveram redução aproximada de 45% e 31%, respectivamente, e o pregão apresentou aumento aproximado de 220% em relação ao exercício de 2013.

Despesas referentes às modalidades de dispensa se destacam em razão das despesas com energia elétrica, locação de espaço físico para atender às demandas acadêmicas e administrativas da Universidade; a contratação de curso de pós-graduação *lato sensu* e; a fundações de apoio referente a projetos de extensão. As despesas de inexigibilidade, representam em sua maioria cursos de capacitação dos servidores e a contratação de ONG para execução do projeto relacionado à área da saúde.

O contingenciamento orçamentário e financeiro comprometeram bastante as obrigações da Universidade com seus prestadores de serviços, fornecedores e pessoas físicas, afetando principalmente as atividades-fim da Instituição, pois, com a falta de limite orçamentário e também do próprio orçamento, ficaram comprometidas várias despesas que precisavam ter seus contratos prorrogados e aditivados, assim como a aquisição de equipamentos de informática e outros mais. Os repasses financeiros irregulares prejudicaram o pagamento dos serviços prestados pelas empresas que possuem contratos celebrados com a Ufopa (construção de prédios, manutenção predial, de veículos, serviços de vigilância, motorista e limpeza, aluguéis etc.), fazendo com que os mesmo recebessem apenas 45 a 60 dias depois do serviço ter sido prestado. Isso aconteceu com os fornecedores e com os servidores e colaboradores que dificilmente recebiam suas diárias em tempo hábil, lembrando que o orçamento estava sendo repassada a esta IFES apenas uma vez ao mês.

As principais dificuldades encontradas para a execução do orçamento da Ufopa foram principalmente relacionadas ao quantitativo baixo do corpo técnico-administrativo que, atualmente, está em fase final de convocação dos classificados no último processo seletivo; e do contingenciamento orçamentário e repasses financeiros insuficientes que se estenderam durante todo o exercício de 2014 e das licitações frustradas em que muitas empresas não conseguiam se enquadrar nos requisitos mínimos estabelecidos em edital.

7.2. Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 24 - Despesas com Publicidade.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	12364203211G00015	R\$ 79.825,07	R\$ 78.325,07
Legal		R\$ -	R\$ -
Mercadológica		R\$ -	R\$ -
Utilidade pública		R\$ -	R\$ -

7.3. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

7.4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 25 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 1º/1/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 27.006.187,03	R\$ 22.157.309,02	R\$ 672.582,23	R\$ 4.176.295,78
2012	R\$ 19.778.681,91	R\$ 10.173.259,46	R\$ 1.037.515,06	R\$ 8.567.907,39

2011	R\$ 5.099.143,25	R\$ 1.187.773,68	R\$ 66.250,41	R\$ 3.845.119,16
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 1º/1/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 2.497.973,00	R\$ 2.496.953,85	R\$ 1.019,15	-R\$ 0,00
2012	R\$ 226.974,55	R\$ 226.974,55	R\$ -	R\$ -
2011	R\$ 20.278,21	R\$ 20.278,21	R\$ -	R\$ -

7.4.1. Análise Crítica

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar representam um montante de R\$ 16.589.322,33, e o saldo remanescente do exercício de 2012 representa aproximadamente 51% do saldo a pagar em 31/12/2014, enquanto os exercícios de 2013 e 2011 representam 25% e 24% respectivamente.

É necessária a permanência dos valores inscritos em restos a pagar, pois eles atendem a diversas despesas como obras que estão em andamento (Ex.: prédio dos institutos), aquisições de livros para as bibliotecas, equipamentos laboratoriais, equipamentos de informática, reformas e manutenções prediais e espaço, aquisição de imobiliários e aluguéis de prédios que atendem os setores administrativos e salas de aula.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar estão todos vigentes, de acordo com o que foi estabelecido pelo MEC, que ampara a prorrogação da vigência dos empenhos atualmente inscritos em restos a pagar.

7.5. Transferências de Recursos

7.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 26 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência, posição em 31.12.2014.

Quadro 26 - Características dos instrumentos de transferência de recursos do exercício de referência, por tipo de modalidade

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES/PARFOR									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 154003/15279				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	2/2010	11.118.393/0001-59	15.336.941,29	-	3.130.878,92	9.217.199,53	JUL/2010	DEZ/2014	1
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM									
CNPJ: 09.203.665/0001-77					UG/GESTÃO: 533013/				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1/2011	11.118.393/0001-59	1.126.891,50	-	-	1.126.891,50	1º/12/2011	30/9/2014	1
3	1/2012	11.118.393/0001-59	950.000,00	-	-	950.000,00	1º/7/2012	31/5/2014	4
Unidade Concedente ou Contratante									

Nome: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO CULTURAL NACIONAL – IPHAN									
CNPJ: 26.474.056/0001-71					UG/GESTÃO: 343026/20411				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2012	11.118.393/0001-59	105.000,00	-	-	104.987,23	25/6/2012	13/8/2015	1
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - PROG. PRÓ-EQUIPAMENTOS									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 154003/15279				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	976/2013	11.118.393/0001-59	180.744,90	-	180.520,00	180.520,00	5/11/2013	5/11/2014	4
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
CNPJ: 03.353.358/0001-96					UG/GESTÃO: 53001/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o	Início	Fim	

						Exercício			
3	7/2013	11.118.393/0001-59	2.999.999,97	350.000	2.889.766,57	2.889.766,57	19/2/2013	31/12/2015	1
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FINEP)									
CNPJ: 08.804.832/0001-72					UG/GESTÃO: 240901/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	04.13.0082.00	11.118.393/0001-59	601.851,00	-	-	562.934,30	03/04/2013	03/04/2015	1
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - PROG. DE APOIO À PÓS-GRADUAÇÃO									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 154003/15279				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1441/2014	11.118.393/0001-59	165.504,50	-	R\$ 42.877,38	42.877,38	25/3/2014	25/1/2015	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA CULTURA									
CNPJ: 03.219.904/0001-35					UG/GESTÃO: 420032/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	TED/2014	11.118.393/0001-59	336.578,00	-	336.578,00	336.578,00	10/11/2014	10/11/2015	1
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE									
CNPJ: 00.530.493/0001-71					UG/GESTÃO: 257001/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	TED	11.118.393/0001-59	1.172.00,00	-	1.172.000,00	1.172.000,00	29/12/2014	29/12/2015	1
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Universidade Federal do Oeste do Pará									

CNPJ: 11.118.393/0001-59					UG/GESTÃO: 158515/26441				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3 - Termo de Cooperação	002/2013	34.621.748/0001-23	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00	1º/9/2013	1º/9/2014	Concluído
LEGENDA									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				
Fonte: Coordenação de Prestação de Contas									

Os Termos de Cooperação/Execução Descentralizada elencados nos quadros 6.5.1 estão em vigência, tendo apenas dois deles concluídos no exercício de 2014. O Termo de Cooperação nº 2/2010, celebrado entre a Capes e a Ufopa, refere-se ao Parfor. O valor pactuado foi de R\$ 15.336.941,29, somados os vários termos aditivos. No exercício de 2014, foi repassado o valor de R\$ 3.130.878,92, com acúmulo entre 2010/2014 de financeiro de R\$ 9.462.950,23, e foi devolvido R\$ 245.750,70, pelos Documentos n. 2013PF000009 (200.000,00), de 23/05/13, e 2014PF000064 (45.750,70), de 21/11/14, restando valor acumulado líquido até o exercício corrente de R\$ 9.217.199,53.

O Termo de Cooperação nº 01/2012, firmado entre o Iphan e a Ufopa, tem o valor acumulado de R\$ 104.987,23, devido ter ocorrido devolução no valor R\$ 12,77, em razão de encerramento do exercício.

No Termo de Cooperação nº 976/2013, firmado entre Capes e Ufopa, há o valor acumulado de R\$ 180.520,00, em razão de ter ocorrido devolução no valor R\$ 224,90, em 20/11/13, que foi concluído em 2014.

No Termo de Cooperação nº 07/2013, firmado entre Ministério da Integração e a Ufopa, haverá contrapartida da Universidade no valor de R\$ 350.000,00, estando ainda está vigente.

A diferença existente entre o valor pactuado no Termo de Cooperação nº 04.13.0082.00, firmado entre o Finep e Ufopa, é referente à devolução de R\$ 38.916,70, ficando o valor acumulado de R\$ 562.934,30.

Sobre o Termo de Cooperação nº 1441/2014 – Capes/Proap-Ufopa, foi recebido o seu valor integral (R\$165.504,50), porém, em razão do término de exercício e em cumprimento à Portaria nº 003/SPO/MEC, de 26/8/2014, foram devolvidos recursos orçamentários no valor de R\$ R\$71.707,95, por este motivo dá-se por encerrado este termo.

Os Termos de Execução Descentralizada, firmados entre Ministério da Cultura e a Ufopa, no valor de R\$ 336.578,00, e Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 1.172.000,00, serão executados conforme cronograma físico de execução dos contratos firmados com as fundações de apoio contratadas para executar tais projetos.

7.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 27 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal do Oeste do Pará					
CNPJ:	11.118.393/0001-59					
UG/GESTÃO:	158515/26441					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	0	1	0	0,00	208.000,00	0,00
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Coordenação de Prestação de Contas

A Ufopa não firmou convênios, contratos de repasse e termo de compromisso que causassem impacto financeiro no exercício 2014, somente termos de cooperação. Estes se encontram em plena vigência. A situação de inadimplente não se aplica a esta Ifes.

De acordo com os dados apresentados para análise dos três últimos exercícios, constantes do quadro A.6.5.2, a Ufopa manteve-se constante, com um termo de cooperação firmado com a Universidade Federal do Pará (UFPA), feito no ano de 2013, com fim da vigência em 1º/9/2014.

7.5.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

7.5.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

7.6. Suprimento de Fundos

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

7.7. Renúncias sob a Gestão da UJ

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

8. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

8.1. Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 28 - Força de Trabalho da UJ.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	876	344	42
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	876	344	42
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		874	344	41
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		2		1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários		23	14	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		5	5	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	904	363	48

Fonte: Progep.

Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área-meio	Área-fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	382	494
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	382	494
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	382	492
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com contratos temporários		23
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	5	
4. Total de Servidores (1+2+3)	387	517

Fonte: Progep.

Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	0	65
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	65
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		47	40	64
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		5	5	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0

2. Funções Gratificadas	0	116	84	78
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		116	84	78
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	116	84	143

Fonte: Progep.

Análise Crítica:

Quanto aos servidores disponíveis atualmente no órgão, verifica-se que o quantitativo está abaixo do desejável, obrigando o órgão solucionar o problema com a contratação de estagiários e outras unidades operam com força de trabalho reduzida por algum tempo.

No que diz respeito à distribuição da força de trabalho, verifica-se que a área-meio encontra-se com maior quantitativo de servidores técnico-administrativos. No entanto, quando observamos a lotação dos servidores docentes, percebe-se que há um equilíbrio em relação a distribuição da força de trabalho no órgão. Da mesma forma, esta IFES dispõe, em seu quadro de pessoal, de servidores para ocuparem as funções e cargos comissionados existentes, e mais de 90% dos cargos comissionados são ocupados por servidores do próprio órgão.

A aposentadoria de servidores não representa um fator preocupante no órgão, visto que a maioria dos servidores são mais novos, e os servidores que estão em fase de aposentadoria ocupam cargos que estão sendo extintos por decisão de órgão superiores.

Em relação aos afastamentos de servidores, o órgão não sente impactos considerados críticos no desenvolvimento de suas atividades, pois, quando os servidores são afastados por períodos longos, é providenciada a contratação de substitutos, no caso de servidores docentes. Além disso, fazendo uma análise global da força de trabalho, os afastamentos são pouco representativos.

8.1.2. Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Os cursos de capacitação são ofertados por meio de demandas apresentadas pelas unidades., sendo que a limitação orçamentária está entre os principais gargalos que impedem maior eficiência na execução dos cursos. A Progep gerencia os cursos de capacitação dos servidores pela Coordenação de Desempenho e Desenvolvimento. Em 2014, foram realizados 10 cursos, tendo sido capacitados 125 servidores técnico-administrativos e 42 docentes. A Ufopa já possui um trabalho inicial de mapeamento de competências ocorrido em 2011 por meio de um projeto-piloto de implantação intitulado “Gestão de Pessoas com foco em Competências: preparando um novo profissional para uma nova universidade na Amazônia”. Desse projeto foram levantadas as competências individuais da Superintendência de Infraestrutura (Sinfra).

Quanto às iniciativas de qualificação e capacitação da força de trabalho para os servidores dos níveis B e C, os esforços são maiores em relação à capacitação destes servidores, melhorando assim seus conhecimentos técnicos nas áreas de atuação. Foram realizados estudos para oferta de cursos visando à educação continuada dos servidores principalmente nos níveis B e C. No entanto não houve sucesso. Além disso, são cargos que se encontram em processo de extinção e seus ocupantes estão nos últimos níveis da carreira e não manifestam interesse em melhorar seus níveis de qualificação.

Em relação ao nível de escolaridade dos servidores das classes D e E, apresentaram-se elevados de acordo com parâmetros adotados por outra organização ao realizarem pesquisas nas instituições de ensino superior do País. Apesar de a melhoria na qualificação dos servidores por meio da educação continuada não ser tão expressivos na Instituição, em 2014, a Universidade formou 17 servidores em curso de Pós-Graduação *lato sensu*, MBA em Gerenciamento de Projetos, ofertado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Encontra-se também em fase de estudos a oferta do curso de Mestrado em Gestão Pública, visando à melhoria da qualificação dos servidores técnico-administrativos.

A Instituição apoia as iniciativas de qualificação por parte dos servidores, mediante informações sobre seus planos de carreira e as vantagens alcançadas ao se desenvolverem profissionalmente. Uma das formas utilizadas para apoiar os servidores é por meio de afastamentos, em que os servidores docentes são os mais beneficiados no exercício desse direito.

8.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 31 - Custos do pessoal.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	R\$ 27.700.961,43	13.080.114,47		3.375.293,01	267.703,32					44.424.072,23
	2013	R\$ 22.222.879,33	10.388.353,17		2.787.443,66	234.861,27					35.633.537,43
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	R\$ 74.627,71									74.627,71
	2013	R\$ 68.042,29									68.042,29
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	R\$ 210.312,82									210.312,82
	2013	R\$ 489.445,37									489.445,37
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	R\$ 97.789,97									97.789,97
	2013	R\$ 81.795,48									81.795,48
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	R\$ 979.642,45									979.642,45
	2013	R\$ 350.252,09									350.252,09

Fonte: Siape 2014.

8.1.4. Irregularidades na área de pessoal

Quanto à apuração de irregularidades relacionadas ao quadro de pessoal, houve denúncias e em alguns casos foram formados e instaurados processos administrativos disciplinares e comissões para averiguações.

8.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em relação à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, não houve registros no exercício de 2014.

8.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Em relação à terceirização irregular de cargos, não houve registros no exercício de 2014.

8.1.5. Riscos identificados na gestão de pessoas

Não foram observados índices elevados em relação à perda de pessoal treinado. Quanto à identificação de insatisfação por parte dos servidores relacionados a baixos salários, ausência de perspectiva na carreira, entre outros, não foram objeto de investigação por parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em 2014.

8.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas ainda não trabalha com indicadores desenvolvidos para a área de pessoal.

A unidade pretende trabalhar com parâmetros e indicadores de dimensionamento de pessoal, a serem implantados a partir de 2015, quando serão considerados modelos de dimensionamento utilizados pelo Ministério da Educação.

8.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

8.2.1. Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Oeste do Pará													
UG/Gestão: 158515/26441							CNPJ: 11.118.393/0001-59						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	37	09.409.620/0001-53	02/01/2014	01/01/2015	26	26	65	65	5	5	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante														
Nome: Universidade Federal do Oeste do Para														
UG/Gestão: 158515/26441							CNPJ: 11.118.393/0001-59							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2013	V	O	5	04.630.524/0001-17	01/02/2013	01/02/2014	99	99	6	6			P	
Observações:														

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios.

8.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 33 - Contratos de Prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Oeste do Para													
UG/Gestão: 158515/26441							CNPJ: 11.118.393/0001-59						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	1	13.096.822/0001-60	04/03/2013	04/03/2014			17	17			E
2014	12	O	3	04.630.524/0001-17	06/03/2014	05/03/2015			19	19			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios.

8.2.3. Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Não foram encontradas dificuldades relevantes nos contratos relacionados, pois estes continuam em andamento, sem haver durante o exercício quaisquer interrupções em sua execução, havendo o acompanhamento pelos respectivos fiscais de contratos quanto à qualidade do serviço prestado e pela formalização de seus respectivos processos, como a composição de documentos necessários que visam garantir os direitos dos trabalhadores possuidores de vínculo com a empresa prestadora do serviço.

8.2.4. Contratação de Estagiários

Quadro 34 - Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	135	137	166	157	R\$ 852.624,00
1.1 Área-fim	25	23	50	38	
1.2 Área-meio	110	114	116	119	
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área-fim					
2.2 Área-meio					
3. Total (1+2)	135	137	166	157	R\$ 852.624,00

Análise Crítica

A contratação de estagiários que atuam nas unidades administrativas é realizada em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, envolvendo todos os estudantes com vínculos ativos na Instituição.

Os estagiários administrativos são importantes para a Instituição, à medida que contribuem com a melhoria da oferta de serviços, pois apoiam os diversos setores na execução de seus trabalhos.

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

9.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

A Coordenação de Transportes conta com documentos pontuais, como memorandos circulares, que orienta a utilização dos veículos na Ufopa, no entanto, a Proad está elaborando um manual e uma resolução – que deverá ser apreciado pelo Consun para aprovação –, que irá regulamentar e normatizar de forma mais completa a utilização dos veículos da Instituição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

A utilização dos veículos nas atividades das Unidades e Subunidades, assim como os demais atendimentos administrativos e acadêmicos, são todos realizados com os veículos próprios da Ufopa, por isso a grande importância de se ter a frota com suas obrigações e demais equipamentos de segurança regularmente atualizados.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

A quantidade de veículos em uso atualmente na instituição é de 1 (um) veículo de transporte institucional (usado pela Reitoria) e 18 (dezoito) veículos de serviços comum - conforme artigo 5º e 6º do decreto presidência nº 6.403 de 17/3/2008 que Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.-, totalizando assim 19 (dezenove) veículos em uso na Ufopa.

d) Média anual de quilometragem rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

			KM Rodados anual	KM Rodados mensal
Grupo 1	Veículo de transporte institucional	1	7.156	596,33
Grupo 2	Veículo de serviço comum	20	254.081	21.173,42
	Total	21	261.237	21.769,75

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

			Total de Anos	IDADE Média da Frota
Grupo 1	Veículo de transporte Institucional	1	4	4
Grupo 2	Veículo de serviço comum	20	145	7,25
		21	149	7,09

f) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

			ABASTECIMENTO	MANUTENÇÃO
Grupo 1	Veículo de transporte Institucional	1	4.497,11	7.219,90
Grupo 2	Veículo de serviço comum	20	172.279,78	341.167,45
		21	176.776,89	348.387,35

g) Plano de substituição da frota.

Em junho de 2014 foi aberto processo de aquisição de veículos, cujo objetivo é renovar a frota atual, reduzir o custo com as manutenções e proporcionar o melhor atendimento à comunidade universitária. A licitação para aquisição de veículos não foi realizada em 2014 por causa do contingenciamento de recursos, mas está prevista para ocorrer em 2015.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

A Ufopa incorporou veículos da UFPA e Ufra na sua criação e que eles deram conta de atender a demanda da comunidade universitária, não houve a necessidade de utilização de veículos alugados. Contudo, verifica-se a importância de analisar fatores como manutenção; impostos; taxas; seguro; viagem; limpezas; e outros para que se possa escolher pela opção mais econômica,

mantendo a frota em perfeito estado de conservação e com a prestação dos serviços a contento.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente o controle é feito em planilhas sendo pouco eficiente, em razão disso a Coordenação de Transportes está trabalhando no sentido de melhorar tal controle para atendimento das demandas. Contudo, a Ufopa já dispõe de sistema em fase de implementação que proporcionará maior eficiência no controle e uso da frota.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Atualmente, somente veículos próprios da Ufopa estão sendo utilizados, não contendo frota contratada de terceiros.

9.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

9.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 35 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
Brasil	UF PA		
	Santarém	3	3
Subtotal Brasil		3	3
Exterior	PAÍS 1		
	cidade 1		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: Spiunet - Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União.

9.2.2. Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 36 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158515	053500183.500-3	Uso em serviço público	Bom	4.000.000,00	18/11/2011	Sem reavaliação. Dentro do Prazo de validade.		
158515	053500220.500-3	Uso em serviço público	Bom	1.670.000,00	20/12/2012	Sem reavaliação. Dentro do Prazo de validade.		
158515	053500185.500-4	Uso em serviço público	Bom	1.200.000,00	18/11/2011	Sem reavaliação. Dentro do Prazo de validade.		
Total								
Fonte: Spiunet - Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União								

Quadro 37 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rua Raimundo Fona, s/n, e Avenida Marechal Rondon, s/nº
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.940.979/0001-31
	Nome ou Razão Social	Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Lanchonete no Iced e lanchonete no CFI
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 14.340,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Água, energia, conservação e limpeza

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rua Raimundo Fona, s/nº, e Avenida Marechal Rondon, s/nº
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.940.979/0001-31
	Nome ou Razão Social	Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Sala de Aula no Campus Rondon e Sala de Aula no Campus Tapajós
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.011,56
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia, conservação e manutenção

Fonte: Sinfra/Ufopa.

9.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

9.2.4. Análise Crítica

Há, atualmente na Ufopa, uma pequena estrutura de gestão de bens imóveis com dados um tanto superficiais. Existem alguns imóveis em fase de análise para registro no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUnet). Não há imóveis que estejam fora do patrimônio da União, em razão de impedimentos de regularização. Inexistem, ainda, problemas de ocupação irregular, bem como qualquer outra anormalidade na gestão dos bens pertencentes à Ufopa.

9.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 38 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	PA		
	Santarém	3	3
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: Spiunet - Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União

10. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Os sistemas computacionais utilizados pela Ufopa são de responsabilidade da Coordenação de Sistemas, a qual desenvolve atividades de gestão das demandas que se relacionam com a análise de processos de negócios, engenharia de requisitos, arquitetura de software, gerência de banco de dados, *business Intelligence*, implementação e gestão da qualidade para o desenvolvimento e integração de sistemas. Tem como principal responsabilidade, disponibilizar e manter o funcionamento adequado dos sistemas de informação implantados pelo CTIC na Instituição.

Os sistemas e sites desenvolvidos pelo CTIC:

- a)** Sistema da Comissão de Ética Animal: Sistema que retrata informações acerca da Comissão de ética no uso de animais.
- b)** Sistema de Avaliação Institucional para Técnicos (Diavi): Sistema para avaliação interna da Ufopa, no âmbito dos técnicos administrativos. Ele levanta questões de satisfação dos técnicos com a administração, instalações, treinamento, informações internas da instituição PDI, PDTI entre outros.
- c)** Sistema para III Jornada Acadêmica (Proen): Sistema de inscrição e emissão de certificados para os minicursos, palestras e apresentação de trabalhos disponíveis na III Jornada Acadêmica.
- d)** Sistema para Acompanhamento de Manifestação (Ouvidoria): Sistema que auxilia os usuários internos e externos a acompanhar os procedimentos tomados pela ouvidoria em relação as suas manifestações.
- e)** Sistema Acadêmico de Apoio a Pesquisa (Saap): Sistema que auxilia a Proppit no controle de aprovação de projetos de pesquisa.
- f)** Site do CTIC: Site para publicidade, divulgação de informações e ações do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- g)** Site Programa de Computação: Site para publicidade, divulgação de informações e ações do Programa de computação.
- h)** Site das Eleições Acadêmicas: Site para publicidade, divulgação de informações e ações durante o processo eleitoral.
- i)** Sistema para PSR 2015: Seleciona os candidatos para o provimento de vagas nos cursos de graduação (Bacharelados e Licenciaturas), conforme distribuição de vagas nos cursos apresentados no Anexo I do edital do PSR/Ufopa 2015.

Sistemas e Sites em Desenvolvimento pelo CTIC:

- a)** Sistema de Controle de Portarias (DGDP): Sistema para consulta, criação e gerenciamento de portarias internas da Universidade, atualmente está em fase testes.
- b)** Saad: Sistema de Acompanhamento das Atividades Docentes que permite a gerência das atividades desempenhadas pelos docentes encontra-se em fase de desenvolvimento.
- c)** Site para o Instituto de Biodiversidade e Floresta: Site para publicidade, divulgação de informações e ações do Instituto Ibef, encontra-se em fase de construção.
- d)** Novo site para Ufopa: Adequação do novo layout ao site existente, atualmente está na fase de construção.
- e)** Site para acesso à informação: Site para publicidade das ações executadas na Ufopa, atualmente está na fase de construção.

A seguir, serão descritos os contratos que vigoram no exercício de referência do Relatório.

Quadro 39 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
007/2012	Contrato de empresa especializada para fornecimento de impressão, de caráter local e/ou de computador de grande porte com acesso via rede local, cessão de direito de uso de equipamentos, com prestação de serviços de operacionalização e manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos, entre a Universidade Federal do oeste do Pará - UFOPA e a empresa TECNOSET - Informática Produtos e serviços Ltda	24/04/2012 à 24/04/2014 (2 anos)	64.799.539/0001-35	TECNOSET - Informática Produtos e Serviços Ltda	R\$ 233.047,32	R\$ 48.323,99
005/2014	Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de impressão departamental, de caráter local e/ou de computador de grande porte com acesso via rede local (TCP/IP), entre Universidade Federal do oeste do Pará - UFOPA e a empresa TECNOSET - Informática Produtos e serviços Ltda	28/05/2014 à 24/09/2014 (120 dias)	64.799.539/0001-35	TECNOSET - Informática Produtos e Serviços Ltda	R\$ 77.682,44	R\$ 49.206,72
009/2014	Contratação de empresa para prestação de serviço de outsourcing de impressão com cessão não onerosa de uso de equipamento decorrente de adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão eletrônico 49/2013 da UFTM (UASG 153035)	25/09/2014 à 25/09/2015 (12 meses)	64.799.539/0001-35	TECNOSET - Informática Produtos e Serviços Ltda	R\$ 383.709,00	R\$ 32.807,54

11. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Quadro 40 - Aspectos da Gestão Ambiental.

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		x
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais: A Ufopa está em fase final de elaboração do Plano de Logística Sustentável, previsto para ser publicado em janeiro de 2015. Em primeira etapa, em 13 de outubro de 2014, foi criada a comissão elaboradora e gestora do PLS por meio da Portaria nº 2.422/2014. Nesse sentido, a comissão vem trabalhando na elaboração deste importante documento que será norteador para a adequada adoção de critérios e práticas de sustentabilidade. Muito embora sem a formalização do PLS, a Ufopa já vem adotando ações que promovam a gestão ambiental adequada para a Instituição. Por isso, em abril de 2014, a Ufopa criou a Diretoria de Meio Ambiente (DMA), vinculada à Superintendência de Infraestrutura. Esta diretoria inicialmente definiu suas atribuições e eixos prioritários de atuação, dentre os quais estão sendo executadas atividades que envolvem: Eixo 1 – Gerenciamento de Resíduos; Eixo 2 – Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; Eixo 3 – Uso racional de energia e água; Eixo 4 – Licenciamento ambiental das atividades e obras; Eixo 5 – Compras ecoeficientes; Eixo 6 – Edificações sustentáveis; Eixo 7 – Conforto ambiental (térmico, visual, iluminar e acústico) projetos de arborização e paisagismo.			

12. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

12.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Não foi encontrado nenhum registro de recomendações atendidas no exercício de 2014.

12.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

12.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 41 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201315710	1.1.1.2	Ofício nº 5.430/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 28/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Deliberação			
Providenciar a complementação do quadro da Auditoria Interna, com a inclusão de uma secretária e dois auxiliares.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
Diante da necessidade de pessoal para compor o quadro da Auditoria Interna, foi solicitado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e, depois com a criação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a demanda foi repassada à Pró-Reitoria para as providências necessárias à nomeação e/ou remoção de servidores para a Auditoria Interna.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Auditoria Interna obteve aumento no seu quadro de pessoal que permitirá melhor estruturação do setor e maior capacidade de atuação frente às demandas institucionais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em razão de atrasos nas nomeações de novos servidores técnicos-administrativos em educação por questões judiciais, houve o atendimento parcelado da demanda de servidores para compor a equipe da Auditoria Interna, ocorrendo da seguinte forma: remoção de uma Secretária Executiva em março de 2014; remoção de uma Contadora em outubro de 2014; exercício de um Assistente em Administração (nomeado) em agosto de 2014 e remoção de uma Assistente em Administração no final de dezembro de 2014. Em razão da necessidade de ambientação e capacitação dos referidos servidores, só teremos condições de mensurar os ganhos obtidos durante a execução das atividades programadas para 2015.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

2	201315710	1.1.1.2	Ofício nº 5.430/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 28/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ			104667
Descrição da Deliberação			
Definir o Assistente Administrativo, a fim de dar cumprimento ao Regimento Interno da Auditoria Interna.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
A Audin e a Proplan definiram o item do regimento interno da Auditoria Interna que trata da composição do quadro de pessoal. Neste caso, o Regimento Interno tratava da figura de um Assistente Administrativo – servidor de nível superior. Foi definido entre a Audin e Proplan que o servidor de nível superior a compor o quadro de pessoal seria ocupante do cargo de Contador. Em outubro de 2014, foi removida para a Audin uma servidora ocupante do cargo de Contadora.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior definição quanto ao pessoal que passará a compor a equipe de Auditoria Interna.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em razão do fato de todos os contadores nomeados em 2014 terem sido lotados na Proad, considerando que já tínhamos esta demanda na Proplan e na Diretoria de Gestão de Pessoas, todos os códigos de vagas do referido cargo foram preenchidos e o pessoal lotado na Proad. Portanto, apenas em outubro de 2014, com a remoção de uma Contadora para a Auditoria Interna, conseguiu-se atender a esta recomendação do OCI.			

12.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 42 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201300040	1.1.1	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Apresentar processos concluídos contendo o levantamento dos valores e a comprovação das devoluções devidas pelos servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			

O Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, datado de 16/12/2014, foi encaminhado à Auditoria Interna em 26/12/2014 para conhecimento e acompanhamento das ações corretivas. Tendo em vista que as unidades envolvidas possuem prazo fixado pelo OCI para atendimento da demanda no decorrer do exercício de 2015, as mesmas medidas saneadoras realizadas pela IFES comporão o próximo relatório de gestão – exercício 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação da Unidade (prazo limite para atendimento pela CGU/PA: 14/2/2015)			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201300040	1.1.1	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Providenciar as medidas necessárias, com vistas à conclusão do Processo de nº 23201.009621/2012-18, bem como o ressarcimento ao erário, se for o caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR, datado de 16/12/2014, foi encaminhado à Auditoria Interna em 26/12/2014 para conhecimento e acompanhamento das ações corretivas. Tendo em vista que as unidades envolvidas possuem prazo fixado pelo OCI para atendimento da demanda no decorrer do exercício de 2015, as mesmas medidas saneadoras realizadas pela IFES comporão o próximo relatório de gestão – exercício 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação da Unidade (prazo limite para atendimento pela CGU/PA: 14/02/2015)			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203456	2.2	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Implantar estruturas de controle para o gerenciamento das transferências concedidas.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203456	2.2	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Implantar Política de Segurança da Informação (PSI), por meio da elaboração de diretrizes da Instituição quanto ao tratamento da segurança da informação, de acordo com as orientações da norma NBR ISO/IEC 27002:2005, da ABNT.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ctic)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			

O Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR, datado de 16/12/2014, foi encaminhado à Auditoria Interna em 26/12/2014 para conhecimento e acompanhamento das ações corretivas. Tendo em vista que as unidades envolvidas possuem prazo fixado pelo OCI para atendimento da demanda no decorrer do exercício de 2015, as mesmas medidas saneadoras realizadas pela IFES comporão o próximo relatório de gestão – exercício 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação da Unidade (prazo limite para atendimento pela CGU/PA: 14/2/2015)			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203456	2.2	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Elaboração de rotinas e procedimentos que assegurem a adoção, nos processos de aquisição de bens, serviços e obras, de critérios de sustentabilidade ambiental em aderência aos dispositivos contidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e na Portaria SLTI/MPOG nº 02/2010.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (Proad) e Superintendência de Infraestrutura (Sinfra)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR, datado de 16/12/2014, foi encaminhado à Auditoria Interna em 26/12/2014 para conhecimento e acompanhamento das ações corretivas. Tendo em vista que as unidades envolvidas possuem prazo fixado pelo OCI para atendimento da demanda no decorrer do exercício de 2015, as mesmas medidas saneadoras realizadas pela IFES comporão o próximo relatório de gestão – exercício 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação da Unidade (prazo limite para atendimento pela CGU/PA: 8/6/2015)			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203456	2.2	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Implantar procedimentos de controle e/ou rotinas que possibilitem a atualização tempestiva das informações dos imóveis de uso especial, próprios ou locados de terceiros, sob responsabilidade da UJ.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (Proad)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR, datado de 16/12/2014, foi encaminhado à Auditoria Interna em 26/12/2014 para conhecimento e acompanhamento das ações corretivas. Tendo em vista que as unidades envolvidas possuem prazo fixado pelo OCI para atendimento da demanda no decorrer do exercício de 2015, as mesmas medidas saneadoras realizadas pela IFES comporão o próximo relatório de gestão – exercício 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação da Unidade (prazo limite para atendimento pela CGU/PA: 14/2/2015)			
Recomendações do OCI			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203456	2.2	Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Oeste do Pará			104667
Descrição da Recomendação			
Adotar providências junto à SPU visando à regularização dos imóveis oriundos da UFPA e Ufra que foram incorporados ao patrimônio da Ufopa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (Proad)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Ofício nº 33.355/2014/CGU-Regional /PA/CGU-PR, datado de 16/12/2014, foi encaminhado à Auditoria Interna em 26/12/2014 para conhecimento e acompanhamento das ações corretivas. Tendo em vista que as unidades envolvidas possuem prazo fixado pelo OCI para atendimento da demanda no decorrer do exercício de 2015, as mesmas medidas saneadoras realizadas pela IFES comporão o próximo relatório de gestão – exercício 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando manifestação da Unidade (prazo limite para atendimento pela CGU/PA: 14/2/2015)			

12.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

12.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 43 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	163	164	164
	Entregaram a DBR	42	124	122
	Não cumpriram a obrigação	121	40	42

Fonte: Siape 2014.

12.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em relação à entrega das DBRs, a Progep, ainda na qualidade de Diretoria de Gestão de Pessoas, realizou auditoria para verificação dos servidores que se encontram irregular quanto à entrega do referido documento. Após verificação, foram cobrados os servidores desta Instituição,

mas nem todos entregaram. Quanto ao acesso às DBRs para verificação da incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida, não foram investigados/executados pela Progep.

12.4. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Sem ocorrências durante o exercício de referência.

12.5. Alimentação SIASG e SICONV

Não houve gestor responsável designado pelo órgão.

13. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

13.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em concordância a Resolução 1.136/2008 – NBC T 16.9 e seguindo as orientações e os critérios da macrofunção 02.03.30, é realizado o cálculo de depreciação, mensalmente, conforme relatório do Sistema Sima, amparado pelo artigo 14, da Lei 10.180/2001, no qual a metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens e as taxas utilizadas para cálculos foram feitos com base no manual do Siafi. Em se tratando da amortização, NBC T 16.10, foi realizado levantamento de todos os softwares adquiridos pela Universidade quanto ao prazo de licença/uso do programa, para o lançamento no Siafi, e posterior regularização do saldo da conta 144100000 – softwares referente ao exercício de 2014, informamos também que não obtivemos esclarecimentos mais detalhados de como proceder para o cálculo da amortização.

Referente a Resolução 1.137/2008, a Ufopa, no tocante a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais, segue os critérios cabíveis definidos na NBC T 16.10, em relação às disponibilidades, os créditos e as dívidas, os estoques, os investimentos permanentes, o imobilizado, o intangível, o diferido e os ajustes referente à reavaliação e a redução a valor recuperável.

13.2. Apuração dos Custos dos programas e das unidades administrativas

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

13.3. Conformidade Contábil

- a) A Conformidade Contábil da Ufopa é realizada pela CCONT da unidade no Siafi observando a segregação funcional. O procedimento dessa conformidade se dá a partir da análise dos auditores contábeis como o Concontir e o Conincons e dos demonstrativos e do Balancete.
- b) Ao longo do ano de 2014, a conformidade contábil foi do tipo: Alerta (restrição 315) e do tipo: Ressalva (restrições: 606, 640, 642, 651, 650 e 674). Foram regularizadas as restrições em tempo oportuno exceto as restrições:
- c) 315 – Falta/Restrição Conformidade Registro de Gestão: A UG deixou de registrar a conformidade de registro de gestão no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, por não haver indicação de servidor, conforme memorando nº219/2013 de 21/10/2013-DFC. A administração se propôs a sanar essa pendência ainda no início do 1º trimestre de 2015.
- d) 640- Saldo Contábil bens móveis não confere com RMB: Em razão dos materiais permanentes adquiridos, conforme processo: 23204.007401/2014-11, do fornecedor Loidia Maria Moreira ME, não terem sido movimentados no SIMA pelo DAP, devido o sistema utilizado pelo almoxarifado da Ufopa está em processo de desuso e em transição para outro sistema.
- e) 642-Falta/Evolução Incompatível Dep. Ativo Imobilizado: Em razão da ausência de depreciação do elemento de despesa (142121200) Embarcações em alguns meses, e identificamos a divergência dos saldos final do Relatório Mensal da Depreciação da Diretoria de Almoxarifado da Ufopa com o do Siafi, devido o sistema utilizado pelo almoxarifado da Ufopa está em processo de desuso e em transição para outro sistema.
- f) 651- Falta ou Inconsistência no Contrato: Em razão da ausência de registro de contratos no SIASG, conforme determina a IN nº2, de 16/08/11/MPOG/SLTI.

13.4. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro 44 - Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.

Declaração do Contador		
Denominação completa (UJ)		Código da UG
Universidade Federal do Oeste do Pará		158515
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à: a) Restrição na Conformidade Contábil no código 315 – Falta/Restrição Conformidade Registro de Gestão no exercício de 2014. b) Restrição na Conformidade Contábil no código 640 – Saldo Contábil bens móveis não confere com RMB. c) Restrição na Conformidade Contábil no código 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. Ativo Imobilizado. d) Restrição na Conformidade Contábil no código 651– Falta ou Inconsistência no Contrato. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.		
Local	Santarém/Pará	31/12/2014
Contador Responsável	 Regiane Leite Corrêa SIAPE: 1966578	CRC PA-016432/0-6

13.8. Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica à realidade da Unidade.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

14.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não há outras considerações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Relatório de Gestão 2014 da Ufopa divulga as ações da Instituição e seus esforços para a consolidação de seu objetivo de ser a primeira universidade federal no interior da Amazônia, com a missão de “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia”, delineada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, procurando atender ao máximo o interesse público.

Durante o exercício de 2014, a Ufopa passou por algumas mudanças institucionais. Contudo, permaneceu no seu processo de implantação e consolidação. Houve a posse da nova Reitoria eleita no exercício anterior e de novos gestores das unidades, citados no corpo do relatório. Ocorreu ainda a criação de duas Pró-Reitorias – a de Gestão de Pessoas e a de Gestão Estudantil, atendendo às demandas estudantis e de pessoal da Instituição.

A Universidade continua ainda seu processo pela busca do fortalecimento da força de trabalho, intensificação do processo de consolidação da estrutura organizacional, estruturação física e tecnológica das unidades, capacitação dos servidores, organização dos processos administrativos e pedagógicos.

O resultado foi positivo: todas essas ações, somadas à aquisição de novos servidores, e, sobretudo, o fortalecimento da ação de capacitação possibilitaram melhor desenvolvimento das atividades-meio e fim da Instituição, bem como a elaboração de plano de ação para 2014, com o objetivo de atender aos estudantes ingressantes em uma estrutura acadêmica inovadora. Primou-se também pela implantação de novos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa.

Um dos grandes desafios desta nova Universidade refere-se à sua estruturação, tanto em seu ambiente interno quanto no externo. Nota-se a busca por um sistema organizacional que contenha elementos humanos e materiais empenhados, coordenadamente, em atividades orientadas para resultados, ligado por um sistema de informação e influenciado por um ambiente externo, com o qual interage permanentemente.

Por ser uma Universidade relativamente nova, ainda não se pode dizer que um excelente padrão de qualidade nos serviços foi atingido. Atua-se, ainda, enfrentando muitas dificuldades, como número e capacitação de pessoal, espaço físico, normas e formas procedimentais. Buscam-se, contudo, gradativamente os avanços, para melhor atender aos interesses da Instituição e, assim, da sociedade.

Demais resultados da gestão e as dificuldades enfrentadas no exercício estão enfatizados nas análises críticas que permeiam este Relatório de Gestão.

ANEXOS E APÊNDICES

Não há outras considerações.